

**GRUPO EDP**

# **RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS**

**PRIMEIRO SEMESTRE 2003**

**ÍNDICE**

<b>I</b>	<b>DADOS GERAIS</b>	<b>1</b>
<b>1</b>	<b>PRINCIPAIS DADOS DE ACTIVIDADE</b>	<b>1</b>
	1.1 Dados Económico - Financeiros	1
	1.2 Dados Operacionais	2
<b>2</b>	<b>ORGANIGRAMA</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>ORGÃOS SOCIAIS DA EDP</b>	<b>4</b>
<b>II</b>	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>5</b>
<b>1</b>	<b>ENQUADRAMENTO</b>	<b>5</b>
	1.1 Enquadramento Macroeconómico	5
	1.2 Actividade do Grupo EDP	6
<b>2</b>	<b>FACTOS RELEVANTES</b>	<b>9</b>
	2.1 Factos Relevantes do Primeiro Semestre de 2003	9
	2.2 Factos Relevantes após o encerramento do Semestre	10
<b>3</b>	<b>EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO EDP</b>	<b>12</b>
	3.1 Perímetro de Consolidação	12
	3.2 Grupo EDP	13
	3.2.1 Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados	13
	3.2.2 Resultado Operacional	14
	3.2.3 Resultado Financeiro	15
	3.2.4 Dívida Financeira	17
	3.2.5 Resultados Extraordinários	18
	3.2.6 Investimento	18
	3.3 EDP Produção	21
	3.4 EDP Distribuição	27
	3.5 EDP Energia	34
	3.6 Hidrocantábrico (espanha)	37
	3.7 Brasil	44
	3.7.1 Bandeirante	44
	3.7.2 Escelsa	48
	3.7.3 Enersul	52
	3.8 Telecomunicações	55
	3.9 Tecnologias da Informação	59

---

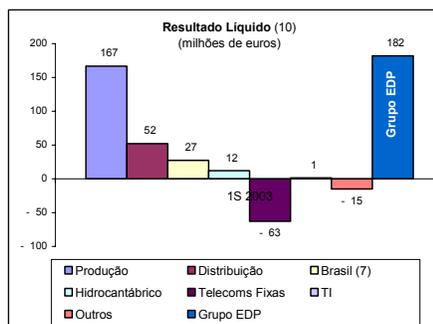
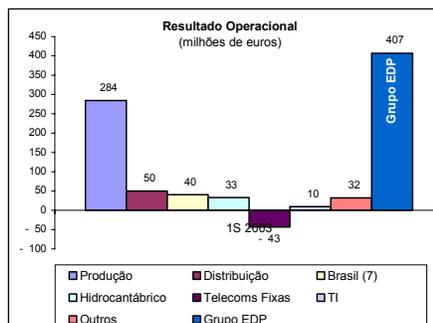
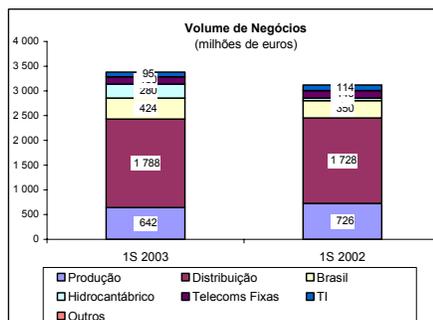
<b>4</b>	<b>GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	<b>62</b>
	<b>4.1 Governo da Sociedade, Caracterização do Órgão de Administração e Estrutura Orgânica</b>	<b>62</b>
	4.1.1 A Estrutura de Governo Societário	62
	4.1.2 Caracterização do Órgão de Administração	63
	4.1.3 Controlo Efectivo da Vida Societária	64
	4.1.4 Estrutura Orgânica	64
	<b>4.2 Comportamento em Bolsa no Primeiro Semestre de 2003</b>	<b>65</b>
	<b>4.3 Acções Próprias</b>	<b>67</b>
	<b>4.4 Gabinete de Relações com Investidores</b>	<b>67</b>
<b>5</b>	<b>PERSPECTIVAS</b>	<b>69</b>
	<b>O CONSELHO DE ADMINSTRAÇÃO</b>	<b>70</b>
<b>III</b>	<b>DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS</b>	<b>71</b>
<hr/>		
<b>1</b>	<b>BALANÇO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2003</b>	<b>71</b>
<b>2</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2003</b>	<b>72</b>
<b>3</b>	<b>NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>74</b>
<b>4</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>89</b>
<b>IV</b>	<b>RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL</b>	<b>90</b>
<hr/>		
<b>V</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>92</b>
<hr/>		
<b>1</b>	<b>ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP</b>	<b>92</b>
<b>2</b>	<b>ACÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS DA EDP</b>	<b>94</b>
<b>3</b>	<b>BALANÇO ENERGÉTICO</b>	<b>95</b>

## DADOS GERAIS

### 1 PRINCIPAIS DADOS DE ACTIVIDADE

#### 1.1 DADOS ECONÓMICO – FINANCEIROS

DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	(Milhares de Euros)		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Grupo EDP Consolidado</b>			
Volume de Negócios	3 345 691	3 064 024	9,2%
Resultados Operacionais	406 838	353 252	15,2%
Resultados Líquidos	182 044	230 599	-21,1%
Cash-Flow antes de Investimento (1)	652 912	623 388	4,7%
Investimento Operacional (2)	419 651	561 574	-25,3%
Activo Líquido	18 071 351	16 955 579	6,6%
Capitais Próprios	5 413 058	5 815 003	-6,9%
Passivo Financeiro	8 003 063	6 506 951	23,0%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	3,4%	4,0%	-0,6%
Estrutura Financeira (4)	147,8%	111,9%	35,9%
Solvabilidade (5)	142,8%	152,2%	-9,4%
Resultado por Acção (euros)	0,061	0,077	-21,1%
Pay Out Ratio (6)	80,5%	75,2%	5,3%
Capitalização Bolsista	5 580 000	5 880 000	-5,1%
<b>Produção de Electricidade em Portugal</b>			
Volume de Negócios	642 489	726 427	-11,6%
Resultados Operacionais	284 268	283 092	0,4%
Resultados Líquidos	166 558	163 672	1,8%
Investimento Operacional (9)	86 830	113 666	-23,6%
<b>Distribuição de Electricidade em Portugal</b>			
Volume de Negócios	1 788 295	1 727 691	3,5%
Resultados Operacionais	50 129	74 783	-33,0%
Resultados Líquidos	52 096	70 918	-26,5%
Investimento Operacional (9)	141 230	137 804	2,5%
<b>Electricidade e Gás em Espanha (Hidrocontábrico) (8)</b>			
Volume de Negócios	700 336	761 232	-8,0%
Resultados Operacionais	83 556	128 797	-35,1%
Resultados Líquidos	30 380	30 853	-1,5%
Investimento Operacional (9)	83 091	78 216	6,2%
<b>Electricidade no Brasil (7)</b>			
Volume de Negócios	423 773	607 764	-30,3%
Resultados Operacionais	40 232	47 601	-15,5%
Resultados Líquidos	49 989	-64 439	177,6%
Investimento Operacional (9)	66 762	96 861	-31,1%
<b>Telecomunicações Fixas (2)</b>			
Volume de Negócios	150 010	149 208	0,5%
Resultados Operacionais	-43 002	-55 941	23,1%
Resultados Líquidos	-62 714	-71 286	12,0%
Investimento Operacional (9)	18 182	29 000	-37,3%
<b>Tecnologias da Informação</b>			
Volume de Negócios	95 230	113 800	-16,3%
Resultados Operacionais	9 513	12 479	-23,8%
Resultados Líquidos	1 466	3 306	-55,7%
Investimento Operacional (9)	18 127	23 383	-22,5%



(1) Resultados Líquidos + Amortizações + Provisões

(2) Considera-se 100% do investimento operacional das empresas consolidadas

(3) Resultados Líquidos / Capitais Próprios

(4) Passivo Financeiro / Capitais Próprios

(5) Activo / Passivo

(6) Dividendos Distribuídos relativos ao exercício anterior / Resultado Líquido do exercício anterior

(7) Dados relativos à Bandeirante, Escelsa e Enersul (100%) no 1S2002 e 1S2003, para efeitos de análise e comparação. Os valores nos gráficos respeitam à contribuição das empresas para o Grupo EDP.

(8) Dados relativos Hidrocontábrico (100%) no 1S2002 e 1S2003, para efeitos de análise e comparação.

(9) Os valores apresentados são, em ambos os períodos, correspondentes a 100% do investimento realizado na empresa, independentemente da participação do Grupo EDP na empresa em cada um dos períodos.

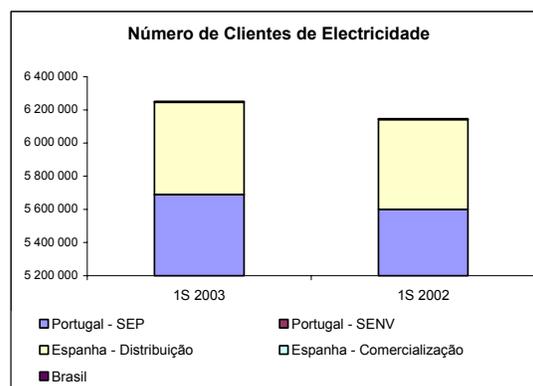
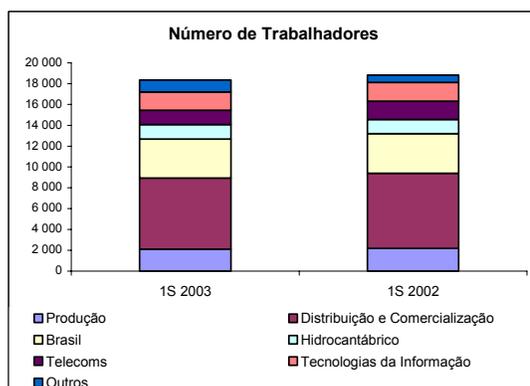
(10) "Outros" inclui: outras empresas do Grupo EDP, impacto da Oni Way e utilização de provisões centralizadas ao nível da Holding.

**1.2 DADOS OPERACIONAIS**

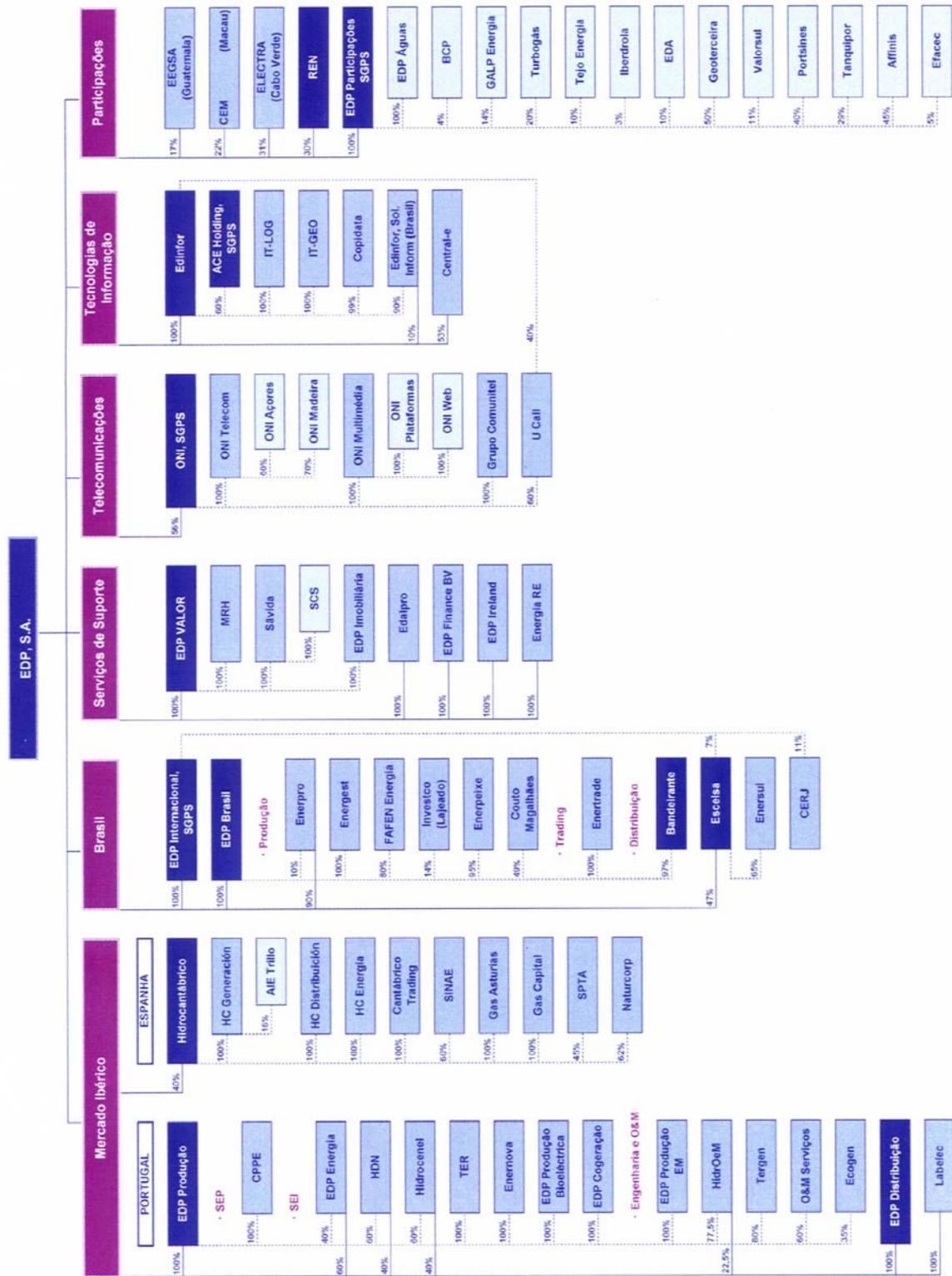
<b>DADOS OPERACIONAIS</b>			
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b><u>Número de Trabalhadores (1)</u></b>	<b>18 346</b>	<b>18 831</b>	<b>-2,6%</b>
Electricidade Portugal	8 922	9 391	-5,0%
EDP Produção	2 101	2 181	-3,7%
EDP Distribuição	6 808	7 192	-5,3%
EDP Energia	13	18	-27,8%
Brasil (2)	3 762	3 824	-1,6%
Hidroantábriico	1 383	1 346	2,7%
Electricidade	1 106	1 111	-0,5%
Outros	277	235	17,9%
Telecomunicações	1 373	1 754	-21,7%
Tecnologias Informação	1 757	1 815	-3,2%
Outros	1 149	701	63,9%
<b><u>Negócio Eléctrico em Portugal</u></b>			
Potência Máxima (MW)	7.655	7.654	0,0%
Coefficiente de Hidraulicidade	1,30	0,51	0,79
Vendas de Energia Eléctrica (GWh)			
Produção	15 147	12 837	18,0%
Distribuição	19 490	18 763	3,9%
Número de Clientes de Electricidade			
SEP	5 688 493	5 599 520	1,6%
SENV	913	35	2508,6%
Clientes SEP / Trabalhadores da Distribuição de Electricidade	835,6	778,6	7,3%
Vendas Distribuição / Trabalhadores da Distribuição (euros)	261,3	238,4	9,6%
<b><u>Negócio Eléctrico em Espanha (1)</u></b>			
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	6 446	6 932	-7,0%
Distribuição	4 188	4 174	0,3%
Comercialização	2 168	1 905	13,8%
Número de Clientes Electricidade			
Distribuição	556 062	542 275	2,5%
Comercialização	2 614	2 344	11,5%
<b><u>Negócio Eléctrico no Brasil (1)</u></b>			
Vendas de Electricidade (GWh)	9 211	10 548	-12,7%
Número de Clientes	2 880	2 806	2,7%
<b><u>Telecomunicações (1)</u></b>			
Nº CLI's Registados (milhares)			
Portugal	548,6	503,8	8,9%
Espanha	412,4	390,5	5,6%
Espanha	136,2	113,3	20,2%
Tráfego de Voz (milhões minutos)			
Portugal	1.078,2	801,8	34,5%
Portugal	443,2	356,3	24,4%
Espanha	635,0	445,5	42,5%

(1) Os valores apresentados são, em ambos os períodos, correspondentes a 100% da empresa, independentemente da participação do Grupo EDP na empresa.

(2) Inclui o total de trabalhadores em 2002 e 2003, para efeitos de análise, apesar de a Escelsa e Enersul só consolidarem integralmente a partir de Outubro de 2002.



**2 ORGANIGRAMA**



Nota Geral:

As percentagens estão arredondadas. Algumas das percentagens apresentadas correspondem a participações indirectas

---

### **3      ORGÃOS SOCIAIS DA EDP (TRIÉNIO 2003 – 2005)**

---

#### **Mesa da Assembleia Geral**

José Manuel Galvão Teles (Presidente)

António Campos Pires Caiado (Vice-Presidente)

#### **Órgão de Fiscalização**

Fiscal Único Efectivo: Bernardes, Sismeiro & Associados, SROC, Lda., representada por Carlos Marques Bernardes, ROC

Fiscal Único Suplente: Joaquim Patrício da Silva, ROC

#### **Conselho de Administração**

Francisco de la Fuente Sánchez (Presidente)

João Luís Ramalho de Carvalho Talone (Comissão Executiva - Presidente)

Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa (Comissão Executiva )

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado (Comissão Executiva )

Jorge Manuel de Oliveira Godinho (Comissão Executiva )

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende (Comissão Executiva )

António de Almeida (Comissão de Auditoria - Presidente)

José Manuel Trindade Neves Adelino (Comissão de Auditoria)

Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho (Comissão de Auditoria)

António José Fernandes de Sousa

José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral

Paulo Azevedo Pereira da Silva

Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins

#### **Comissão de Vencimentos**

Brisa, representada por Vasco Maria Guimarães José de Mello

Parública, representada por João Plácido Pires

Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque

#### **Secretário da Sociedade**

Suplente: António José Marrachinho Soares

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1 ENQUADRAMENTO

#### 1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2002 permitiu inverter a tendência de arrefecimento económico verificada nas principais economias mundiais em 2001, acentuada pelos acontecimentos de 11 de Setembro, e permitiu encarar o ano de 2003 com algum optimismo, que veio a ser afectado pelo desenvolvimento da situação no Médio Oriente e pela evolução negativa dos mercados bolsistas.

Segundo o FMI (Abril de 2003) a **economia mundial** terá crescido 3,0% em 2002, valor acima das estimativas por si efectuadas em Setembro de 2002, mas revendo em baixa as estimativas para o crescimento económico em 2003 em 0,5 pontos percentuais, para 3,2%.

Como era previsível no final de 2002, a incerteza quanto às consequências de um provável conflito militar no Iraque provocou um aumento significativo no preço do petróleo, tendo ultrapassado os 34 dólares por barril. O fim da guerra e as alterações políticas neste importante país produtor de petróleo permitiram uma estabilização do preço desta matéria-prima entre os 25 e os 30 dólares por barril nos últimos meses do primeiro semestre de 2003.

De acordo com dados preliminares, a **economia norte-americana** terá crescido 2,3% no primeiro semestre de 2003, cerca de 0,1 pontos percentuais acima do conseguido em igual período do ano anterior mas abaixo do alcançado nos últimos trimestres de 2002. Os preços têm seguido uma trajectória ascendente, tendo a variação homóloga do IPC (Índice de Preços no Consumidor) atingido 2,9% no primeiro trimestre de 2003, quase o dobro do crescimento de preços durante o ano de 2002. Acompanhando a contida recuperação económica, o desemprego têm-se mantido estável em torno dos 6,0%.

O crescimento da **Área Euro** continua modesto e aquém do conseguido pelos Estados Unidos, influenciado pelo desempenho das suas principais economias, nomeadamente a Alemanha e a França. Segundo estimativas preliminares do Eurostat o crescimento da Área Euro no primeiro semestre foi de 0,4%, valor inferior ao registado em igual período do ano anterior e mesmo aquém do conseguido no primeiro trimestre de 2003. Esta demora na recuperação económica tem tido naturais consequências no desemprego, que no primeiro semestre de 2003 se aproximou dos 9,0%, e na confiança dos agentes económicos, com o pessimismo dos consumidores a ultrapassar a falta de confiança na indústria. O fraco dinamismo económico tem permitido a estabilização do crescimento dos preços um pouco acima dos 2,0% (2,3% no primeiro semestre), situação que não se deverá alterar significativamente no segundo semestre do ano. No seguimento da apreciação sustentada da moeda europeia verificada em 2002, e apesar da situação económica na Área Euro, o euro manteve-se no primeiro semestre do 2003 cotado sempre acima da moeda norte-americana.

A **economia portuguesa**, que já em 2002 evidenciou um desempenho inferior à média europeia, com os últimos dois trimestres do ano a apresentarem mesmo um crescimento negativo, teve no primeiro trimestre de 2003 um crescimento novamente negativo, -1,2%, levando os principais organismos e entidades

nacionais e internacionais a avançarem valores contidos ou mesmo negativos para o crescimento económico para o final de 2003. A evolução económica nacional tem-se repercutido na confiança dos agentes económicos e no desemprego, que, no final do primeiro semestre de 2003 continuava acima dos 6,0% (face a 4,5% em igual período de 2002). Esta situação tem no entanto favorecido a estabilidade dos preços, com uma variação média do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) de 3,8% (face aos 3,7% verificados no final de 2002).

Ao contrário de Portugal, a **economia espanhola** tem-se mantido bastante saudável tendo em conta o contexto internacional, com um desempenho significativamente superior ao da média europeia. Com taxas de crescimento económico em torno dos 2,0% nos últimos trimestres, as previsões para o final de 2003 e para 2004 indiciam a continuidade do crescimento da economia espanhola superior ao da Zona Euro. Apesar do bom desempenho económico, a Espanha continua a apresentar uma das taxas de desemprego mais elevadas do Zona Euro, tendo em 2002 utrapassado os 11,0%, situação para a qual não tem havido nem se esperam grandes alterações no decorrer do ano de 2003. Também os preços têm crescido a um ritmo superior à média da Área Euro, apesar de alguns sinais de desaceleração no primeiro trimestre de 2003.

A **economia brasileira** atravessou em 2002 algumas dificuldades por força de acontecimentos singulares cujos efeitos se têm dissipado progressivamente. Inicialmente o Brasil foi ainda afectado pelo racionamento energético decretado em 2001 e, após o fim do racionamento, a incerteza quanto ao resultado das eleições presidenciais teve consequências negativas diversas na economia brasileira, entre as quais a depreciação do real motivada pela quebra de confiança dos agentes económicos estrangeiros. Com indicações do novo Governo brasileiro para a persecução da estabilidade macroeconómica, tem sido possível em 2003 uma evolução mais estável, sendo esperado um crescimento da economia brasileira já próximo de 3% em 2003 e podendo chegar a 3,5% em 2004.

## 1.2 ACTIVIDADE DO GRUPO EDP

O ano de 2003 está a ser marcado por um crescimento dos consumos de electricidade em Portugal superior ao registado em 2002, tendo o primeiro semestre de 2003 evidenciado um crescimento de 5,0% (consumo em GWh referido à emissão para a rede de transporte), quando comparado com 1,9% em 2002. Esta evolução é parcialmente explicada pelo facto de o Inverno de 2003 ter sido particularmente frio e chuvoso. Por esta última razão, o coeficiente de hidraulicidade foi significativamente superior ao do primeiro semestre de 2002, o que permitiu uma inversão na proporção entre energia de origem hidroeléctrica e termoeléctrica face ao total de energia emitida para a rede, com impacto positivo no custo da electricidade consumida em Portugal Continental.

No final de 2002 foram publicadas as tarifas e preços de energia eléctrica a vigorar em 2003, no âmbito dos parâmetros tarifários para o triénio 2002 – 2004 (publicados em 2001), contemplando uma variação nominal nas tarifas de venda de energia eléctrica a clientes finais de 2,8% face a 2002. Apesar deste aumento em termos nominais, o tarifário para 2003 impôs uma diminuição de 3,8% e 2,9% no proveito permitido unitário para a URD (Uso da Rede de Distribuição) nos níveis de tensão AT/MT e BT, respectivamente, o que, pela

importância desta tarifa no total dos proveitos permitidos da EDP Distribuição, limitou o crescimento dos Resultados Operacionais desta empresa.

No primeiro semestre de 2003 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros do Governo Português que promove a definição do quadro político, competitivo e regulatório do sector energético em Portugal. Esta Resolução aponta para a convergência dos negócios de electricidade e gás em Portugal, através da separação do negócio do gás da  *Holding GalpEnergia* e consequente junção com o negócio da electricidade, sob a alçada do Grupo EDP.

Já no segundo semestre de 2003 a ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) decidiu aceitar como investimento, amortizável por um período de 20 anos com início em 2005, os custos de reestruturação da EDP Distribuição associados ao Plano de Racionalização dos Recursos Humanos de 2003 e 2004, plano de redução de pessoal (incluindo pré-reformas) com o objectivo de adequar os recursos humanos às actuais necessidades da empresa. Este plano, até agora suspenso pela impossibilidade de repercussão nas tarifas de venda a clientes finais, poderá ser retomado com a garantia de remuneração do custo até ao limite de 485,7 milhões de euros, não tendo a ERSE entendido adequado o idêntico tratamento para os custos já incorridos até 2002, no âmbito do Plano de Racionalização de Recursos Humanos 1998-2002.

No âmbito do processo de liberalização do sector eléctrico em Portugal, têm neste momento acesso ao SENV (Sistema Eléctrico Não Vinculado) todos os clientes abastecidos em Muito Alta, Alta e Média Tensão, o que corresponde a um universo superior a 20.000 clientes, representativos de mais de 40% do consumo de electricidade em Portugal Continental. Apesar desta possibilidade, concretizaram a passagem para o SENV cerca de 1 244 clientes, representativos de apenas 7,9% do consumo de electricidade total. No primeiro semestre de 2003 as vendas de energia no SENV aumentaram mais de 300% face a igual período do ano anterior, tendo as empresas do Grupo EDP a operar nesse sistema conseguido alcançar uma quota de mercado de 67% em termos de quantidade de energia vendida. Em termos de quota de mercado medida pelo número de clientes, a mesma ilação pode ser retirada dado que 73% dos clientes abastecidos no SENV continuam a ser fornecidos pelo Grupo EDP.

Tal como em Portugal, o rigor do Inverno em Espanha levou a um acentuado crescimento do consumo de electricidade. O aumento da pluviosidade permitiu o aumento da produção hidroeléctrica em detrimento da produção de origem térmica (dado o menor custo da produção com recursos hídricos) e, por consequência, uma diminuição dos preços na *Pool*. Dada a preponderância da produção térmica na capacidade instalada da Hidrocantábrico, a emissão líquida da empresa ressentiu-se, com impacto na sua quota de mercado.

Para além da produção de energia eléctrica a Hidrocantábrico opera ainda nos negócios de distribuição e comercialização de electricidade, bem como no gás. Nesta actividade, o primeiro semestre de 2003 foi marcado pela vitória da Hidrocantábrico na privatização da empresa de gás Naturcorp, tornando-se assim a Hidrocantábrico no segundo operador de gás do mercado espanhol, com uma quota de mercado de aproximadamente 10% e mais de 500 000 clientes. A aquisição da Naturcorp pela Hidrocantábrico reveste-se de importância acrescida pelo facto de permitir ao Grupo EDP uma solidificação da sua presença em Espanha e ainda o posicionamento na convergência entre os negócios de electricidade e gás em Espanha, em consonância com a estratégia definida recentemente para o sector energético português.

A actividade do Grupo EDP no Brasil no primeiro semestre de 2003 foi marcada de forma incontornável por dois factores: a variação da cotação do real e a consolidação integral da actividade da Escelsa e da Enersul nos primeiros seis meses de 2003, em consequência da alteração no perímetro de consolidação em Outubro de 2002 (no primeiro semestre de 2002 a actividade destas empresas estava repercutida nas contas do Grupo EDP por via dos Resultados Financeiros, dado ambas as empresas serem consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial).

A nível operacional, o desempenho das empresas brasileiras no primeiro semestre de 2003, em reais, foi positivo, apesar da diminuição de 13,9% nos Resultados Operacionais da Bandeirante. No entanto, a apreciação do real nos primeiros meses de 2003 não foi suficiente para compensar a forte depreciação verificada no segundo semestre de 2002, por via das incertezas quanto ao resultado das eleições presidenciais no Brasil. Assim, o câmbio utilizado para a transposição das demonstrações financeiras das empresas brasileiras do primeiro semestre de 2003 em reais para euros, para consolidação nas contas do Grupo EDP, foi inferior ao utilizado no período homólogo do ano anterior, com impacto nos resultados do Grupo EDP.

No final de 2002 a EDP  *Holding* adquiriu obrigações da Escelsa emitidas em dólares com o objectivo de mitigar o risco cambial da moeda brasileira face à moeda norte-americana, procurando evitar perdas financeiras por via da actualização do valor da dívida da Escelsa, como havia acontecido no primeiro semestre de 2002. Assim, e dado que no primeiro semestre de 2003 o real apreciou-se face ao final do ano de 2002, o ganho cambial pela actualização do valor da dívida da Escelsa teve o reverso numa perda cambial pela actualização do valor das obrigações detidas pela EDP  *Holding*.

Em termos consolidados, o Grupo EDP apresentou um Resultado Líquido de 182,0 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 21,1% face ao primeiro semestre de 2002, apesar do crescimento de 15,2% nos Resultados Operacionais, para 406,8 milhões de euros. Este aumento deve-se à plena contribuição das empresas não totalmente consolidadas no primeiro semestre de 2002 e à melhoria dos Resultados Operacionais do negócio das Telecomunicações Fixas, compensando a quebra de 33,0% verificada na EDP Distribuição. Os Resultados Líquidos foram, no entanto, afectados pela evolução desfavorável dos Resultados Financeiros, penalizados pelo aumento da dívida financeira consolidada e pela evolução da cotação do real.

A dívida consolidada do Grupo EDP situou-se em 8 003 milhões de euros, o que representa um aumento de 23,0% face ao primeiro semestre de 2002, reflectindo as alterações no perímetro de consolidação e a dívida contraída para pagamento da participação da Hidrocantábrico à EnBW e da compra pela EDP  *Holding* das “Senior Notes” da Escelsa.

O controlo de custos, objectivo de gestão imposto em 2002 através do Programa Eficiência, permitiu no primeiro semestre de 2003 uma diminuição de 3% e 1% nos FSE's (Fornecimentos e Serviços Externos) e nos custos com pessoal, respectivamente, face a igual período do ano anterior (excluindo as alterações ao perímetro de consolidação entre os dois períodos). A EDP vai prosseguir com esta política de contenção de custos e racionalização dos recursos humanos, contando agora com a possibilidade de ver remunerado esse esforço nas tarifas de venda de energia eléctrica, de acordo com a recente decisão da ERSE.

---

## 2 FACTOS RELEVANTES

---

### 2.1 FACTOS RELEVANTES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2003

#### 2.1.1 Gerais

- **EDP emite empréstimo obrigacionista no montante de 150.000.000 euros**

26 de Março de 2003 - Emissão Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 000 000 euros, com vencimento em 26 de Março de 2013, e uma taxa de juro variável igual à Euribor a 6 meses acrescida de 0,50% ao ano. Esta emissão destina-se ao refinanciamento de dívida de curto prazo da EDP.

- **Eleição do novo Conselho de Administração**

22 de Maio de 2003 - A Assembleia Geral elegeu os novos órgãos sociais da EDP. O Conselho de Administração da EDP passou a ser constituído pelos senhores Eng. Francisco de la Fuente Sánchez (Presidente do Conselho de Administração), Eng. João Ramalho Talone, Dr. António de Almeida, Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa, Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado, Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho, Dr. José Manuel Gonçalves de Morais Cabral, Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino, Dr. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho, Dr. Paulo Azevedo Pereira da Silva, Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende, Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa e Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins.

- **Constituição da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria**

22 de Maio de 2003 - O Conselho de Administração, neste dia eleito em Assembleia Geral, deliberou a delegação dos poderes de gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva com a seguinte composição: Eng. João Ramalho Talone (Presidente da Comissão Executiva), Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado, Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho, Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende e Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa.

O Conselho deliberou ainda a constituição de uma Comissão de Auditoria integrada pelos seguintes Administradores Não-Executivos: Dr. António de Almeida (Presidente da Comissão de Auditoria), Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino e Dr. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho.

- **Assembleia Geral aprova pagamento de dividendo bruto de 0,09 euros por acção**

22 de Maio de 2003 – Aprovação em Assembleia Geral da EDP da proposta submetida pelo Conselho de Administração para a aplicação de resultados relativos ao exercício de 2002, de onde resultou o pagamento de um dividendo bruto de 0,09 euros por acção.

#### 2.1.2 Sector do Gás

- **Hidrocantábrico vence privatização da Naturcorp**

24 de Março de 2003 – A Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. (Hidrocantábrico), participada pelo Grupo EDP em 40%, adquiriu, no seguimento de um processo de privatização, 62% da Naturcorp, empresa distribuidora de Gás Natural no País Basco.

Através da integração da Gás de Asturias e da Naturcorp, a Hidrocantábrico tornou-se no segundo operador de gás do mercado espanhol, alcançando um número total de clientes superior a 500 000 e uma quota equivalente a aproximadamente 10% do mercado espanhol de gás.

### 2.1.3 Sector Eléctrico

- **Resolução do Conselho de Ministros relativa à Restruturação do Sector Energético**

3 de Abril de 2003 – Tendo sido aprovada Resolução do Conselho de Ministros definindo o quadro político, competitivo e regulatório do sector energético, o Conselho de Administração da EDP considerou que a referida Resolução estabelece um quadro adequado de desenvolvimento para o sector energético português.

As orientações genéricas publicamente divulgadas são inteiramente compatíveis com a estratégia já definida pela EDP. Nestes termos, as Recomendações Estratégicas para o Sector Energético Português serão estudadas e analisadas pelo Conselho de Administração, que reafirmou a sua total disponibilidade e empenho para participar activamente no processo de reestruturação projectado, tendo em atenção os interesses do Grupo EDP nas empresas do sector energético e o objectivo de acrescentar valor para os seus accionistas.

### 2.1.4 Internacionalização

- **ANEEL aprova aumento médio de 32,59% nas tarifas da Enersul**

8 de Abril de 2003 - A Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL) autorizou a Enersul a proceder a um aumento médio das tarifas a clientes finais de 32,59 % com efeito a partir de 8 de Abril de 2003. Este aumento enquadra-se no processo de “reposição tarifária” previsto no contrato de concessão da empresa.

## 2.2 FACTOS RELEVANTES APÓS ENCERRAMENTO DO SEMESTRE

### 2.2.1 Sector Eléctrico

- **ERSE aceita proposta da EDP Distribuição sobre o Plano de Racionalização de Recursos Humanos de 2003 e 2004**

11 de Agosto de 2003 - Em comunicado de 8 de Agosto de 2003, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos deliberou, no seguimento da proposta apresentada pela EDP Distribuição Energia, S.A., aceitar como investimento amortizável por um período de 20 anos, com início em 2005, os encargos associados ao Plano de Racionalização de Recursos Humanos de 2003 e 2004, a incorrer pela empresa, até ao montante máximo de 485,7 milhões de euros, não considerando adequado aceitar idêntico tratamento para os custos de igual natureza relacionados com o Plano de Racionalização de Recursos Humanos já decorrido (1998-2002).

O Conselho de Administração da EDP face a esta decisão tomada pela ERSE, informou o Mercado de que a possibilidade de se desencadear de imediato o Plano de Racionalização de 2003 - 2004, com a garantia de que o seu custo, até ao limite de 485,7 milhões de euros, será aceite pela ERSE, constitui uma ferramenta de gestão fundamental e prioritária e permitirá mobilizar toda a empresa e o

Grupo para o arranque de um novo ciclo de modernização, com o inerente redesenho dos processos de trabalho e com consequências que serão necessariamente positivas para os clientes, accionistas e colaboradores do Grupo EDP.

### 2.2.2 Internacionalização

- **Reorganização da participação accionista da EDP na CEM – Companhia de Electricidade de Macau**

31 de Julho de 2003 - A EDP concretizou uma operação de venda de acções representativas de 2,06% do capital da sua participada macaense CEM – Companhia de Electricidade de Macau, SARL (CEM) à sociedade China Power International Holding, uma subsidiária da China Power Investment Corporation.

Em paralelo com esta operação, a EDP procedeu a uma reorganização das suas participadas em Macau, que envolveu a dissolução da Sogeste (detida em 85% pela EDP Investimentos e em 15% pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) e detentora de 20% do capital da CEM). Na sequência dessa dissolução, a CGD ficou titular directa de acções representativas de 3,02% do capital da CEM, tendo decidido alienar a totalidade desse lote de acções à EDP.

Após a conclusão das operações anunciadas, a EDP passará a deter (através da EDP Investimentos) uma participação correspondente, no mínimo, a 21,10% ou, no máximo, a 22,13% do capital social da CEM.

---

### 3 EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO EDP

---

#### 3.1 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O ano de 2002 foi caracterizado por significativas mudanças na estrutura organizacional do Grupo EDP, algumas das quais no segundo semestre do ano, com naturais impactos no perímetro de consolidação de contas do Grupo. Assim, e apesar de já terem sido referidas no Relatório e Contas Consolidadas de 2002, importa destacar novamente as alterações mais relevantes, que deverão ser tidas em conta na análise comparativa com o primeiro semestre do ano anterior:

- **Consolidação da Hidrocantábrico**

Consequência da tomada de controlo operacional e de gestão da Hidrocantábrico, após o acordo conjunto realizado entre a EDP e os restantes accionistas, a EnBW, a CajAstur e a Cáser, as contas da Hidrocantábrico passaram a ser consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo pelo Método de Consolidação Proporcional (40%), a partir de 1 de Junho de 2002. Por consequência, a contribuição da Hidrocantábrico para os Resultados do Grupo EDP no primeiro semestre de 2002 e no primeiro semestre de 2003 não é comparável;

- **Consolidação da Escelsa / Enersul**

Em Outubro de 2002 a EDP iniciou a consolidação integral das demonstrações financeiras da Escelsa, no seguimento da sua tomada de controlo operacional e da nomeação de representantes da EDP nos órgãos sociais da empresa. Sendo a Escelsa o accionista maioritário da Enersul, esta empresa passou também a ser incluída no perímetro de consolidação do Grupo EDP pelo método integral, a partir da mesma altura. Até Setembro de 2002 a actividade da Escelsa e da Enersul está reflectida nos Resultados Financeiros do Grupo EDP, dado que ambas as empresas eram consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial;

- **Encerramento da ONI Way**

Em Dezembro de 2002, a ONI decidiu descontinuar a sua actividade no negócio das telecomunicações móveis, no seguimento da proposta feita pelos três operadores móveis para a aquisição de activos e das acções representativas do Capital Social da ONI Way. O impacto desta empresa nas demonstrações financeiras do Grupo EDP no primeiro semestre de 2003 deve-se aos custos relacionados com o processo de encerramento, o qual não se encontra concluído.

No primeiro semestre de 2003 não ocorreram alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo EDP.

**3.2 GRUPO EDP**
**3.2.1 Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados**

<b>Balanço Consolidado</b>		
	milhões de euros	
	<b>1S 2003</b>	<b>2002</b>
<b>Activo</b>	<b>18 071,4</b>	<b>18 125,2</b>
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo (Líquido)	13 046,4	13 047,4
Investimento Financeiro (Líquido)	1 771,0	1 896,0
Créditos Médio/Longo Prazo	263,4	260,6
Activo Circulante (Líquido)	1 745,8	1 802,1
Acréscimos e Diferimentos	1 244,8	1 119,1
<b>Capital Próprio + Passivo</b>	<b>18 071,4</b>	<b>18 125,2</b>
Provisões para Riscos e Encargos	762,6	806,3
Correcção de Hidraulicidade	383,0	324,1
Passivo Financeiro	8 003,1	7 994,1
Outros Passivos	1 272,8	1 368,8
Acréscimos e Diferimentos	2 179,8	2 072,5
Capitais Próprios	5 413,1	5 494,2
Interesses Minoritários	57,0	65,2

<b>Demonstração de Resultados Consolidados</b>			
	milhões de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>3 474,0</b>	<b>3 182,4</b>	<b>9,2%</b>
Vendas e prestações de serviços	3 345,7	3 064,0	9,2%
Trabalhos para a própria empresa	116,7	106,0	10,1%
Outros Proveitos Operacionais	11,6	12,4	-6,1%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>3 067,2</b>	<b>2 829,1</b>	<b>8,4%</b>
Custo das Existências Vendidas e Consumidas	1 843,3	1 738,4	6,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	310,2	296,8	4,5%
Custos com o Pessoal	345,3	316,8	9,0%
Amortizações e Provisões do exercício	470,9	392,8	19,9%
Rendas de concessões e centros electroprodutores	87,9	78,2	12,4%
Outros Custos Operacionais	9,6	6,1	56,8%
<b>Resultados Operacionais (EBIT)</b>	<b>406,8</b>	<b>353,3</b>	<b>15,2%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	877,7	746,1	17,6%
<b>Proveitos Financeiros</b>	<b>195,1</b>	<b>177,0</b>	<b>10,2%</b>
<b>Custos Financeiros</b>	<b>377,6</b>	<b>296,7</b>	<b>27,3%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 182,5</b>	<b>- 119,7</b>	<b>-52,5%</b>
<b>Proveitos Extraordinários</b>	<b>93,9</b>	<b>84,7</b>	<b>10,8%</b>
<b>Custos Extraordinários</b>	<b>34,5</b>	<b>36,5</b>	<b>-5,5%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>59,4</b>	<b>48,2</b>	<b>23,2%</b>
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>283,7</b>	<b>281,8</b>	<b>0,7%</b>
Imposto sobre o Rendimento	110,7	85,3	29,8%
Interesses Minoritários	- 9,0	- 34,1	73,6%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>182,0</b>	<b>230,6</b>	<b>-21,1%</b>

Os resultados do Grupo EDP aumentaram significativamente a nível operacional no primeiro semestre de 2003. O EBITDA aumentou 18% (131,7 milhões de euros) e o EBIT cresceu 15% (53,6 milhões de euros). No aumento do EBITDA a alteração do perímetro de consolidação do Grupo foi o factor de maior influência. A Hidrocontábrico contribuiu com 49,6 milhões de euros, enquanto a Escelsa e a Enersul contribuíram com 30,6 milhões de euros e 20,5 milhões de euros, respectivamente. Excluindo este efeito, o EBITDA do Grupo aumentou 4% (31,0 milhões de euros).

Os resultados antes de impostos situaram-se nos 283,7 milhões de euros, na sequência de um aumento de 62,9 milhões de euros nos encargos financeiros em comparação com o primeiro semestre de 2002. A mudança no perímetro de consolidação teve ainda um impacto nos juros líquidos de 28,1 milhões de euros e no aumento das amortizações relativas ao *goodwill* de 24,6 milhões de euros. Tal deve-se a um aumento da dívida ao nível da EDP  *Holding*, após o financiamento da aquisição de 40% da Hidrocontábrico, e à consolidação pela primeira vez da Electra (participada em Cabo Verde detida em 30,6% pela EDP), que levou à inclusão das perdas acumuladas desde 2000 no montante de 7,2 milhões de euros.

Apesar do bom desempenho operacional do Grupo EDP, o Resultado Líquido diminuiu de 230,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2002 para 182,0 milhões de euros no presente semestre.

A taxa de imposto efectiva subiu de 30% para 39% (25,3 milhões de euros) em termos absolutos quando comparada com o mesmo período do ano passado. A base tributária teve um impacto negativo devido ao aumento do *goodwill* e à mudança do método de consolidação da Escelsa e da Enersul. No entanto, o impacto mais significativo provém da correcção às estimativas de imposto de anos anteriores: i) 22,7 milhões de euros de impostos a menos no primeiro semestre de 2002 relativos a um excesso de estimativa de imposto no ano anterior; ii) 7,7 milhões de euros de impostos a mais no primeiro semestre de 2003 relativos a uma estimativa insuficiente de imposto em 2002. Os interesses minoritários diminuíram 25,1 milhões de euros, devido ao menor impacto dos prejuízos da ONI e a um contributo positivo das subsidiárias brasileiras depois da consolidação pelo método integral.

### 3.2.2 Resultado Operacional

Os Resultados Operacionais do Grupo EDP registaram um aumento de 15% (53,6 milhões de euros), graças à contribuição das novas subsidiárias. No entanto, o Resultado Operacional consolidado foi penalizado devido à subida dos custos de amortização da EDP Distribuição, sendo 6,9 milhões de euros o impacto da amortização dos novos sistemas informáticos. As provisões da EDP Distribuição aumentaram cerca 14 milhões de euros, dos quais 7,2 milhões de euros devem-se a um aumento de clientes em cobrança duvidosa, reflexo de um ambiente económico desfavorável, enquanto 7,3 milhões de euros são relativos a juros de mora cobrados em atrasos na liquidação de facturas de electricidade dos municípios.

<b>Resultado Operacional por Negócio</b>					
	milhares de euros				
	1S 2003		1S 2002		Δ%
EDP Produção	284 268	69,9%	283 092	80,1%	0,4%
EDP Distribuição	50 129	12,3%	74 783	21,2%	-33,0%
EDP Energia	29 723	7,3%	- 6 071	-1,7%	589,6%
40% Hidrocontábrico (1)	33 422	8,2%	6 560	1,9%	409,5%
Bandeirante	13 841	3,4%	27 313	7,7%	-49,3%
Escelsa (2)	15 689	3,9%	-	-	-
Enersul (2)	10 702	2,6%	-	-	-
Telecomunicações	- 43 002	-10,6%	- 55 941	-15,8%	23,1%
Tecnologias de Informação	9 513	2,3%	12 479	3,5%	-23,8%
Outros	2 553	0,6%	11 037	3,1%	-76,9%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>406 838</b>	<b>100,0%</b>	<b>353 252</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,2%</b>

(1) No 1S 2002, corresponde a 40% do Resultado Operacional da Hidrocontábrico de Junho.

(2) No 1S 2002 a Escelsa e a Enersul consolidaram pelo Método de Equivalência Patrimonial.

O controlo de custos, como importante objectivo de gestão, permitiu que na primeira metade do ano os fornecimentos e serviços externos, excluindo as alterações devidas ao novo perímetro de consolidação, baixassem 3% e os custos com pessoal descessem 1%. A EDP vai prosseguir esta política de contenção de custos e redução de pessoal agora que a Entidade Reguladora do Sector Energético aprovou o reconhecimento dos custos de reestruturação previstos para 2003 e 2004 nas tarifas. Um total de 485,7 milhões de euros podem vir a reflectir-se directamente nestas reestruturações e ser passados para as tarifas até 2025. Este acordo permitirá à empresa modernizar-se e tornar-se mais flexível e competitiva.

### 3.2.3 Resultado Financeiro

<b>Demonstração de Resultados Financeiros</b>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Juros suportados/obtidos	- 155 769	- 118 502	-31,4%
Ganhos/perdas em empresas do Grupo e associadas	7 191	- 16 443	143,7%
Diferenças de câmbio líquidas	2 459	23 634	-89,6%
Rendimentos de participações de capital	31 481	25 700	22,5%
Amortização <i>Goodwill</i> - Hidrocontábrico	- 2 898	- 483	-500,0%
Amortização <i>Goodwill</i> / Dto. Concessão - Bandeirante	- 4 217	- 6 420	34,3%
Amortização <i>Goodwill</i> / Dto. Concessão - Iven	- 18 760	- 9 207	-103,8%
Amortização <i>Goodwill</i> - Optep	0	- 2 127	100,0%
Amortização <i>Goodwill</i> - Comunitel	- 4 265	- 5 178	17,6%
Amortização <i>Goodwill</i> - Ace Holding S.G.P.S.	- 396	- 733	46,0%
Amortização <i>Goodwill</i> - Affinis	- 318	-	-
Outros	- 37 040	- 9 919	-273,4%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 182 532</b>	<b>- 119 678</b>	<b>-52,5%</b>

Os Resultados Financeiros do Grupo EDP pioraram em 62,9 milhões de euros (52,5%) relativamente ao primeiro semestre de 2002, mais uma vez devido às alterações no perímetro de consolidação, nomeadamente o fim da consolidação pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP) da Escelsa e da Enersul. A Hidrocontábrico, que motivou uma alteração ao perímetro de consolidação ainda no primeiro

semestre de 2002, em Junho, ao passar a ser consolidada proporcionalmente em 40%, foi consolidada pelo MEP nos primeiros cinco meses de 2002, com impacto nos Resultados Financeiros desse período.

Para além das alterações ao perímetro de consolidação, há a destacar:

- **Juros**

A Escelsa tem uma emissão de obrigações denominadas na moeda norte-americana, num total de 431 milhões de dólares, da qual a EDP  *Holding* detém aproximadamente 83%. Assim sendo, no primeiro semestre de 2003, a EDP consolidou integralmente 18,4 milhões de euros de juros líquidos da Escelsa, que foram recebidos pela EDP  *Holding*, razão pela qual foram anulados contra igual montante de cupão pago pela Escelsa. A variação em juros líquidos também é devida à consolidação integral da Enersul (+7,0 milhões de euros), à consolidação proporcional de 40% da Hidrocantábrico (+16,2 milhões de euros) e aumento da dívida da EDP  *Holding*, compensado pela descida das taxas de juro indexantes;

A gestão activa da cobertura do risco da taxa de juro da dívida financeira da EDP, tendo como objectivo a redução do custo de financiamento, tem sido eficaz ao longo do tempo, como é evidenciado pelos ganhos em derivativos;

- **Consolidação de empresas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP)**

Este ano a EDP consolidou pelo Método de Equivalência Patrimonial 7,2 milhões de euros de perdas acumuladas (de 2000 a 2002) da Electra, a empresa de distribuição de Cabo Verde em que o Grupo EDP detém uma participação de 30,6%. Até ao primeiro semestre de 2003 o investimento financeiro na Electra estava valorizado nas contas da EDP ao custo de aquisição;

Ganhos/Perdas em Empresas do Grupo e Associadas		
	milhares de euros	
	Capital detido	1S 2003
REN	30,0%	10 871
SPE (CEM)	21,8%	2 522
Electra	30,6%	- 7 237
Outros	-	1 035
<b>Total</b>		<b>7 191</b>

- **Rendimentos de Participações de Capital**

Embora no primeiro semestre de 2003 a EDP tenha recebido menos 4,7 milhões de euros de dividendos do BCP que no primeiro semestre de 2002, registou mais 12,0 milhões de euros de dividendos da Iberdrola este ano;

- **Amortização de Goodwill**

No primeiro semestre de 2003 a EDP começou a amortizar o *goodwill* que resultou da OPA sobre a IVEN (Novembro de 2001). A variação também reflecte a amortização do *goodwill* respeitante à Hidrocantábrico no primeiro semestre de 2003;

- **Diferenças de Câmbio**

Uma vez que a Escelsa é emitente de uma obrigação em dólares, os Resultados Financeiros da empresa são influenciados por diferenças cambiais resultantes da volatilidade do Real. Durante o primeiro semestre de 2002 a EDP *Holding* adquiriu 102,5 milhões de dólares em activos com o único propósito de cobrir a sua parte na dívida denominada em dólares das subsidiárias brasileiras e mitigar os efeitos desta exposição. Durante o segundo semestre de 2002 a EDP aumentou para aproximadamente 83% a sua participação na emissão obrigacionista em dólares da Escelsa, que se encontram registados ao nível da EDP *Holding*. No primeiro semestre de 2003 a EDP consolidou integralmente a Escelsa e os ganhos cambiais registados localmente, devido à apreciação do Real face ao Dólar, estes foram compensados pelas perdas cambiais registadas pela EDP *Holding* sobre o seu activo "Senior Notes" da Escelsa.

### 3.2.4 Dívida Financeira

No final do primeiro semestre de 2003, a dívida financeira do Grupo EDP ascendia a 8 003,1 milhões de euros. Comparando com o primeiro semestre de 2002, a dívida financeira da EDP *Holding* aumentou 881 milhões de euros, que incluem os 783 milhões de euros pagos à EnBW para a aquisição da participação de 40% na Hidrocantábrico e a compra de 357,4 milhões de dólares de Bonds da Escelsa por 268,7 milhões de dólares. A consolidação integral da Escelsa e da Enersul contribuiu com um aumento líquido de 329,3 milhões de euros na dívida consolidada da EDP (líquido de 83% das "Senior Notes" da Escelsa detidas pela EDP *Holding*).

<b>Dívida Financeira</b>		
<i>Grupo EDP</i>		
	milhares de euros	
	<b>1S 2003</b>	<b>2002</b>
<b>Dívida - médio / longo prazo</b>	<b>6 214 214</b>	<b>6 107 042</b>
Empréstimos por Obrigações não Convertíveis	3 488 640	3 392 111
Dívidas a Instituições de Crédito	2 709 513	2 697 721
Outros Empréstimos Obtidos	16 061	17 210
<b>Dívida - curto prazo</b>	<b>1 788 849</b>	<b>1 887 034</b>
Empréstimos por Obrigações não convertíveis	61 781	12 261
Dívidas a Instituições de Crédito	1 727 068	1 874 773
<b>Total Grupo EDP</b>	<b>8 003 063</b>	<b>7 994 076</b>

No primeiro semestre de 2003, a ONI e as subsidiárias Brasileiras representavam 16% (1 306,4 milhões de euros) da dívida consolidada do Grupo EDP. No entanto, se excluída a parte dos Interesses Minoritários, a parte da dívida destas empresas correspondente à EDP diminui para 828.2 milhões de euros. No Brasil é de notar que as companhias eléctricas estão a financiar dívida Estatal através de empréstimos especiais contratados junto do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social) para compensar as perdas do racionamento e os custos da "Parcela A". O aumento de 81,2 milhões de euros na dívida das subsidiárias brasileiras desde o final do ano de 2002 está fortemente influenciado pelos 13% de apreciação do Real face ao Euro no período.

### 3.2.5 Resultados Extraordinários

<b>Demonstração de Resultados Extraordinários</b>			
	milhares de euros		Δ%
	1S 2003	1S 2002	
Ganhos/(Perdas) em imobilizações	6 414	15 457	-58,5%
Redução de provisões e amortizações	23 280	12 879	80,8%
Correcções relativas a exercícios anteriores (líquido)	- 2 408	- 5 046	52,3%
Compensação de amortizações	39 069	37 362	4,6%
Dívidas incobráveis	- 288	- 679	57,5%
Ganhos/(Perdas) em existências	- 537	- 1 008	46,7%
Outros Ganhos/(Perdas)	- 6 150	- 10 756	42,8%
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>59 380</b>	<b>48 209</b>	<b>23,2%</b>

Os Resultados Extraordinários do Grupo EDP ascenderam a 59,4 milhões de euros, grande parte deste montante resultando da recorrente amortização dos subsídios ao investimento da EDP Distribuição.

No primeiro semestre de 2003 os ganhos em imobilizações resultam essencialmente da venda de activos da ONI Way na sequência do seu processo de encerramento, dado que os activos cuja alienação deu lugar a mais-valias não haviam sido considerados na provisão de encerramento constituída no final de 2002. No primeiro semestre de 2002 os ganhos em imobilizações derivavam na sua maioria da alienação de edifícios de escritórios ao Fundo de Pensões da EDP.

No primeiro semestre de 2003 está reflectida a redução de uma provisão que havia sido constituída para mitigar a eventual perda de valor de mercado de activos em dólares detidos pela Escelsa (NBCE's).

### 3.2.6 Investimento

O investimento operacional totalizou 419,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2003. Se excluído o investimento da ONI Way no primeiro semestre de 2002 (66,0 milhões de euros) e o investimento em sistemas informáticos da EDP Distribuição em 2002 e 2003 (transferência de propriedade de outra empresa do Grupo EDP, sem impacto no *cash-(out)flow* consolidado), o investimento operacional teria caído 10,0%.

<b>Investimento Operacional</b>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>EDP Produção</b>	<b>86 830</b>	<b>113 666</b>	<b>-23,6%</b>
Produção Vinculada	26 745	20 238	32,2%
Produção Não Vinculada	48 586	86 223	-43,7%
Produção em Regime Especial	7 755	6 403	21,1%
Investimento Não Específico	3 744	802	366,8%
<b>EDP Distribuição</b>	<b>141 230</b>	<b>137 804</b>	<b>2,5%</b>
Alta / Média Tensão	46 999	30 706	53,1%
Baixa Tensão	59 069	55 963	5,6%
Iluminação Pública	8 279	4 228	95,8%
Sistemas Informáticos (1)	8 110	38 445	-78,9%
Outros	18 773	8 462	121,8%
<b>EDP Energia</b>	<b>1 748</b>	<b>4 410</b>	<b>-60,4%</b>
<b>Electricidade Portugal</b>	<b>229 808</b>	<b>255 880</b>	<b>-10,2%</b>
Produção	37 068	57 175	-35,2%
Distribuição (2)	29 608	39 519	-25,1%
EDP-Brasil	86	167	-48,7%
<b>Electricidade Brasil</b>	<b>66 762</b>	<b>96 861</b>	<b>-31,1%</b>
<b>Hidrocantábriico (3)</b>	<b>83 091</b>	<b>78 216</b>	<b>6,2%</b>
<b>Telecomunicações</b>	<b>18 182</b>	<b>95 000</b>	<b>-80,9%</b>
<b>Tecnologias de Informação</b>	<b>18 127</b>	<b>23 383</b>	<b>-22,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>3 681</b>	<b>12 234</b>	<b>-69,9%</b>
<b>Investimento Operacional Total</b>	<b>419 651</b>	<b>561 574</b>	<b>-25,3%</b>

NOTA: Nos negócios do Grupo EDP salienta-se que os valores não correspondem nem à óptica de consolidação nem de *cash-(out)flow* porque é apresentado para cada empresa o investimento operacional total, independentemente da participação do Grupo EDP na empresa e de mudanças de propriedade interna no Grupo.

- (1) Sistemas informáticos transferidos do Grupo Edinfor para a EDP Distribuição, não afectando o *cash-(out)flow* do Grupo EDP
- (2) Inclui-se para 2002 e 2003 os valores de investimento total das empresas Escelsa e Enersul. Note-se que, Até Outubro de 2002 estas empresas consolidavam pelo Método de Equivalência Patrimonial, passando depois a ser consolidadas integralmente.
- (3) A Hidrocantábriico passou a ser consolidada nas contas do Grupo EDP em 01 de Junho de 2002.

A EDP Produção investiu mais 38,5 milhões de euros na nova central de ciclo combinado a gás natural da TER e 14,7 milhões de euros na expansão da central hidroeléctrica da Venda Nova. A EDP Produção investiu ainda 6,5 milhões de euros, através da Enernova, na instalação de 18MW de capacidade adicional nos parques eólicos da Serra do Barroso (12 MW - 6 turbinas) e Cabeço da Rainha (6 MW – 3 turbinas). A maior parte desta capacidade adicional (90%) ficou disponível durante o primeiro semestre de 2003, não tendo ainda entrado em operação. A empresa tem investimentos planeados até 2008 de cerca de 400 milhões de euros em 550MW adicionais de capacidade de produção eólica.

A maioria do investimento recorrente da EDP Distribuição esteve relacionado com a expansão e melhoramento da rede de distribuição.

Cerca de 33,2 milhões de euros correspondem ao contributo de 40% do investimento da Hidrocantábriico para o investimento do Grupo EDP. O investimento da Hidrocantábriico no primeiro semestre de 2003

esteve sobretudo relacionado com dois parques eólicos com 64 MW e 34 MW de capacidade instalada, cujo início das operações está agendado para Agosto e Outubro respectivamente.

A ONI investiu 18,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, correspondendo a 4% do total do investimento do Grupo EDP. Cerca de 61% do investimento da ONI foi efectuado nas operações de linha fixa em Espanha.

Investimento Operacional								
Brasil								
	milhares de reais				milhares de euros			
	1S 2003		1S 2002		1S 2003		1S 2002	
	Investimento Total	Aportes EDP	Investimento Total	Aportes EDP	Investimento Total	Aportes EDP	Investimento Total	Aportes EDP
<b>Produção</b>	<b>121 880</b>	<b>91 556</b>	<b>161 004</b>	<b>79 406</b>	<b>37 068</b>	<b>27 845</b>	<b>57 175</b>	<b>28 198</b>
AHE Peixe Angical	12 690	36 347	67 753	56 379	3 859	11 054	24 060	20 021
UTE Fafen	90 154	47 738	35 264	5 263	27 419	14 519	12 523	1 869
UHE Lajeado	17 406	1 368	52 503	644	5 294	416	18 645	229
Enertrade	10	0	190	9 834	3	0	67	3 492
Energest	154	3 002	2 986	3 978	47	913	1 060	1 413
Enercorp (Ipueiras)	1 466	3 101	2 308	3 308	446	943	820	1 175
Estudos e Projectos	1 620	6 103	5 294	7 286	493	1 856	1 880	2 587
<b>Distribuição</b>	<b>97 351</b>	<b>0</b>	<b>111 285</b>	<b>0</b>	<b>29 608</b>	<b>-</b>	<b>39 519</b>	<b>0</b>
Bandeirante	57 209	-	34 305	-	17 400	-	12 182	-
Escelsa (1)	23 349	-	24 571	-	7 101	-	8 726	-
Enersul (1)	16 793	-	52 409	-	5 107	-	18 611	-
<b>EDP Brasil, S.A.</b>	<b>282</b>	<b>0</b>	<b>469</b>	<b>33 133</b>	<b>86</b>	<b>0</b>	<b>167</b>	<b>11 766</b>
<b>Investimento Operacional Total</b>	<b>219 513</b>	<b>91 556</b>	<b>272 758</b>	<b>112 539</b>	<b>66 762</b>	<b>27 845</b>	<b>96 861</b>	<b>39 964</b>

(1) A Escelsa e a Enersul consolidaram até Setembro de 2002 pelo Método de Equivalência Patrimonial e integralmente a partir de Outubro. Para efeitos de comparação, apresentam-se os valores correspondentes a 100% destas empresas em 2002 e 2003.

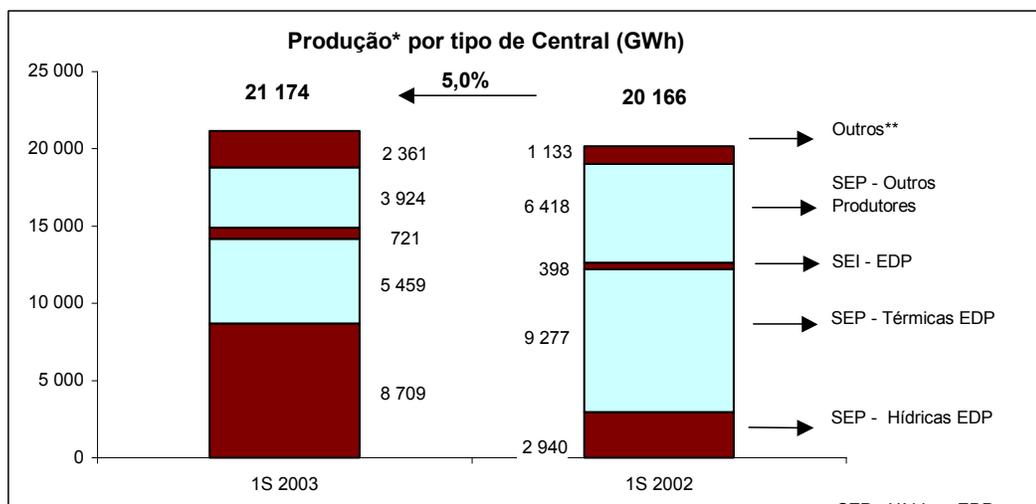
Nas empresas produtoras brasileiras, os aportes de capital da EDP Brasil destinaram-se essencialmente à reopontenciação da Central Termoeléctrica Fafen (para aumento de capacidade da central de 54 MW para 133 MW) e à conclusão da Central Hidroeléctrica do Lajeado. O restante investimento teve um carácter recorrente no sentido da conservação.

O investimento das Distribuidoras Brasileiras visa a modernização e automatização da rede de distribuição, tendo por objectivo final a redução dos custos de manutenção e do número de efectivos.

### 3.3 EDP PRODUÇÃO

<b>Balanzo Energético (GWh)</b>				
<i>Produção</i>				
		<u>1S 2003</u>	<u>1S 2002</u>	<u>Δ%</u>
<b>ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA</b>		<b>1,30</b>	<b>0,51</b>	<b>0,79</b>
<i>(Coeficiente de Hidraulicidade)</i>				
<b>Centrais da EDP</b>				
Emissão hidroeléctrica	(SEP)	8 709	2 940	196,2%
Emissão termoeléctrica	(SEP)	5 459	9 277	-41,2%
Emissão hidroeléctrica	(SENV)	429	250	71,5%
Emissão termoeléctrica	(SENV)	0	0	-
Emissão mini-hídricas	(PRE)	128	1	10455,2%
Emissão Eólica	(PRE)	57	55	3,3%
Emissão Biomassa	(PRE)	19	20	-0,9%
Emissão Cogeração	(PRE)	346	294	17,7%
<b>Produção Líquida EDP</b>		<b>15 147</b>	<b>12 837</b>	<b>18,0%</b>
Vendas directas a Clientes Industriais *		- 257	- 222	-15,8%
<b>Emissão para a rede (EDP)</b>		<b>14 890</b>	<b>12 615</b>	<b>18,0%</b>
Outros Produtores do SEP	(SEP)	3 924	6 418	-38,9%
Autoprodutores	(SEI)	1 630	1 195	36,5%
Saldo Importador / (Exportador)		940	257	265,2%
Bombagem Hidroeléctrica		- 210	- 319	34,2%
<b>Consumo referido à emissão</b>		<b>21 174</b>	<b>20 166</b>	<b>5,0%</b>
Compensação síncrona		- 20	- 20	2,3%
Consumos próprios da Produção		- 2	- 2	4,5%
Consumos próprios da Rede de Transporte		- 5	- 5	-1,9%
Perdas		- 398	- 313	-27,0%
<b>Energia entregue na Distribuição</b>		<b>20 749</b>	<b>19 826</b>	<b>4,7%</b>

\* associados a instalações de cogeração.



\* Produção de Electricidade Líquida de bombagem das hídricas, correspondendo ao "Consumo Referido à Emissão".

\*\* Outros = Autoprodutores + Saldo Importador / Exportador - Bombagem

A produção líquida da EDP atingiu os 15 147 GWh no primeiro semestre de 2003, incluindo cerca de 61% de geração hidroeléctrica que compara com 25% no primeiro semestre de 2002.

Este aumento de 18,0% na produção líquida da EDP é explicado simultaneamente pela elevada precipitação registada no início do ano (coeficiente de hidraulicidade de 1,30 no primeiro semestre de 2003 comparado com 0,51 no primeiro semestre de 2002) e pelo aumento de 5,0% do consumo referido à emissão associado a um Inverno rigoroso.

Dado que a EDP detém a quase totalidade da capacidade hidroelétrica instalada em Portugal, a sua contribuição para o consumo referido à emissão subiu de 63% no primeiro semestre de 2002 para 70% no primeiro semestre de 2003.

<b>Demonstração de Resultados</b>			
<i>EDP Produção</i>			
	milhares de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>662 634</b>	<b>744 612</b>	<b>-11,0%</b>
Vendas de Electricidade	626 512	712 260	-12,0%
Outras Vendas	9 603	6 547	46,7%
Prestação de Serviços	6 374	7 620	-16,4%
Trabalhos para a própria empresa	17 462	15 052	16,0%
Outros Proveitos e ganhos operacionais	2 683	3 133	-14,4%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>378 366</b>	<b>461 520</b>	<b>-18,0%</b>
Electricidade	30 372	6 735	351,0%
Combustíveis para produção de electricidade	131 018	239 681	-45,3%
Materiais diversos e mercadorias	1 980	2 354	-15,9%
Fornecimentos e serviços externos - Terceiros	20 079	22 509	-10,8%
Fornecimentos e serviços externos - Grupo	8 520	4 982	71,0%
Custos com o pessoal	60 638	60 937	-0,5%
Amortizações do exercício	118 140	113 183	4,4%
Provisões	4 916	8 561	-42,6%
Rendas de concessão	1 883	1 825	3,2%
Outros custos e perdas operacionais	820	753	8,9%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>284 268</b>	<b>283 092</b>	<b>0,4%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	407 324	404 836	0,6%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 41 958</b>	<b>- 42 452</b>	<b>1,2%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>6 946</b>	<b>5 456</b>	<b>27,3%</b>
Impostos e Interesses Minoritários	- 82 698	- 82 424	-0,3%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>166 558</b>	<b>163 672</b>	<b>1,8%</b>

NOTA: Sub-consolidação não auditada

<b>Proveitos de Vendas de Electricidade</b>			
<i>EDP Produção</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>CPPE</b>	<b>554 914</b>	<b>671 471</b>	<b>-17,4%</b>
PPA Parcela Fixa - CPPE	439 953	430 213	2,3%
PPA Parcela Variável - CPPE	114 961	241 258	-52,3%
<b>Mini-Hídricas</b>	<b>44 768</b>	<b>22 666</b>	<b>97,5%</b>
HDN	23 113	11 537	100,3%
Hidrocenel	21 655	11 129	94,6%
<b>Eólica (Enernova)</b>	<b>5 009</b>	<b>4 647</b>	<b>7,8%</b>
<b>Biomassa (Central de Mortágua)</b>	<b>1 341</b>	<b>1 141</b>	<b>17,5%</b>
<b>Cogeração (Soporgen e Energin)</b>	<b>20 480</b>	<b>12 335</b>	<b>66,0%</b>
<b>Total EDP Produção</b>	<b>626 512</b>	<b>712 260</b>	<b>-12,0%</b>

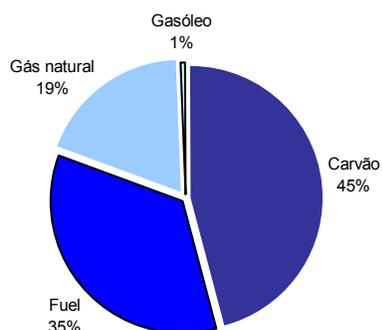
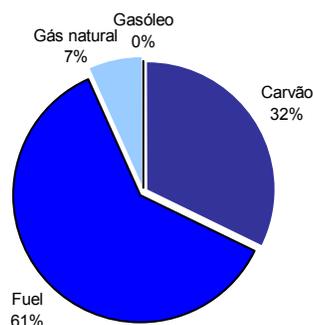
NOTA: Sub-consolidação não auditada

A parcela fixa dos CAE (Contratos de Aquisição de Energia) aumentou 2,3% dado que os coeficientes de disponibilidade foram superiores nas centrais hidroeléctricas e termoeléctricas da CPPE e porque foi ajustado o valor da parcela fixa ao Índice de Preços do Consumidor, conforme previsto nos CAE.

A parcela variável dos CAE no primeiro semestre de 2003 caiu 52,3% dado o menor recurso às centrais termoeléctricas da CPPE, consequência de um semestre pluvioso. Mais uma vez, a CPPE conseguiu comprar carvão e fuel a preços inferiores aos implícitos na parcela variável dos CAE (111,1 milhões de euros vs 115,0 milhões de euros). O aumento no custo do gás natural no primeiro semestre de 2003 é artificial uma vez que apenas foram contabilizados custos de 5 meses no primeiro semestre de 2002 (3,0 milhões de euros respeitantes ao consumo do mês de Junho de 2002 foram apenas contabilizados no terceiro trimestre do ano).

<b>Consumo de Combustíveis</b>			
<i>EDP Produção</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Carvão	59 667	77 070	-22,6%
Fuel	44 964	146 653	-69,3%
Gás natural	24 693	15 692	57,4%
Gasóleo	669	266	151,5%
Resíduos Florestais	1 025	0	-
<b>Total Combustíveis</b>	<b>131 018</b>	<b>239 681</b>	<b>-45,3%</b>

NOTA: Sub-consolidação não auditada

**Consumo de Combustíveis - 1S 2003**

**Consumo de Combustíveis - 1S 2002**


Apesar do nível de vendas mais reduzido, a margem bruta da electricidade da EDP Produção aumentou 8,8% do primeiro semestre de 2002 para o primeiro semestre de 2003. Este facto deve-se à recorrente alta disponibilidade das centrais produtoras da CPPE e aos ganhos acima apontados relativos à eficiência na compra de combustível.

<b>Fornecimento e Serviços Externos - Terceiros</b>			
<i>EDP Produção</i>			
	milhares de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
Prémios de Seguros	4 347	7 762	-44,0%
Conservação e Reparação	6 402	7 640	-16,2%
Vigilância e Segurança	1 086	1 210	-10,2%
Trabalhos Especializados	2 476	1 510	64,0%
Outros	5 768	4 387	31,5%
<b>Total FSE's - Terceiros</b>	<b>20 079</b>	<b>22 509</b>	<b>-10,8%</b>

NOTA: Sub-consolidação não auditada

Os FSE's prestados por entidades externas ao Grupo EDP caíram 10,8%. No entanto, o primeiro semestre de 2002 inclui a factura de seguros da maior parte do ano 2002, enquanto o primeiro semestre de 2003 inclui apenas o custo de 6 meses. Se corrigido deste efeito, os FSE's no primeiro semestre de 2003 teriam caído 7,8% face ao primeiro semestre de 2002, graças à gestão rigorosa dos custos de operação e manutenção.

<b>Custos com Pessoal</b>			
<i>EDP Produção</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Custos com Pessoal</b>	<b>60 638</b>	<b>60 937</b>	<b>-0,5%</b>
Prémios para Pensões	5 950	5 508	8,0%
Correcção das reformas Antecipadas	6 589	6 594	-0,1%
Encargos Sociais com Pré-Reformados	659	659	0,0%
Encargos Médicos com Inactivos	1 528	1 325	15,3%
<b>Custos com Pessoal Corrigidos</b>	<b>45 912</b>	<b>46 851</b>	<b>-2,0%</b>

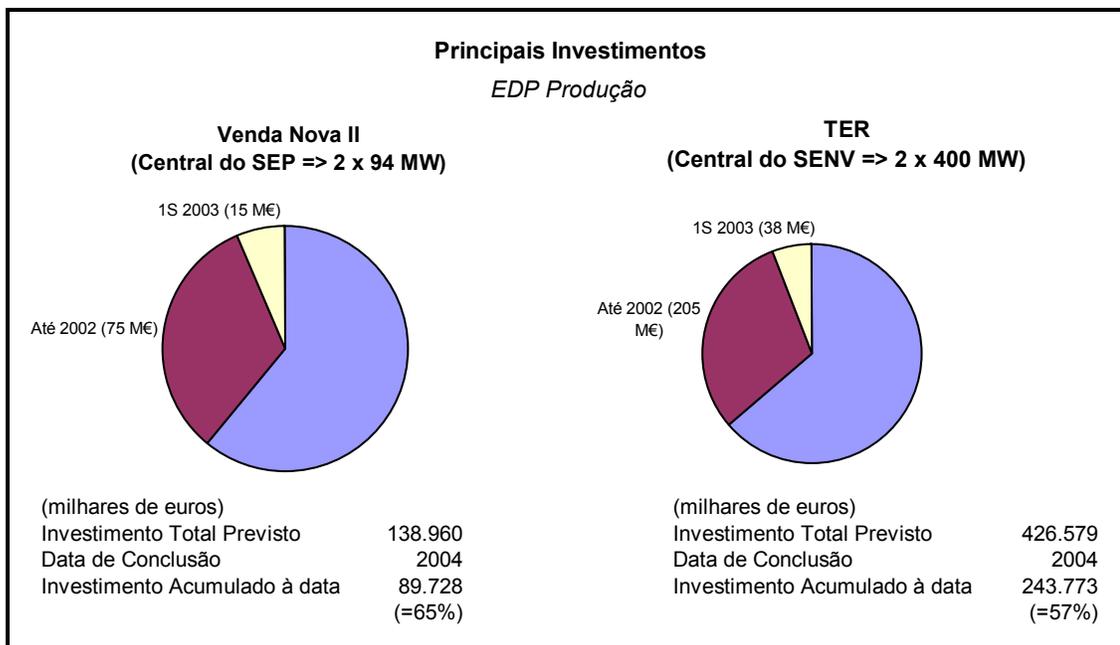
NOTA: Sub-consolidação não auditada

Os Custos com Pessoal ficaram constantes nos 61 milhões de euros. Quando corrigidos de todos os custos com pré-reformados, prémios para pensões e outros custos associados com trabalhadores inactivos, os Custos com Pessoal caíram 2,0%. Assistiu-se uma redução líquida de 80 empregados na EDP Produção entre o primeiro semestre de 2002 e o primeiro semestre de 2003, em grande parte devido à transferência de pessoas para a EDP Valor no último trimestre de 2002.

<b>Investimento Operacional</b>			
<i>EDP Produção</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Produção Vinculada	26 745	20 238	32,2%
Produção Não Vinculada	48 586	86 223	-43,7%
Produção em Regime Especial (1)	7 755	6 403	21,1%
Engenharias e O&M	3 744	802	366,8%
<b>Investimento Operacional Total</b>	<b>86 830</b>	<b>113 666</b>	<b>-23,6%</b>
<b>Recorrente</b>	<b>10 247</b>	<b>9 458</b>	<b>8,3%</b>
<b>Não Recorrente</b>	<b>76 583</b>	<b>104 208</b>	<b>-26,5%</b>

NOTA: Sub-consolidação não auditada

(1) Inclui investimento realizado na SOPORGEN e na ENERGIN AZÓIA, dado serem maioritariamente detidas pela EDP Cogeração.

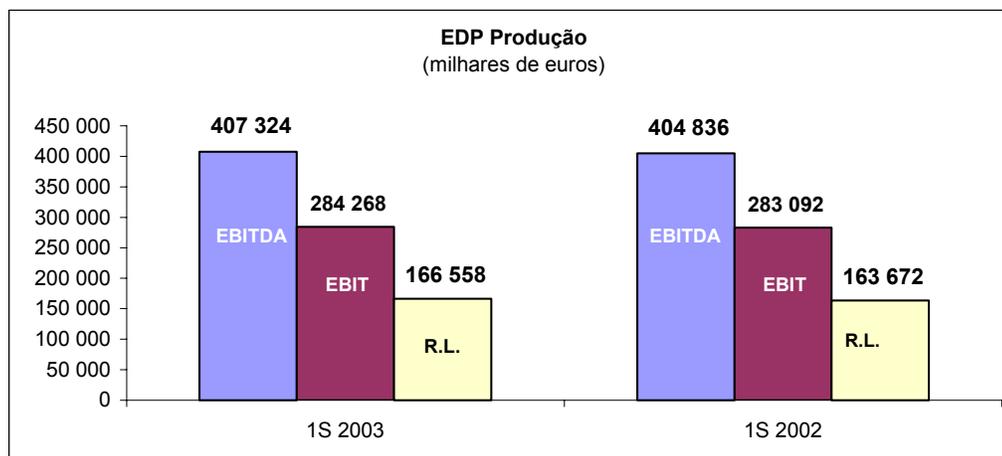


A EDP Produção investiu mais 38,5 milhões de euros na central de ciclo combinado a gás natural da TER e 14,7 milhões de euros na expansão da central de Venda Nova, projectos com entrada em serviço prevista para 2004.

A EDP Produção investiu, ainda, 6,5 milhões de euros em capacidade adicional nos parques eólicos: Serra do Barroso (12 MW) e Cabeço da Rainha (6 MW).

<b>Indicadores Gerais</b>			
<i>EDP Produção</i>			
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Quota de Mercado (Produção Líquida)</b>	<b>72%</b>	<b>64%</b>	<b>7,9%</b>
<b>Margem Bruta (Electricidade)</b>	<b>74,2%</b>	<b>65,4%</b>	<b>8,8%</b>
<b>Número de Trabalhadores</b>	<b>2 101</b>	<b>2 181</b>	<b>-3,7%</b>
<b>Investimento Operacional</b> (milhares de euros)	86 830	113 666	-23,6%

NOTA: Sub-consolidação não auditada



NOTA: Sub-consolidação não auditada

### 3.4 EDP DISTRIBUIÇÃO

<b>Balço Energético (GWh)</b>			
<i>EDP Distribuição</i>			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Energia entregue à rede de Distribuição</b>	<b>20 749</b>	<b>19 826</b>	<b>4,7%</b>
Consumos próprios da Distribuição	- 34	- 26	-34,4%
Perdas da Distribuição	- 1 225	- 1 037	-18,2%
<b>Energia saída da rede de Distribuição</b>	<b>19 490</b>	<b>18 763</b>	<b>3,9%</b>
<b>Vendas de energia a clientes do SEP</b>	<b>17 960</b>	<b>18 433</b>	<b>-2,6%</b>
MAT (Muito Alta Tensão)	555	405	37,0%
AT (Alta Tensão)	1 718	1 736	-1,0%
MT (Média Tensão)	4 662	5 678	-17,9%
BTE (Baixa Tensão Especial)	1 492	1 419	5,1%
BTN (Baixa Tensão Normal)	8 928	8 651	3,2%
IP (Iluminação Pública)	605	544	11,3%
<b>Entregas de energia a clientes do SENV</b>	<b>1 530</b>	<b>330</b>	<b>363,0%</b>
Cientes do Grupo EDP	1 018	233	337,1%
MAT (Muito Alta Tensão)	0	0	-
AT (Alta Tensão)	29	39	-23,5%
MT (Média Tensão)	989	194	408,5%
Cientes fora do Grupo EDP	512	97	424,8%
MAT (Muito Alta Tensão)	0	0	-
AT (Alta Tensão)	35	48	-27,8%
MT (Média Tensão)	477	49	874,3%

O total da energia distribuída no primeiro semestre de 2003 atingiu 19 490 GWh (excluindo consumos próprios e vendas a empresas do Grupo EDP), o que representa um crescimento anual de 3,9% do consumo de energia em Portugal, com o SEP (Sistema Eléctrico Público) a representar 92,1% do total da energia distribuída em Portugal no primeiro semestre de 2003.

As vendas de energia no SEP foram afectadas por um inverno mais rigoroso e pela passagem de alguns clientes de AT e MT do sistema vinculado para o SENV (Sistema Eléctrico Não Vinculado). Os segmentos de BTE e de BTN apresentaram taxas de crescimento de 5,1% e 3,2%, respectivamente. No primeiro semestre de 2003, a EDP Distribuição captou dois novos clientes de MAT, que deram origem a um crescimento de 37,0% nas vendas de energia deste segmento.

Número de Clientes e Vendas de Energia Eléctrica						
EDP Distribuição						
	Número Clientes			Vendas de Energia Eléctrica (GWh)		
	1S 2003	1S 2002	Δ%	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Total SEP</b>	<b>5 688 493</b>	<b>5 599 520</b>	<b>1,6%</b>	<b>17 960</b>	<b>18 433</b>	<b>-2,6%</b>
MAT	13	11	18,2%	555	405	37,0%
AT	102	97	5,2%	1 718	1 736	-1,0%
MT	19 307	20 084	-3,9%	4 662	5 678	-17,9%
BTE	27 582	26 967	2,3%	1 492	1 419	5,1%
BTN	5 599 799	5 511 812	1,6%	8 928	8 651	3,2%
Iluminação Pública	41 690	40 549	2,8%	605	544	11,3%
<b>Total SENV</b>	<b>1 244</b>	<b>48</b>	<b>2491,7%</b>	<b>1 530</b>	<b>330</b>	<b>363,0%</b>
Grupo EDP	913	35	2508,6%	1 018	233	337,1%
Outros	331	13	2446,2%	512	97	424,8%
<b>Total</b>	<b>5 689 737</b>	<b>5 599 568</b>	<b>1,6%</b>	<b>19 490</b>	<b>18 763</b>	<b>3,9%</b>

De acordo com a regulação existente, são considerados elegíveis para passagem para o SENV os consumidores de MAT, AT e MT, devendo o mercado da electricidade estar liberalizado para todos os níveis de tensão no final do primeiro semestre de 2004. No final do primeiro semestre de 2003, o número de clientes elegíveis totalizava 20 666, dos quais 1 244 escolheram ser fornecidos pelo SENV. O Grupo EDP conseguiu assegurar a permanência de 913 destes clientes através das suas empresas a operar no sistema não vinculado, sendo que a energia eléctrica consumida pelos clientes fora do Grupo EDP permite à EDP Distribuição a igual facturação do proveito de uso da rede e da comercialização da rede.

<b>Vendas de Energia Eléctrica</b>			
<i>EDP Distribuição</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Vendas de Electricidade Grupo</b>	<b>15 782</b>	<b>1 259</b>	<b>1.153,6%</b>
<b>Vendas de Electricidade Terceiros - SEP</b>	<b>1 749 811</b>	<b>1 713 245</b>	<b>2,1%</b>
Facturação	1 734 856	1 726 272	0,5%
MAT (Muito Alta Tensão)	24 401	17 208	41,8%
AT (Alta Tensão)	82 329	80 180	2,7%
MT (Média Tensão)	336 821	404 396	-16,7%
BTE (Baixa Tensão Especial)	142 541	137 844	3,4%
BT (Baixa Tensão)	1 113 274	1 059 103	5,1%
Iluminação Pública	49 164	43 308	13,5%
Descontos de interruptibilidade	- 12 896	- 12 612	-2,3%
Descontos de correcção tarifária	- 778	- 3 155	75,3%
Desvios Tarifários	14 955	- 13 027	214,8%
Desvio Tarifário 2002	17 879	- 23 270	176,8%
Desvio Tarifário 2003	5 541	-	-
Reposição Desvio Tarifário 2000	-	10 243	-100,0%
Reposição Desvio Tarifário 2001	- 3 354	-	-
Reposição Desvio Tarifário 2002	- 5 111	-	-
<b>Vendas de Electricidade Terceiros - SENV (1)</b>	<b>13 248</b>	<b>3 329</b>	<b>-</b>
<b>Vendas de Electricidade - Proveitos Totais</b>	<b>1 778 841</b>	<b>1 717 833</b>	<b>3,6%</b>
<b>Compras (Custo das Vendas) de Electricidade</b>	<b>1 182 214</b>	<b>1 141 615</b>	<b>3,6%</b>
Margem Bruta Vendas Electricidade - Terceiros	596 627	576 218	3,5%
Margem Bruta Vendas Electricidade - Terceiros	33,5%	33,5%	0,0%
<b>Margem Bruta (€/MWh)</b>	<b>30,61</b>	<b>30,71</b>	<b>-0,3%</b>

NOTA: Os Proveitos Permitidos para o 1S2003 e para o 1S2002 calculados com base num Balanço Energético estimado

(1) No 1S2002, estas receitas foram contabilizadas como Prestações de Serviços. Para efeitos de análise, os valores apresentados no 1S2002 incluem o montante contabilizado em Prestações de Serviços (3,3 milhões de euros)

No final do primeiro semestre de 2003, os proveitos de electricidade da EDP Distribuição totalizaram 1 778,8 milhões de euros, representando um crescimento de 3,6% em relação ao primeiro semestre de 2002.

De acordo com a regulação estabelecida pela ERSE para a actividade de Distribuição em Portugal, as diferenças entre as previsões da ERSE para um determinado ano relativamente às compras de electricidade por KWh da EDP Distribuição e o custo unitário em que a empresa incorreu, considerando o consumo real, dão lugar a um ajustamento a repercutir nas tarifas um ano depois. Adicionalmente, para o período regulatório de 2002 - 2004, e por forma a proporcionar um *pass-through* mais eficiente para as tarifas de venda aos clientes finais das variações ocorridas nos custos com combustíveis (componente variável dos custos com a compra de energia), a ERSE criou um mecanismo de ajustamento trimestral. Assim, diferenças ocorridas entre os custos com combustíveis estimados e reais são calculadas numa base trimestral e subsequentemente facturadas pela REN à EDP Distribuição com um desfasamento de 6 meses e repercutidas nas tarifas de venda aos clientes finais com um desfasamento de 6 meses para os segmentos de AT/MT e no ano seguinte para os segmentos de BT.

O ajustamento tarifário reconhecido no primeiro semestre de 2003 foi assim de 15,0 milhões de euros, 3,4 milhões de euros referentes à reposição do ajustamento tarifário positivo contabilizado no primeiro semestre de 2001; 5,1 milhões de euros referentes à reposição do ajustamento tarifário positivo do ano 2002 relativo ao mecanismo de ajustamento trimestral acima descrito; 5,5 milhões de euros relativos ao ajustamento tarifário do primeiro semestre de 2003, uma vez que o consumo real para o período ficou aquém do consumo estimado pela ERSE aquando da fixação das tarifas para o ano 2003, não possibilitando a recuperação da componente fixa dos custos com a compra de energia; e 17,9 milhões de euros relativos a um ajustamento extraordinário realizado ao desvio tarifário do ano 2002 no seguimento de uma correcção efectuada às quantidades de energia distribuídas no ano passado (36 905 GWh em vez de 36 715 GWh).

Para a EDP Distribuição, os custos com as compras de energia são objecto de um *pass - through* completo para as tarifas finais. Consequentemente, o aumento de 3,5% na margem bruta de electricidade reflecte um aumento de 14,4% nos proveitos permitidos para a Comercialização de Redes; um aumento de 21,3% nos proveitos permitidos para a Comercialização no SEP; e uma diminuição 3,8% e 2,9% no proveito unitário para o Uso de Rede de Distribuição entre 2002 e 2003 (de acordo com formula 'IPC - X') nos segmentos de AT/MT e BT, respectivamente; e um aumento estimado de 1,2% no consumo de electricidade (os Proveitos Permitidos para o primeiro semestre de 2003 e 2002 foram calculados com base num Balanço Energético estimado).

<b>Demonstração de Resultados</b>			
<i>EDP Distribuição</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>1 883 583</b>	<b>1 802 053</b>	<b>4,5%</b>
Vendas de electricidade - Terceiros	1 763 058	1 713 245	2,9%
Vendas de electricidade - Grupo	15 782	1 259	1153,6%
Prestação de serviços	8 622	12 492	-31,0%
Outras vendas	832	695	19,6%
Trabalhos para a própria empresa	88 105	67 896	29,8%
Outros proveitos e ganhos operacionais	7 184	6 466	11,1%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>1 833 454</b>	<b>1 727 270</b>	<b>6,1%</b>
Electricidade	1 182 214	1 141 615	3,6%
Materiais diversos e mercadorias	51 342	30 997	65,6%
Fornecimentos e serviços externos - Terceiros	52 690	59 127	-10,9%
Fornecimentos e serviços externos - Grupo	42 763	29 967	42,7%
Custos com o pessoal	202 525	196 052	3,3%
Amortizações do exercício	173 060	164 067	5,5%
Provisões	41 954	27 926	50,2%
Rendas de concessão	85 535	76 355	12,0%
Outros custos e perdas operacionais	1 371	1 164	17,8%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>50 129</b>	<b>74 783</b>	<b>-33,0%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	265 143	266 776	-0,6%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 17 270</b>	<b>- 14 588</b>	<b>-18,4%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>44 896</b>	<b>54 827</b>	<b>-18,1%</b>
Impostos e Interesses Minoritários	25 659	44 104	-41,8%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>52 096</b>	<b>70 918</b>	<b>-26,5%</b>

Apesar do aumento de 3,5% na margem bruta (em valor) da EDP Distribuição, o EBITDA caiu 0,6% em relação ao primeiro semestre de 2002 devido essencialmente a um aumento de 42,7% nos fornecimentos e serviços externos prestados por empresas do Grupo, sendo grande parte deste aumento explicado por uma factura de 10,3 milhões de euros relativa a serviços prestados pela EDP Valor. As rendas de concessão aumentaram 12,0%, reflectindo o aumento de 0,25 pontos percentuais na taxa média paga aos municípios (7,25% para 2003, a aplicar às receitas de electricidade de baixa tensão do ano anterior).

Os Resultados Operacionais decresceram 33,0% no período, tendo sido negativamente afectados pela criação de uma provisão de 7,3 milhões de euros relacionada com juros de mora relativos às dividas dos municípios, por um aumento de 7,2 milhões de euros nas provisões para clientes de cobrança duvidosa e por um aumento de 5,5% nas amortizações, este último devido à transferência da Edinfor para a EDP Distribuição de um sistema de informação no valor de 80,5 milhões de euros, a ser amortizado por um período de 6 anos, e que anteriormente estava contabilizado como "Imobilizado em Curso" na Edinfor. De notar que parte dos custos com materiais foram capitalizados no activo da empresa (tendo o seu impacto sido anulado na Demonstração de Resultados através de "Trabalhos para a Própria Empresa") e subsequentemente amortizados.

<b>Fornecimentos e Serviços Externos - Terceiros</b>			
<i>EDP Distribuição</i>			
	milhares de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
Conservação e Reparação	14 020	21 821	-35,8%
Trabalhos Especializados	16 952	14 758	14,9%
Comunicação	8 187	7 925	3,3%
Prémios de Seguros	2 732	4 053	-32,6%
Outros	10 799	10 570	2,2%
<b>Total FSE's - Terceiros</b>	<b>52 690</b>	<b>59 127</b>	<b>-10,9%</b>

A redução de 10,9% nos FSE's prestados por entidades externas ao Grupo EDP resulta principalmente de uma redução de 35,8% nas despesas de manutenção e conservação devido, por um lado, à renegociação de alguns contratos sendo que os pagamentos deixaram de ser efectuados por avença, e por outro, a uma maior utilização de recursos internos. Para além da variação dos custos com manutenção e reparação, os FSE's desceram em 2003 porque final do primeiro semestre de 2002 estava contabilizada uma estimativa para os custos com seguros que se veio a revelar excessiva. Os trabalhos especializados aumentaram 14,9% em relação ao primeiro semestre de 2002. Parte desta variação é explicada pelo crescimento dos custos com cortes, consequência do aumento das dívidas de cobrança duvidosa. Para além desse factor, a introdução no ano 2002 de um novo sistema de contabilidade e de informação de gestão baseado numa plataforma SAP fez com que alguns desses cortes tivessem transitado para o segundo semestre de 2002, tornando a comparação entre períodos homólogos desfavorável.

<b>Custos com Pessoal</b>			
<i>EDP Distribuição</i>			
	milhares de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Custos com Pessoal</b>	<b>202 525</b>	<b>196 052</b>	<b>3,3%</b>
Prémios para Pensões	28 048	21 218	32,2%
Correcção das Reformas Antecipadas	38 200	38 844	-1,7%
Encargos Sociais com Pré-Reformados	5 642	6 150	-8,3%
Encargos Médicos com Inactivos	6 720	6 513	3,2%
<b>Custos com Pessoal Corrigidos</b>	<b>123 915</b>	<b>123 327</b>	<b>0,5%</b>

Os custos com pessoal totalizaram 202,5 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2003, o que representa um crescimento de 3,3% em relação ao primeiro semestre de 2002. Quando ajustados dos encargos com reformas antecipadas, dos prémios para pensões e outros encargos com trabalhadores inactivos, os custos com pessoal aumentaram apenas 0,5%, reflectindo uma redução de 384 empregados e um aumento médio salarial de 2,7% para o ano 2003. A diminuição do número de efectivos é notória, tendo a EDP Distribuição reduzido os seus efectivos em 122 pessoas já no segundo trimestre de 2003.

No passado dia 8 de Agosto, a ERSE aprovou o *pass - through* para as tarifas de venda a clientes finais dos custos de reestruturação da EDP Distribuição associados ao "Plano de Racionalização dos Recursos Humanos" de 2003 e 2004. Em consequência, a EDP Distribuição pode agora desencadear o seu programa

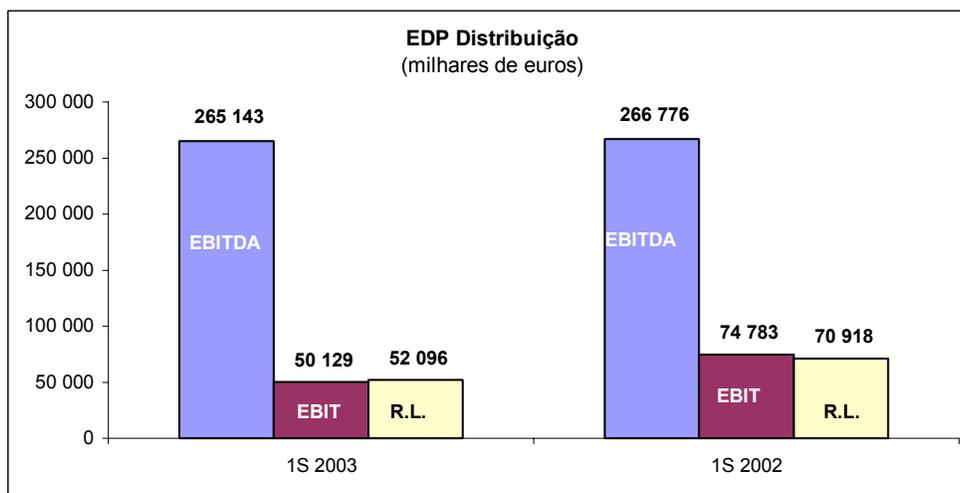
de redução de pessoal (incluindo pré-reformas) para os anos 2003 e 2004, até agora suspenso, com a certeza de que o seu custo, até ao limite de 485,7 milhões de euros, será recuperado por via das tarifas.

<b>Investimento Operacional</b>			
<i>EDP Distribuição</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Alta Tensão	19 383	11 861	63,4%
Média Tensão	27 616	18 845	46,5%
Baixa Tensão	59 069	55 963	5,6%
Iluminação Pública	8 279	4 228	95,8%
Sistemas Informáticos	8 110	38 445	-78,9%
Outros	18 773	8 462	121,8%
<b>Investimento Operacional Total</b>	<b>141 230</b>	<b>137 804</b>	<b>2,5%</b>
<b>Comparticipações em Numerário (1)</b>	<b>28 485</b>	<b>29 119</b>	<b>-2,2%</b>
<b>Recorrente</b>	<b>122 979</b>	<b>96 477</b>	<b>27,5%</b>
<b>Não Recorrente</b>	<b>18 251</b>	<b>41 327</b>	<b>-55,8%</b>

(1) Comparticipações efectuadas pelos clientes ao investimento realizado pela EDP Distribuição.  
 Este valor deverá ser deduzido ao investimento para avaliar o *cash-(out)flow*.

O investimento operacional no primeiro semestre de 2002 e 2003 inclui, respectivamente, 38,4 milhões de euros e 8,1 milhões de euros relacionados com a transferência de sistemas informáticos anteriormente na propriedade de outra empresa do Grupo EDP. Excluindo este montante, que não contribui para o *cash-(out)flow* do Grupo, o investimento operacional da EDP Distribuição teria aumentado 34,0% no período em análise, explicado pelo investimento na ampliação e reforço da rede de distribuição para a melhoria da qualidade do serviço. O investimento operacional da EDP Distribuição no primeiro semestre de 2003 foi participado em 28,5 milhões de euros pelos clientes, atenuando assim o *cash-(out)flow* da empresa.

Indicadores Gerais			
EDP Distribuição			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Margem Bruta (electricidade)	33,5%	33,5%	0,0%
Número de trabalhadores	6 808	7 192	-5,3%
Investimento Operacional milhares de euros	141 230	137 804	2,5%



### 3.5 EDP ENERGIA

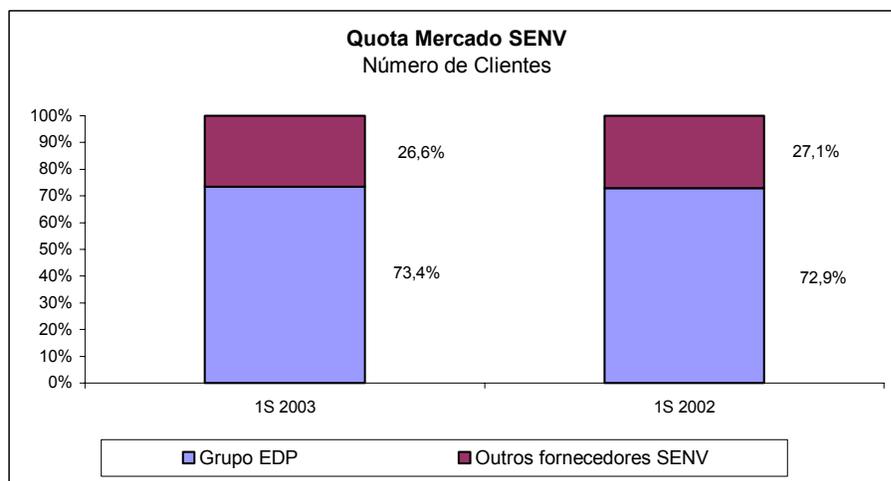
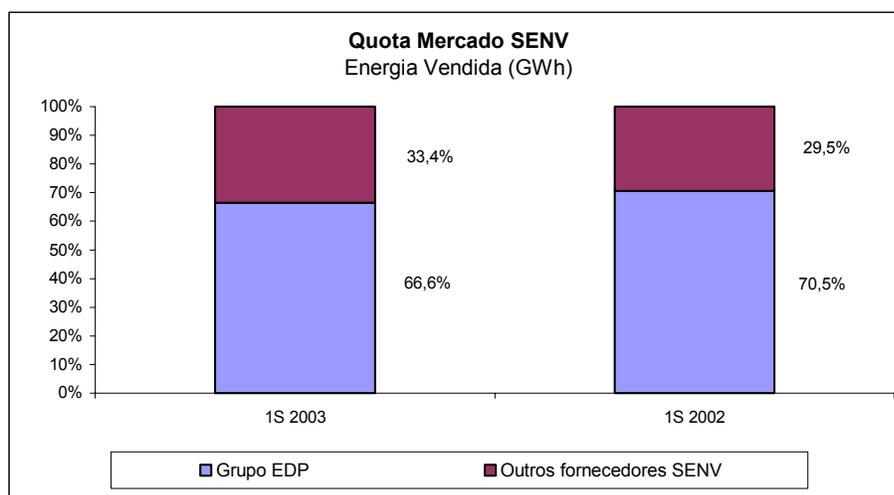
A EDP Energia, empresa do Grupo EDP vocacionada para operar no mercado liberalizado de electricidade (SENV), actua nas actividades de produção, fornecimento e comercialização de energia eléctrica. Na actividade de produção de energia eléctrica, a EDP Energia utiliza 5 centrais hidroeléctricas de pequena dimensão, com capacidades de produção entre 0,2 e 80,7 MW, com uma potência máxima total de 85,1 MW. A actividade de comercialização é assegurada quer pela produção própria, quer pelas aquisições de electricidade a outras centrais do Grupo EDP a operar no SENV (HDN e Hidrocenel, integradas na EDP Produção) e à *Pool* Espanhola.

Vendas (GWh)			
EDP Energia			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Produção Electricidade (SENV + PRE)	185	63	195,6%
Comercialização Electricidade (SENV)	1 018	233	337,0%
MAT (Muito Alta Tensão)	0	0	-
AT (Alta Tensão)	29	39	-23,5%
MT (Média Tensão)	989	194	408,5%

Relativamente à produção de energia eléctrica no primeiro semestre de 2003, as centrais da EDP Energia produziram 185,2 GWh, valor significativamente maior que o registado em igual período do ano anterior, a

par com a restante produção hidroelétrica nacional que no ano anterior se ressentiu da reduzida hidraulicidade. Já na comercialização o crescimento da EDP Energia foi evidente, beneficiando do alargamento dos critérios de acesso ao Sistema Eléctrico Não Vinculado. Em 2003 o Grupo EDP mantém uma presença dominante face aos seus concorrentes, considerando quer a energia vendida, quer o número de clientes.

Quota de Mercado					
EDP Energia					
	1S 2003		1S 2002		Δ%
<b>Vendas GWh - SENV</b>	<b>1 530</b>	<b>100,0%</b>	<b>330</b>	<b>100,0%</b>	<b>363,0%</b>
Grupo EDP	1 018	66,6%	233	70,5%	337,1%
Outros fornecedores SENV	512	33,4%	97	29,5%	424,8%
<b>Número Clientes - SENV</b>	<b>1 244</b>	<b>100,0%</b>	<b>48</b>	<b>100,0%</b>	<b>2491,7%</b>
Grupo EDP	913	73,4%	35	72,9%	2508,6%
Outros fornecedores SENV	331	26,6%	13	27,1%	2446,2%



De um universo de clientes elegíveis superior a 20 000, até ao final de Junho de 2003 foi atribuído o estatuto de Cliente Não Vinculado (CNV) a mais de 2 100, tendo efectivamente transitado para o SENV 1 244, aos quais esteve associado um consumo de 1 530 GWh. Este consumo corresponde já a 7,9% do total de energia consumida em Portugal Continental em no primeiro semestre do ano, o que traduz um aumento de 6,1 pontos percentuais face ao primeiro semestre de 2002.

Dos 1 244 clientes no SENV, 913 mantiveram a ligação ao Grupo EDP através da EDP Energia, correspondendo a cerca de 73% do total dos clientes do SENV e de 2/3 da energia vendida neste mercado. Em ambos os casos a evolução face ao ano anterior foi positiva, atestando o sucesso comercial do Grupo EDP no mercado eléctrico liberalizado.

<b>Demonstração de Resultados</b>			
<i>EDP Energia</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>60 528</b>	<b>16 387</b>	<b>269,4%</b>
Vendas de electricidade - Terceiros	14 593	11 840	23,3%
Vendas de electricidade - Grupo	18 317	3 673	398,6%
Prestação de serviços	27 075	236	11363,4%
Trabalhos para a própria empresa	540	635	-14,9%
Outros proveitos e ganhos operacionais	3	3	-9,3%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>30 805</b>	<b>22 458</b>	<b>37,2%</b>
Electricidade	20 401	17 704	15,2%
Materiais diversos e mercadorias	0	0	-
Fornecimentos e serviços externos - Terceiros	875	474	84,3%
Fornecimentos e serviços externos - Grupo	4 777	1 906	150,6%
Custos com o pessoal	516	648	-20,4%
Amortizações do exercício	1 727	1 675	3,1%
Provisões	28	41	-31,7%
Rendas de concessão	8	8	4,7%
Outros custos e perdas operacionais	2 473	2	162644,0%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>29 723</b>	<b>- 6 071</b>	<b>589,6%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	31 478	- 4 355	822,8%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>102</b>	<b>- 666</b>	<b>115,3%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>- 164</b>	<b>- 393</b>	<b>58,2%</b>
Impostos e Interesses Minoritários	9 511	- 100	9577,8%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>20 150</b>	<b>- 7 030</b>	<b>386,6%</b>

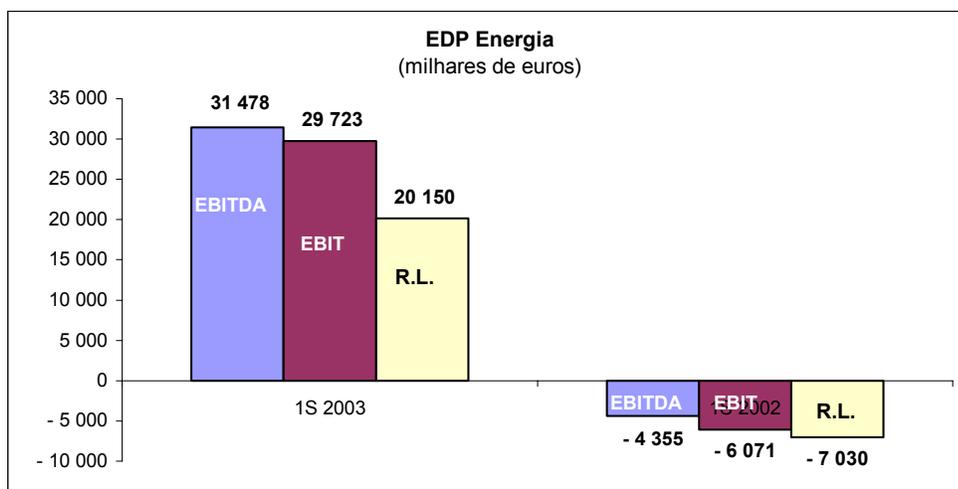
O crescimento da margem bruta das vendas no primeiro semestre de 2003 face a igual período do ano anterior reflecte a diminuição do custo com a compra de electricidade consequente das condições hidrológicas significativamente mais favoráveis verificadas em Portugal e Espanha em 2003, tendo neste país decrescido substancialmente o preço na *Pool*.

Com o início da actividade da empresa HidrOeM, empresa do universo da EDP Produção criada para efectuar a gestão dos equipamentos hidroeléctricos das empresas do Grupo EDP que actuam no SEI (Sistema Eléctrico Independente), a gestão dos equipamentos da EDP Energia passou a estar reflectida nas suas demonstrações financeiras através dos FSE's do Grupo. A evolução destes FSE's foi igualmente influenciada pela criação da EDP Serviner, empresa 100% detida pelo Grupo EDP que presta serviços à

EDP Energia anteriormente assumidos pela própria empresa. Com a transferência de serviços para estas duas empresas, verificou-se também a transferência de efectivos da EDP Energia, com impacto nos Custos com Pessoal.

Apesar da expansão da actividade da EDP Energia, o investimento operacional teve um decréscimo acentuado, consequência da reorganização de actividades ligadas ao mercado liberalizado dentro do Grupo EDP, tendo alguns investimentos até então assumidos pela EDP Energia passado para a responsabilidade de outras empresas do Grupo.

Indicadores Gerais			
EDP Energia			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Margem Bruta (electricidade)</b>	38,0%	-14,1%	52,1%
<b>Número de trabalhadores</b>	13	18	-27,8%
<b>Investimento Operacional</b> milhares de euros	1 748	4 410	-60,4%



### 3.6 HIDROCANTÁBRICO (ESPANHA)

O Grupo EDP iniciou a consolidação proporcional da Hidrocantábrico no mês de Junho de 2002. De Janeiro a Maio de 2002 a consolidação da empresa no Grupo EDP foi feita através do Método de Equivalência Patrimonial.

Mas, para efeitos de análise, apresentam-se as Demonstrações Financeiras e outros dados relevantes da Hidrocantábrico a 100%, tanto no primeiro semestre de 2002, como no primeiro semestre de 2003.

<b>Balço Energético (GWh)</b>			
<i>Mercado Espanhol</i>			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Produção Normal	89 495	85 478	4,7%
Produção em Regime Especial	20 184	16 981	18,9%
Importações	4 261	4 531	-6,0%
<b>Total Procura</b>	<b>113 940</b>	<b>106 990</b>	<b>6,5%</b>
Distribuição Regulada	79 082	74 959	5,5%
Comercialização	31 343	30 548	2,6%
Exportações	3 515	1 483	137,0%

A procura de electricidade no mercado espanhol, no primeiro semestre de 2003, apresentou um crescimento de 6,5% (ou 4,7% excluindo as exportações) em comparação com o período homólogo. Este crescimento é explicado pelo inverno rigoroso nos primeiros meses de 2003, tendo o mercado espanhol de electricidade registado recordes de consumo.

<b>Vendas (GWh)</b>			
<i>Hidrocantábrico (100%)</i>			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Produção Hidroeléctrica	536	385	39,2%
Produção Termoeléctrica	4 839	6 019	-19,6%
Produção Nuclear	578	528	9,5%
Produção Ciclo Combinado	493	0	-
<b>Produção Electricidade</b>	<b>6 446</b>	<b>6 932</b>	<b>-7,0%</b>
Alta Tensão	2 677	2 750	-2,7%
Média Tensão	434	406	6,9%
Baixa Tensão	1 077	1 018	5,8%
<b>Distribuição Electricidade</b>	<b>4 188</b>	<b>4 174</b>	<b>0,3%</b>
<b>Distribuição Gás</b>	<b>1 080</b>	<b>914</b>	<b>18,2%</b>
Asturias	534	377	41,6%
Resto de Espanha	1 634	1 528	6,9%
<b>Comercialização Electricidade</b>	<b>2 168</b>	<b>1 905</b>	<b>13,8%</b>
Asturias	179	63	-
Resto de Espanha	1 314	559	135,1%
<b>Comercialização Gás</b>	<b>1 493</b>	<b>622</b>	<b>-</b>

Neste período os elevados níveis de precipitação resultaram num aumento do peso da emissão hidroeléctrica. Nestas condições de mercado os preços da *Pool* espanhola apresentaram uma grande diminuição em relação ao primeiro semestre de 2002, o que resultou numa queda do preço médio de venda da Hidrocantábrico para os 32,33 EUR/MWh. No entanto, no segundo trimestre de 2003 os preços da *Pool* apresentaram um crescimento em relação ao primeiro trimestre de 2003, como consequência de uma menor emissão hidroeléctrica neste período.

	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Performance da Hidrocentradora na Pool</b>			
Preço Médio Venda Hidrocentradora (€ / MWh) (1)	32,33	47,83	-32,4%
Preço Médio Venda na Pool (€ / MWh) (1)	34,07	51,66	-34,0%
Quota de Mercado da Hidrocentradora	7,1%	8,0%	-0,9%
<b>Custo dos Combustíveis na Hidrocentradora</b>			
Custo Médio dos Combustíveis (€ / MWh)	15,32	16,74	-8,5%

(1) Inclui mercado grossista, serviços de suporte e pagamentos de capacidade

Devido ao forte peso da produção térmica na Hidrocentradora, foi registado durante o primeiro semestre de 2003 uma queda de 7,0% na produção da empresa e uma diminuição da quota de mercado em 0,9 pontos percentuais, para os 7,1%. No entanto, no segundo trimestre de 2003 a Hidrocentradora registou uma quota de mercado de 7,5% devido ao aumento da emissão termoelétrica no sistema de electricidade espanhol.

O custo médio dos combustíveis da Hidrocentradora registou uma queda de 8,5%, devido principalmente à queda anual de 17% no custo unitário do carvão.

<b>Número de Clientes</b>			
<i>Hidrocentradora (100%)</i>			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Distribuição Electricidade</b>	<b>556 062</b>	<b>542 275</b>	<b>2,5%</b>
Alta Tensão	20	19	5,3%
Média Tensão	687	624	10,1%
Baixa Tensão	555 355	541 632	2,5%
<b>Comercialização Electricidade</b>	<b>2 614</b>	<b>2 344</b>	<b>11,5%</b>
Asturias	872	470	85,5%
Resto de Espanha	1 742	1 874	-7,0%
<b>Total Clientes Electricidade</b>	<b>558 676</b>	<b>544 619</b>	<b>2,6%</b>
<b>Distribuição Gás</b>	<b>162 007</b>	<b>140 443</b>	<b>15,4%</b>
<b>Comercialização Gás</b>	<b>108</b>	<b>78</b>	<b>38,5%</b>
Asturias	27	6	350,0%
Resto de Espanha	81	72	12,5%
<b>Total Clientes Gás</b>	<b>162 115</b>	<b>140 521</b>	<b>15,4%</b>

<b>Proveitos - Distribuição</b>			
<i>Hidrocantábrico (100%)</i>			
	milhares de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Distribuição de Electricidade</b>			
Tarifa de Transporte (Prov. Permitido)	3.087	1.667	85,2%
Tarifa de Distribuição (Prov. Permitido)	45.323	44.809	1,1%
Tarifa de Comercialização (Prov. Permitido)	3.831	3.621	5,8%
<b>Proveito Permitido</b>	<b>52.241</b>	<b>50.097</b>	<b>4,3%</b>
<b>Distribuição de Gás</b>			
Tarifa de Transporte (Prov. Permitido)	1.302	0	-
Tarifa de Distribuição (Prov. Permitido)	15.768	9.992	57,8%
Tarifa de Comercialização (Prov. Permitido)	1.709	1.193	43,3%
<b>Proveito Permitido</b>	<b>18.779</b>	<b>11.185</b>	<b>67,9%</b>
<b>Total Proveito Permitido Distribuição</b>	<b>71.020</b>	<b>61.282</b>	<b>15,9%</b>

Dos 4.188 GWh de electricidade distribuídos no primeiro semestre de 2003, 64% foram distribuídos ao segmento de Alta Tensão. De acordo com a regulação em vigor para o sector eléctrico espanhol, os proveitos permitidos para a Hidrocantábrico na actividade de distribuição de electricidade, no primeiro semestre de 2003, ascenderam a 52,2 milhões de euros.

O total de gás distribuído na rede da Hidrocantábrico aumentou 18,2% em comparação com o período homólogo devido à incorporação da Gas Figueres na segunda metade de 2002 (distribuiu 69 GWh no primeiro semestre de 2003) e às baixas temperaturas que se fizeram sentir no início de 2003. Em relação aos proveitos permitidos, não são directamente comparáveis com o primeiro semestre de 2002 devido à nova regulação em vigor desde final de Fevereiro de 2002.

<b>Vendas Hidrocantábrico - Comercialização</b>			
<i>Hidrocantábrico (100%)</i>			
	milhares de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Comercialização Electricidade</b>			
Asturias	30.044	25.564	17,5%
Resto de Espanha	90.275	75.426	19,7%
<b>Comercialização Gás</b>	<b>22.961</b>	<b>8.927</b>	<b>157,2%</b>
Asturias	2.796	885	215,9%
Resto de Espanha	20.165	8.042	150,7%
<b>Total Comercialização</b>	<b>143.280</b>	<b>109.917</b>	<b>30,4%</b>

No primeiro trimestre de 2003 a comercialização de electricidade beneficiou com a liberalização do mercado para todos os tipos de clientes e com o elevado crescimento da procura registado no mercado de electricidade espanhol. Nesta actividade, a empresa conseguiu atingir um preço médio de venda de 55,5 EUR/MWh no primeiro semestre de 2003 contra os 53,0 EUR/MWh no primeiro semestre de 2002. No período em análise a Hidrocantábrico atingiu uma quota no mercado liberalizado de 6,5%.

A comercialização de gás beneficiou com a crescente liberalização do mercado espanhol de gás, que desde Janeiro de 2003 está aberto para todos os tipos de clientes. Existe um forte aumento em relação ao primeiro semestre de 2002 pois nesse período a actividade de comercialização de gás estava na sua fase de arranque.

<b>Volume de Negócios por Actividade</b>			
<i>Hidrocantábrico (100%)</i>			
	milhares de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
Produção Electricidade	235 769	330 745	-28,7%
Distribuição Electricidade	197 491	265 973	-25,7%
Comercialização	178 713	113 045	58,1%
Distribuição Gás	32 321	32 117	0,6%
Regime Especial	17 151	24 984	-31,4%
<i> Holding e Outros</i>	38 891	- 5 632	790,5%
<b>Total</b>	<b>700 336</b>	<b>761 232</b>	<b>-8,0%</b>

A área de negócio de produção de electricidade da Hidrocantábrico foi afectada pela queda da produção líquida da empresa e pela descida dos preços praticados na *Pool*. No entanto, o menor preço médio de venda conseguido na actividade de produção foi parcialmente compensado por um menor custo das compras de energia (preços da *Pool*) na actividade de comercialização. É de referir que no primeiro trimestre de 2003 a Hidrocantábrico contabilizou 11,7 milhões de euros de CTC (Custos de Transição para a Concorrência) positivos contra 16,2 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2002. As vendas da actividade de produção incluem também a recuperação, via tarifa, do déficite tarifário do sistema espanhol dos anos 2000, 2001 e 2002 (4,6 milhões de euros em primeiro semestre de 2003). O aumento dos custos operacionais deve-se à revisão geral em Aboño I (1,2 milhões de euros), ao início das operações da central de ciclo combinado a gás natural de Castejón em Outubro de 2002, e também à menor capitalização de custos durante o primeiro semestre de 2003 (3,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2002 contra 0,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2003).

A regulação em vigor para o sector de distribuição de electricidade espanhol fornece um carácter estável ao EBITDA desta actividade, associando à diminuição do Volume de Negócios, um decréscimo de custos.

Na actividade de Regime Especial os resultados do primeiro semestre de 2003 não são directamente comparáveis com o primeiro semestre de 2002. No entanto em termos de energia produzida, os produtores em regime especial da Hidrocantábrico apresentaram uma emissão líquida de 94 GWh no primeiro semestre de 2003, um crescimento de 27% em relação ao período homólogo. O início das operações de dois parques eólicos em 2003 com uma capacidade combinada de 100 MW (65 MW em Agosto e 34 MW em Outubro), irá beneficiar o EBITDA desta actividade no segundo semestre de 2003 e aumentar a sua produção líquida.

<b>Demonstração de Resultados</b>			
<i>Hidrocantábrico (100%)</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>711 995</b>	<b>778 299</b>	<b>-8,5%</b>
Volume de Negócios	700 336	761 232	-8,0%
Trabalhos para a própria empresa	5 340	13 841	-61,4%
Outros proveitos e ganhos operacionais	6 319	3 226	95,9%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>628 439</b>	<b>649 502</b>	<b>-3,2%</b>
CMVMC	469 787	506 779	-7,3%
Fornecimento e Serviços Externos	36 375	28 769	26,4%
Custos com o pessoal	42 024	39 822	5,5%
Amortizações do exercício	69 669	61 940	12,5%
Provisões	1 489	5 500	-72,9%
Outros custos e perdas operacionais	9 095	6 692	35,9%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>83 556</b>	<b>128 797</b>	<b>-35,1%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	154 714	196 237	-21,2%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 72 461</b>	<b>- 56 504</b>	<b>-28,2%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>5 842</b>	<b>- 21 512</b>	<b>127,2%</b>
Impostos e Interesses Minoritários	- 13 443	19 928	-167,5%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>30 380</b>	<b>30 853</b>	<b>-1,5%</b>

No primeiro semestre de 2003, o EBITDA consolidado da Hidrocantábrico foi principalmente afectado pela queda dos proveitos da actividade de produção, devido ao elevado nível de pluviosidade e à descida dos preços praticados na *Pool* durante o período; pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos, devido principalmente ao início das operações da central de ciclo combinado a gás natural de Castejón em Outubro de 2002 e à revisão geral de Aboño I no primeiro trimestre de 2003; e por uma menor capitalização de custos operacionais depois da conclusão da central de ciclo combinado a gás natural de Castejón.

As amortizações do exercício apresentaram um crescimento de 12,5% no primeiro semestre de 2003, devido principalmente à amortização da central de ciclo combinado a gás natural de Castejón desde Outubro de 2002 (o investimento de 180 milhões de euros em Castejón está a ser amortizado num período de 25 anos).

<b>Demonstração de Resultados Financeiros</b>			
<i>Hidrocantábrico (100%)</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Juros recebidos / suportados	- 43 121	- 27 933	-54,4%
Ganhos / Perdas em empresas do grupo e associadas	2 283	1 482	54,0%
Amortização do <i>Goodwill</i>	- 30 926	- 30 760	-0,5%
Outros ganhos / perdas	- 697	707	-198,6%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 72 461</b>	<b>- 56 504</b>	<b>-28,2%</b>

Os resultados financeiros da Hidrocantábrico agravaram-se em 28,2% no período em análise, devido ao facto de os juros suportados não serem directamente comparáveis com o primeiro semestre de 2002, pois o

empréstimo bancário da Adygesinval (1.080 milhões de euros) para adquirir a Hidrocantábrico foi contratado em Julho de 2002.

O *goodwill* resultante da fusão entre a Hidrocantábrico e a Adygesinval foi ajustado à avaliação da Gas de Asturias, cujo valor aumentou em 195,6 milhões de euros. Assim, o *goodwill* pós-reavaliação diminuiu de 1.222 milhões de euros para 930 milhões de euros.

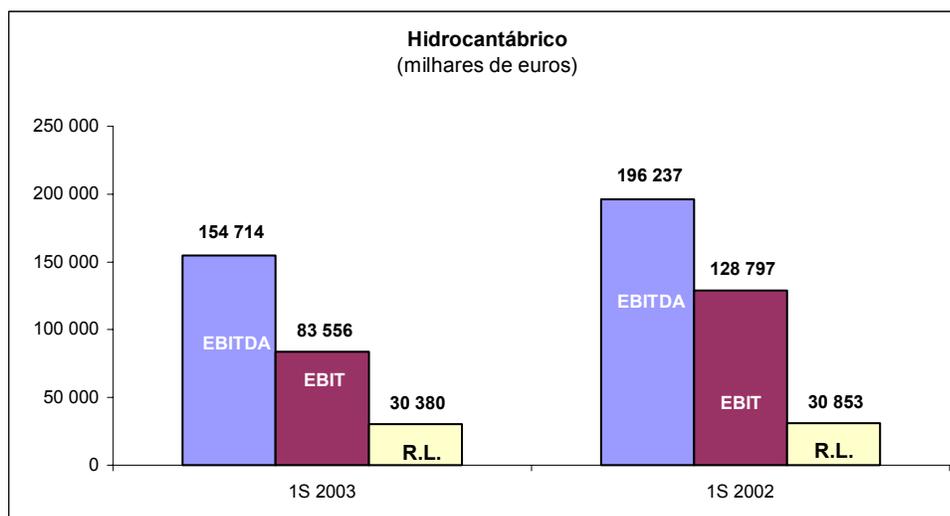
Os resultados extraordinários incluem a mais-valia da venda de uma participação de 7% na REE (1,0 milhões de euros). A Hidrocantábrico teve um encaixe de 103 milhões de euros com esta operação.

Os resultados no segundo trimestre de 2003 foram menores que no primeiro trimestre de 2003 devido ao facto de no primeiro trimestre de 2003 ter sido contabilizado o benefício fiscal (25 milhões de euros) ao investimento na central de ciclo combinado a gás natural de Castejón e ao facto de no primeiro trimestre de 2003 terem sido contabilizados maiores proveitos extraordinários, explicado principalmente por mais-valias na venda de imobilizado e pela liquidação definitiva dos proveitos permitidos de 2000 da actividade de distribuição de electricidade.

<b>Investimento Operacional</b>			
<i>Hidrocantábrico (100%)</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Produção	8 158	40 360	-79,8%
Distribuição de Electricidade	20 248	24 449	-17,2%
Comercialização	4 642	1 322	251,1%
Distribuição de Gás	8 733	10 468	-16,6%
Regime Especial	32 588	1 175	2673,4%
Outros	8 722	442	1873,3%
<b>Investimento Operacional</b>	<b>83 091</b>	<b>78 216</b>	<b>6,2%</b>
<b>Recorrente</b>	<b>39 271</b>	<b>32 903</b>	<b>19,4%</b>
<b>Não Recorrente</b>	<b>43 820</b>	<b>45 313</b>	<b>-3,3%</b>

Apesar da queda substancial do investimento operacional na actividade de produção de electricidade com a conclusão da central de ciclo combinado a gás natural de Castejón em Setembro de 2002, o investimento total da Hidrocantábrico aumentou 6,2% no primeiro semestre de 2003. Este crescimento é principalmente explicado pela construção de parques eólicos delineados no plano estratégico da Hidrocantábrico, nomeadamente a construção de 65 MW de capacidade nos Parques Eólicos del Cantábrico e de 34 MW de capacidade nos Parques Eólicos Arlanzón (Burgos). Quanto à actividade de distribuição de electricidade, foram investidos 5,2 milhões de euros na expansão da rede de distribuição fora do Principado das Astúrias. Na actividade de comercialização, o aumento do investimento corresponde à implementação de um sistema de gestão de clientes (4,4 milhões de euros).

<b>Indicadores Gerais</b>			
<i>Hidrocantábrico (100%)</i>			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Quota de Mercado Produção</b>	<b>7,2%</b>	<b>8,1%</b>	<b>-0,9%</b>
<b>Margem Bruta (electricidade)</b>	<b>32,9%</b>	<b>33,4%</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Número de Trabalhadores</b>	<b>1 383</b>	<b>1 346</b>	<b>2,7%</b>
Produção	472	477	-1,0%
Distribuição de Electricidade	395	385	2,6%
Comercialização	109	98	11,2%
Distribuição de Gás	65	58	12,1%
Regime Especial	130	151	-13,9%
<i> Holding e Outros</i>	212	177	19,8%
<b>Investimento Operacional</b> (milhares de euros)	<b>83 091</b>	<b>78 216</b>	<b>6,2%</b>



### 3.7 BRASIL

#### 3.7.1 Bandeirante

Os “Contratos Iniciais” (contratos de natureza *take-or-pay* entre as empresas de distribuição de electricidade e os produtores) irão terminar gradualmente entre 2003 e 2006. Em 2003, estes contratos reduziram-se em 25%, o que provocou uma descida de 19,3% no total de energia contratada pela Bandeirante no primeiro semestre de 2003. Esta queda teve um impacto positivo na rentabilidade da empresa atendendo ao facto de que em 2002 o excedente de energia dos “contratos iniciais” foi vendido no MAE (Mercado Atacadista de Energia) a preços reduzidos.

Desde Janeiro de 2003 a Eletrobrás passou a ser responsável pelas perdas no contrato de Itaipú, isto é, a diferença entre a quota de energia de cada empresa de distribuição na emissão de Itaipú e a verdadeira energia disponível para as distribuidoras. O valor remanescente na rubrica “perdas nos contratos” está

principalmente relacionado com as perdas da rede de transporte de Itaipú, sobre as quais as empresas de distribuição são responsáveis.

<b>Vendas de Energia (GWh)</b>			
<i>Bandeirante</i>			
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
Energia contratada	5 463	6 771	-19,3%
Compras de Energia ao MAE	139	0	-
<b>Aquisição de Energia</b>	<b>5 602</b>	<b>6 771</b>	<b>-17,3%</b>
Perdas nos contratos	- 61	- 474	87,1%
Perdas na Transmissão	- 160	- 154	-3,9%
<b>Energia entrada na Distribuição</b>	<b>5 381</b>	<b>6 143</b>	<b>-12,4%</b>
Perdas na Distribuição	- 550	- 468	-17,5%
<b>Vendas de Energia</b>	<b>4 831</b>	<b>5 675</b>	<b>-14,9%</b>
<b>Vendas ao MAE (Mercado Atacadista de Energia)</b>	<b>24</b>	<b>664</b>	<b>-96,39%</b>
<b>Comercialização de Energia</b>	<b>4 807</b>	<b>5 011</b>	<b>-4,1%</b>
Residencial	1 078	1 053	2,5%
Industrial	2 623	2 952	-11,2%
Comercial	605	563	7,5%
Outros	501	443	13,0%

As vendas de electricidade a clientes finais atingiram, no primeiro semestre de 2003, 4.807 GWh o que representa uma queda anual de 4,1%, reflectindo a passagem de alguns clientes industriais para o mercado livre. Estes consumidores industriais apresentaram um consumo de 490 GWh no primeiro semestre de 2003. No entanto, estes consumidores continuam a pagar a tarifa de uso da rede, estando esta a ser contabilizada na rubrica de "outras receitas e impostos". Excluindo os clientes industriais, as vendas de electricidade aumentaram 6,1%, o que reflecte uma recuperação estável do consumo depois do programa de racionamento.

<b>Margem Bruta</b>			
<i>Bandeirante</i>			
	milhares de reais		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Vendas de Energia Totais</b>	<b>891 813</b>	<b>766 402</b>	<b>16,4%</b>
Vendas de Energia ao MAE	5 841	58 729	-90,1%
Vendas de Energia a Clientes Finais	885 972	707 673	25,2%
Residencial	298 108	200 969	48,3%
Industrial	365 876	332 201	10,1%
Comercial	142 444	112 640	26,5%
Outros	79 544	61 863	28,6%
<b>Outros Proveitos / (Custos) Directos</b>	<b>- 92 368</b>	<b>- 9 967</b>	<b>-826,7%</b>
Outras Receitas e Impostos	- 43 711	26 839	-262,9%
Reposição Tarifária Regulatória	- 48 657	- 36 806	-32,2%
<b>Total de Proveitos Operacionais</b>	<b>799 445</b>	<b>756 435</b>	<b>5,7%</b>
Aquisição de Energia	480 201	442 374	8,6%
Outros custos directos	127 705	139 287	-8,3%
<b>Custos Directos Totais</b>	<b>607 906</b>	<b>581 661</b>	<b>4,5%</b>
<b>Margem Bruta (valor)</b>	<b>191 539</b>	<b>174 774</b>	<b>9,6%</b>
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>24,0%</b>	<b>23,1%</b>	<b>0,9%</b>

Os proveitos das vendas de electricidade a clientes finais totalizaram 886,0 milhões de reais, o que representa um aumento de 25,2%. Esta performance é explicada pelo ajustamento tarifário de 19,09% em Outubro de 2002; pelo aumento do peso da energia vendida a clientes residenciais e comerciais; e pela alteração de critério para os clientes de baixo rendimento (sendo estes desde Junho de 2002) facturados pelos seus consumos à semelhança da restante base de clientes. A tarifa média ao cliente final aumentou de 141,2 BRL/MWh no primeiro semestre de 2002 para 184,3 BRL/MWh no primeiro semestre de 2003 (deduzido de impostos sobre o valor acrescentado).

Apesar da queda de 25% dos “contratos iniciais”, os custos de aquisição de energia aumentaram 8,6% devido ao aumento do custo, indexado ao Dólar, da energia fornecida por Itaipú e também devido ao ajustamento tarifário anual dos “contratos iniciais” (ambos os custos são recuperados na tarifa ao cliente final). A rubrica de “outros custos directos” diminuiu 8,3%, explicado por um custo não recorrente contabilizado no primeiro semestre de 2002 (12,5 milhões de reais que foram passados para os produtores, cujo valor foi também contabilizado na rubrica de “outras receitas e impostos”).

<b>Demonstração de Resultados</b>						
<i>Bandeirante</i>						
	milhares de reais			milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>800 283</b>	<b>757 589</b>	<b>5,6%</b>	<b>226 804</b>	<b>345 969</b>	<b>-34,4%</b>
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>753 908</b>	<b>703 714</b>	<b>7,1%</b>	<b>212 963</b>	<b>318 656</b>	<b>-33,2%</b>
Electricidade	607 906	581 661	4,5%	171 736	265 179	-35,2%
Materiais diversos e mercadorias	3 596	4 019	-10,5%	1 012	1 851	-45,4%
Fornecimentos e serviços externos	39 123	37 048	5,6%	11 111	14 626	-24,0%
Custos com o pessoal	41 883	40 133	4,4%	11 872	18 112	-34,5%
Amortizações do exercício	56 455	35 650	58,4%	15 969	16 118	-0,9%
Provisões	7 944	4 084	-	2 104	1 883	11,7%
Outros custos e perdas operacionais	- 2 999	1 119	-368,0%	- 841	887	-194,8%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>46 375</b>	<b>53 875</b>	<b>-13,9%</b>	<b>13 841</b>	<b>27 313</b>	<b>-49,3%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	110 774	93 609	18,3%	31 914	45 314	-29,6%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 54 665</b>	<b>- 20 801</b>	<b>-</b>	<b>- 14 863</b>	<b>- 10 960</b>	<b>-</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>- 6 088</b>	<b>- 13 201</b>	<b>53,9%</b>	<b>- 1 708</b>	<b>- 8 015</b>	<b>78,7%</b>
Impostos e Interesses Minoritários	- 6 279	11 198	-	- 1 401	4 441	-
<b>Resultado Líquido (96,5%)</b>	<b>- 8 099</b>	<b>8 675</b>	<b>-</b>	<b>- 1 329</b>	<b>3 897</b>	<b>-</b>

O EBITDA da Bandeirante aumentou 18,3% em comparação com o primeiro semestre de 2002, reflectindo a boa performance ao nível da margem bruta, assim como a queda de 7% nos custos operacionais. Em relação aos Fornecimentos e Serviços Externos, o aumento é explicado pela pressão inflacionista nos últimos 12 meses (Índice de Preços IGP-M atingiu 28,24% em Junho 2003). É de referir que, desde o início de 2003, a rubrica de "Outros custos operacionais" inclui o crédito fiscal do imposto PIS (11,9 milhões de reais no primeiro semestre de 2003).

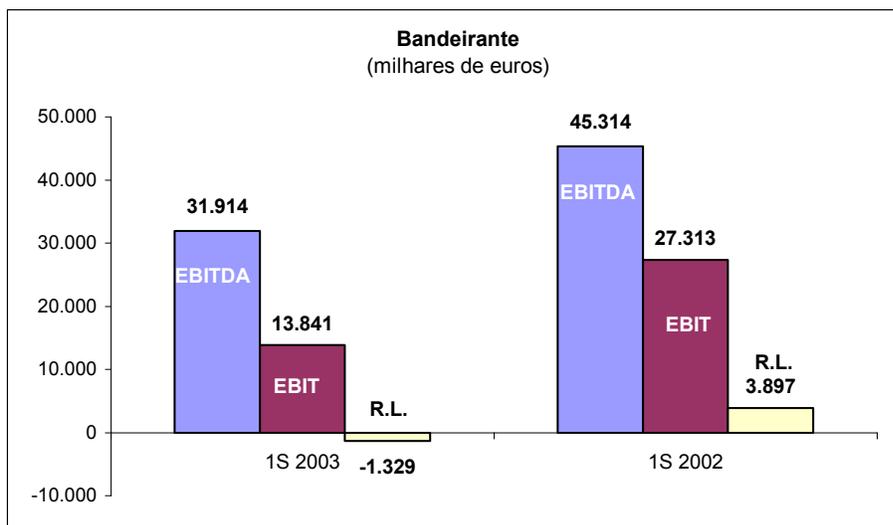
<b>Dívida Financeira</b>			
<i>Bandeirante</i>			
	milhares de reais		
	1S 2003	2002	Δ%
<b>Moeda Local</b>	<b>763 193</b>	<b>813 538</b>	<b>-6,2%</b>
EDP Brasil, S.A.	300 094	382 191	-21,5%
BNDES	252 559	271 973	-
Outros	210 540	159 374	32,1%
<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>44 612</b>	<b>51 900</b>	<b>-14,0%</b>
Dívida em Dólares	44 612	51 900	-14,0%
<b>Dívida Financeira Total (1)</b>	<b>807 805</b>	<b>865 438</b>	<b>-6,7%</b>
Em Activo: Perdas com Racionamento e "Parcela A"	315 762	322 361	-2,0%

(1) Dívida financeira de 2002 inclui 5,4 milhões de reais de juros; no 1S 2003 os juros estão incluídos em Acréscimos e Diferimentos

Os resultados financeiros foram prejudicados pelos contratos indexados ao índice de preços IGP-M. No entanto, a queda de 0,35% do índice IGP-M no segundo trimestre de 2003, explica a melhoria dos resultados financeiros numa base trimestral (44,0 milhões de reais de perda no primeiro trimestre de 2003

versus 10,7 milhões de reais de perda no segundo trimestre 2003). Devido à melhor performance no segundo trimestre ao nível do EBITDA e dos Resultados Financeiros, a Bandeirante apresentou um resultado líquido de 17,7 milhões de reais nesse período.

Indicadores Gerais			
Bandeirante			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Margem Bruta</b>	<b>24,0%</b>	<b>23,1%</b>	<b>0,9%</b>
<b>Número de trabalhadores</b>	<b>1 360</b>	<b>1 410</b>	<b>-3,5%</b>
<b>Investimento Operacional</b>			
Recorrente	32 962	31 849	3,5%
Não Recorrente	24 247	2 456	887,3%
<b>Total</b> (milhares de reais)	<b>57 209</b>	<b>34 305</b>	<b>66,8%</b>
(milhares de euros)	<b>17 399</b>	<b>12 182</b>	<b>42,8%</b>



### 3.7.2 Escelsa

A Escelsa beneficiou com a redução de 25% dos “contratos iniciais”, o que provocou uma queda de 14,8% no total de energia contratada. As alterações no contrato com Itaipú também tiveram um impacto positivo na empresa.

<b>Vendas de Energia (GWh)</b>			
<i>Escelsa</i>			
	<u>1S 2003</u>	<u>1S 2002</u>	<u>Δ%</u>
Energia contratada	2 953	3 467	-14,8%
Geração própria	600	586	2,4%
Compras de Energia ao MAE	71	0	-
<b>Aquisição de Energia</b>	<b>3 624</b>	<b>4 053</b>	<b>-10,6%</b>
Perdas com o contrato de Itaipú	- 69	- 187	63,1%
Perdas na Transmissão	- 102	- 99	-3,0%
<b>Energia entrada na Distribuição</b>	<b>3 453</b>	<b>3 767</b>	<b>-8,3%</b>
Perdas na Distribuição	- 481	- 398	-20,9%
<b>Vendas de Energia</b>	<b>2 972</b>	<b>3 369</b>	<b>-11,8%</b>
<b>Vendas ao MAE (Mercado Atacadista de Energia)</b>	<b>15</b>	<b>310</b>	<b>-95,2%</b>
<b>Comercialização de Energia</b>	<b>2 957</b>	<b>3 059</b>	<b>-3,3%</b>
Residencial	636	574	10,8%
Industrial	1 335	1 534	-13,0%
Comercial	394	422	-6,6%
Outros	592	529	11,9%

As vendas de energia a clientes finais apresentam uma queda homóloga de 3,3%, para os 2.957 GWh, devido à passagem de alguns clientes industriais para o mercado livre. Estes consumidores industriais apresentaram no primeiro semestre de 2003 um consumo de 360 GWh. No entanto, estes consumidores continuam a pagar a tarifa de uso da rede, estando esta a ser contabilizada na rubrica de "outras receitas e impostos". Excluindo o segmento industrial, as vendas de energia aumentaram 6,4%, o que reflecte uma recuperação estável do consumo depois do programa de racionamento.

<b>Margem Bruta</b>			
<i>Escelsa</i>			
	milhares de reais		
	<u>1S 2003</u>	<u>1S 2002</u>	<u>Δ%</u>
<b>Vendas de Energia Totais</b>	<b>469 102</b>	<b>411 526</b>	<b>14,0%</b>
Vendas de Energia ao MAE	- 106	19 015	-100,6%
Vendas de Energia a Clientes Finais	469 208	392 511	19,5%
Residencial	161 902	123 986	30,6%
Industrial	144 320	142 127	1,5%
Comercial	85 610	72 792	17,6%
Outros	77 376	53 606	44,3%
<b>Outros Proveitos / (Custos) Directos</b>	<b>- 26 247</b>	<b>- 40 182</b>	<b>34,7%</b>
Outras Receitas e Impostos	- 4 195	- 17 712	76,3%
Reposição Tarifária Regulatória	- 22 052	- 22 470	1,9%
<b>Total de Proveitos Operacionais</b>	<b>442 855</b>	<b>371 344</b>	<b>19,3%</b>
Aquisição de Energia	204 002	194 172	5,1%
Outros custos directos	61 919	56 855	8,9%
<b>Custos Directos Totais</b>	<b>265 921</b>	<b>251 027</b>	<b>5,9%</b>
<b>Margem Bruta (valor)</b>	<b>176 934</b>	<b>120 317</b>	<b>47,1%</b>
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>40,0%</b>	<b>32,4%</b>	<b>7,6%</b>

Os proveitos das vendas de electricidade a clientes finais totalizaram 469,2 milhões de reais, o que representa um aumento de 19,5%. Este aumento é maioritariamente explicado pelo ajustamento tarifário de 15,97% em Agosto de 2002; e pelo aumento do peso da energia vendida a clientes residenciais e comerciais. A tarifa média ao cliente final aumentou de 128,3 BRL/MWh no primeiro semestre de 2002 para 158,7 BRL/MWh no primeiro semestre de 2003 (deduzido de impostos sobre o valor acrescentado).

Apesar da queda de 25% dos “contratos iniciais”, os custos directos da actividade aumentaram 5,9%, devido ao aumento do custo, indexado ao Dólar, da energia fornecida por Itaipú; ao ajustamento tarifário anual dos “contratos iniciais”; e ao aumento da tarifa de transmissão de energia.

No passado dia 6 de Agosto a ANEEL aprovou um aumento médio de 17,3% nas tarifas da Escelsa:

- a) 8,96% corresponde ao reconhecimento directo dos custos não controláveis na tarifa ao cliente final;
- b) 7,80% corresponde à compensação dos custos controláveis corrigidos pelo índice de preços IGP-M (25,24% deduzidos de 1,89% do Factor X); e
- c) 0,54% corresponde à compensação de custos incorridos durante o racionamento.

<b>Demonstração de Resultados</b>						
<i>Escelsa</i>						
	milhares de reais			milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>442.855</b>	<b>371.344</b>	<b>19,3%</b>	<b>124 746</b>	<b>172 740</b>	<b>-27,8%</b>
Vendas de electricidade	442.855	371.344	19,3%	124 746	172 740	-27,8%
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>384.255</b>	<b>346.368</b>	<b>10,9%</b>	<b>109 057</b>	<b>158 402</b>	<b>-31,2%</b>
Custos Directos Totais	265.921	251.027	5,9%	75 208	114 007	-34,0%
Materiais diversos e mercadorias	3.602	3.210	12,2%	1 016	1 450	-30,0%
Fornecimentos e serviços externos	27.311	23.117	18,1%	7 772	10 387	-25,2%
Custos com o pessoal	33.244	29.622	12,2%	9 429	13 384	-29,6%
Amortizações do exercício	29.332	28.343	3,5%	8 300	12 821	-35,3%
Provisões	22.148	7.887	180,8%	6 573	4 937	33,1%
Outros custos e perdas operacionais (liq)	2.697	3.162	-14,7%	759	1 416	-46,4%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>58.600</b>	<b>24.976</b>	<b>134,6%</b>	<b>15 689</b>	<b>14 338</b>	<b>9,4%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	110.080	61.206	79,9%	30 562	32 096	-4,8%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>154.526</b>	<b>-273.538</b>	<b>156,5%</b>	<b>48 094</b>	<b>- 105 696</b>	<b>145,5%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>73.316</b>	<b>-3.056</b>	<b>-</b>	<b>21 095</b>	<b>- 1 459</b>	<b>-</b>
Impostos	103.414	-73.429	240,8%	30 603	- 28 566	207,1%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>183.028</b>	<b>-178.189</b>	<b>202,7%</b>	<b>54 275</b>	<b>- 64 251</b>	<b>184,5%</b>

NOTA: Os dados da Escelsa são apresentados para efeitos de análise. A Escelsa foi consolidada pelo Método de Equivalência Patrimonial em 2001 e até Setembro de 2002 e pelo método de consolidação integral de Outubro a Dezembro.

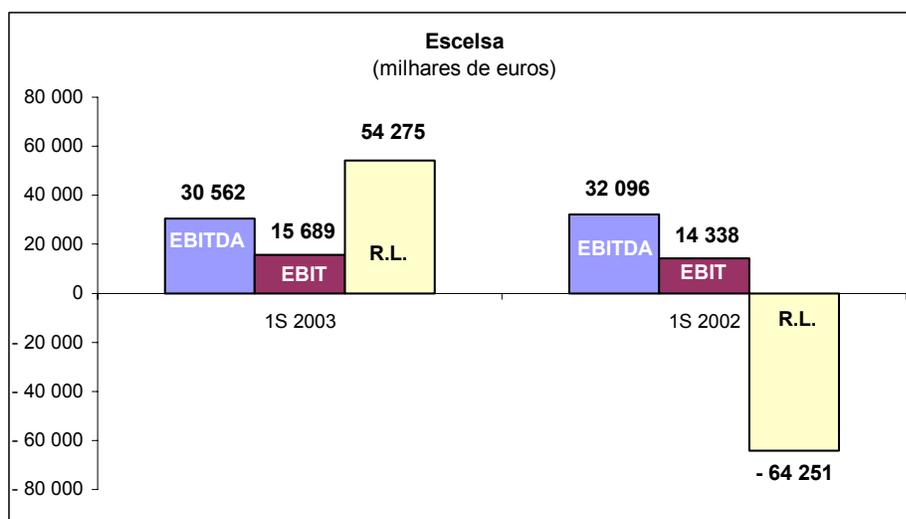
Apesar do crescimento homólogo de 10,9% dos custos operacionais, a margem EBITDA da Escelsa aumentou de 16,5% para 24,9%, devido principalmente ao ajustamento tarifário anual em Agosto de 2002 e a um melhor quadro contratual com os produtores. Além da pressão inflacionista, o aumento de 18,1% dos FSE's é explicado por programas de poupança de energia e licenças de *software*. Os custos com pessoal aumentaram 12,2%, devido a uma menor capitalização de custos no período e também devido ao ajustamento anual na base salarial. As provisões aumentaram 14,2 milhões de reais com a criação de uma provisão genérica para contingências fiscais.

<b>Dívida Financeira</b>			
<i>Escelsa</i>			
	milhares de reais		
	<b>1S 2003</b>	<b>2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Moeda Local</b>	<b>312 197</b>	<b>366 402</b>	<b>-14,8%</b>
BNDES	273 462	333 050	-
Outros	38 735	33 352	16,1%
<b>Moeda Estrangeira - Denominada em Dólares</b>	<b>1 332 631</b>	<b>1 592 495</b>	<b>-16,3%</b>
"Senior Notes"	1 237 711	1 592 495	-22,3%
Outros	94 920	52 830	79,7%
<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>1 644 828</b>	<b>1 958 897</b>	<b>-16,0%</b>
Em Activo: Perdas com o Racionamento e "Parcela A"	181 921	177 495	2,5%
<i>Hedging</i> na EDP, S.A.: Activo denominado em Dólares	239 822	296 324	-19,1%

Os resultados financeiros foram positivamente influenciados por diferenças de câmbio positivas no valor de 223,3 milhões de reais, explicado pelo efeito da apreciação do Real face ao Dólar na dívida denominada em dólares. Devido à valorização do valor de mercado do activo denominado em Dólares, foi possível a Escelsa reverter uma provisão de 75,1 milhões de reais que estava relacionada com a queda do valor de mercado deste activo.

<b>Indicadores Gerais</b>			
<i>Escelsa 100%</i>			
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Margem Bruta</b>	<b>40,0%</b>	<b>32,4%</b>	<b>7,6%</b>
<b>Número de trabalhadores</b>	<b>1 345</b>	<b>1 386</b>	<b>-3,0%</b>
<b>Investimento Operacional (1)</b>			
milhares de reais	23 349	24 571	<b>-5,0%</b>
milhares de euros	7 101	8 726	<b>-18,6%</b>

(1) A Escelsa consolidou pelo Método de Equivalência Patrimonial até Setembro de 2002 e integralmente desde essa data. Consideram-se os valores da totalidade da empresa para comparação.



### 3.7.3 Enersul

No primeiro semestre de 2003, à semelhança das outras empresas de distribuição de electricidade brasileiras, a Enersul beneficiou com a redução de 25% dos “contratos iniciais”, permitindo uma queda de 10,5% no total de energia contratada. As alterações no contrato com Itaipú também tiveram um impacto positivo na empresa.

<b>Vendas de Energia (GWh)</b>			
<i>Enersul</i>			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
Energia contratada	1 480	1 654	-10,5%
Geração própria	202	188	7,9%
Compras de Energia ao MAE	34	0	-
<b>Aquisição de Energia</b>	<b>1 716</b>	<b>1 842</b>	<b>-6,8%</b>
Perdas nos contratos	- 18	- 57	68,8%
Perdas na Transmissão	- 44	- 45	1,1%
<b>Energia entrada na Distribuição</b>	<b>1 654</b>	<b>1 740</b>	<b>-4,9%</b>
Perdas na Distribuição	- 246	- 236	-4,0%
<b>Vendas de Energia</b>	<b>1 408</b>	<b>1 504</b>	<b>-6,3%</b>
<b>Vendas ao MAE (Mercado Atacadista de Energia)</b>	<b>7</b>	<b>152</b>	<b>-95,2%</b>
<b>Comercialização de Energia</b>	<b>1 401</b>	<b>1 352</b>	<b>3,6%</b>
Residencial	448	428	4,7%
Industrial	319	324	-1,6%
Comercial	278	264	5,3%
Outros	356	336	5,9%

As vendas de energia a clientes finais apresentaram um crescimento homólogo de 3,6%, beneficiando do aumento do consumo nos segmentos residencial e comercial. O segmento industrial apresentou uma queda de 1,6% devido à passagem de alguns consumidores para o mercado livre.

<b>Margem Bruta</b>			
<i>Enersul</i>			
	milhares de reais		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Vendas de Energia Totais</b>	<b>278 958</b>	<b>211 175</b>	<b>32,1%</b>
Vendas de Energia ao MAE	- 2 652	- 20 252	86,9%
Vendas de Energia a Clientes Finais	281 610	231 427	21,7%
Residencial	107 356	85 321	25,8%
Industrial	46 769	37 440	24,9%
Comercial	63 528	50 399	26,1%
Outros	63 957	58 267	9,8%
<b>Outros Proveitos / (Custos) Directos</b>	<b>- 25 813</b>	<b>- 20 335</b>	<b>-26,9%</b>
Outras Receitas e Impostos	- 12 861	- 10 075	-27,7%
Reposição Tarifária Regulatória	- 12 952	- 10 260	-26,2%
<b>Total de Proveitos Operacionais</b>	<b>253 145</b>	<b>190 839</b>	<b>32,6%</b>
Aquisição de Energia	97 507	82 001	18,9%
Outros custos directos	34 756	30 060	15,6%
<b>Custos Directos Totais</b>	<b>132 263</b>	<b>112 061</b>	<b>18,0%</b>
<b>Margem Bruta (valor)</b>	<b>120 882</b>	<b>78 778</b>	<b>53,4%</b>
<b>Margem Bruta (%)</b>	<b>47,8%</b>	<b>41,3%</b>	<b>6,5%</b>

Os proveitos das vendas de electricidade a clientes finais apresentaram um crescimento de 21,7%, devido principalmente à revisão tarifária da Enersul em 8 de Abril de 2003. Nesta revisão tarifária a ANEEL aprovou um aumento médio de 32,59% nas tarifas da Enersul, acrescido de 9,67% a ser recuperado nos próximos 4 anos, tendo a empresa já incluído a contabilização deste acréscimo nas vendas do primeiro semestre. Numa comparação trimestral, a tarifa média ao cliente final apresentou um crescimento de 169,3 BRL/MWh no primeiro trimestre 2003 para 233,3 BRL/MWh no segundo trimestre de 2003 (deduzido de impostos sobre o valor acrescentado).

Apesar da queda de 25% dos “contratos iniciais”, os custos directos da actividade aumentaram 18,0%, devido ao aumento do custo, indexado ao Dólar, da energia fornecida por Itaipú; devido ao ajustamento tarifário anual dos “contratos iniciais”; e devido ao aumento da tarifa de transmissão de energia.

No primeiro semestre de 2003 a margem bruta aumentou mais de 50% em relação ao período homólogo, beneficiando da primeira revisão tarifária da Enersul que vem permitir uma remuneração mais adequada dos investimentos realizados pela empresa.

<b>Demonstração de Resultados</b>						
<i>Enersul</i>						
	milhares de reais			milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>253 145</b>	<b>190 839</b>	<b>32,6%</b>	<b>72 222</b>	<b>89 055</b>	<b>-18,9%</b>
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>216 509</b>	<b>184 330</b>	<b>17,5%</b>	<b>61 520</b>	<b>83 104</b>	<b>-26,0%</b>
Electricidade	132 263	112 061	18,0%	37 636	50 678	-25,7%
Materiais diversos e mercadorias	3 916	4 375	-10,5%	1 105	1 969	-43,9%
Fornecimentos e serviços externos	19 417	14 731	31,8%	5 544	6 610	-16,1%
Custos com o pessoal	25 176	23 427	7,5%	7 135	10 534	-32,3%
Amortizações do exercício	27 633	25 345	9,0%	7 802	11 412	-31,6%
Provisões	7 031	3 030	132,0%	1 999	1 277	56,6%
Outros custos e perdas operacionais (liq)	1 073	1 361	-21,2%	299	624	-52,1%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>36 636</b>	<b>6 509</b>	<b>462,9%</b>	<b>10 702</b>	<b>5 951</b>	<b>79,8%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	71 300	34 884	104,4%	20 503	18 640	10,0%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 12 563</b>	<b>- 27 151</b>	<b>53,7%</b>	<b>- 3 096</b>	<b>- 11 302</b>	<b>72,6%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>- 22 918</b>	<b>- 1 735</b>	<b>-1220,9%</b>	<b>- 6 891</b>	<b>- 801</b>	<b>-760,8%</b>
Impostos	11 886	- 7 249	264,0%	3 624	- 1 927	288,1%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>- 10 731</b>	<b>- 15 128</b>	<b>29,1%</b>	<b>- 2 909</b>	<b>- 4 225</b>	<b>31,2%</b>

NOTA: Os dados da Enersul são apresentados para efeitos de análise. A Enersul foi consolidada pelo Método de Equivalência Patrimonial em 2001 e até Setembro de 2002 e pelo método de consolidação integral de Outubro a Dezembro.

Apesar do crescimento de 17,5% dos custos operacionais em comparação com o primeiro semestre de 2002, a margem EBITDA da Enersul aumentou de 18,3% para 28,2%, devido principalmente à revisão tarifária em Abril de 2003 e a um melhor quadro contratual com os produtores. Além da pressão inflacionista, o aumento de 31,8% dos FSE's é explicado por maiores custos relacionados com serviços prestados a clientes e um aumento das licenças de *software*. Os custos com pessoal aumentaram 7,5%, devido a uma menor capitalização de custos no período explicada pela diminuição do investimento operacional.

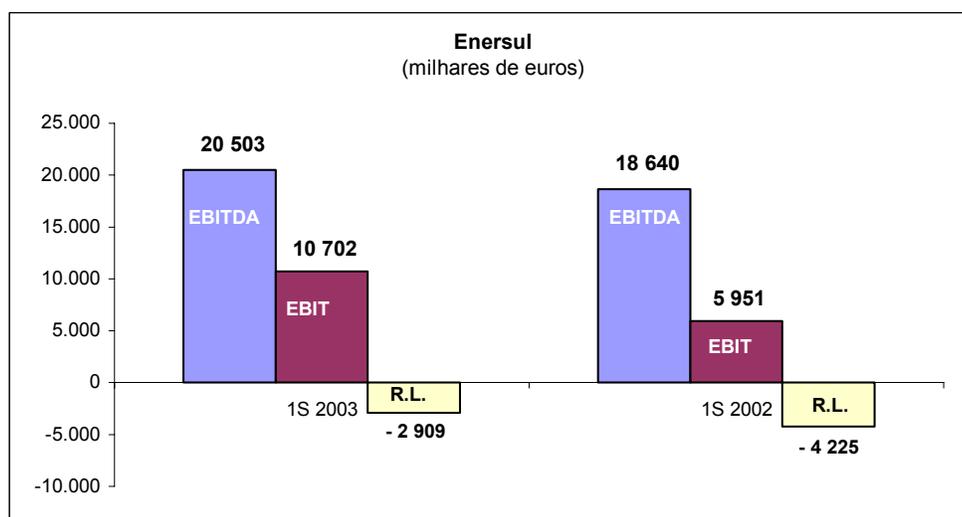
<b>Dívida Financeira</b>			
<i>Enersul</i>			
	milhares de reais		
	1S 2003	2002	Δ%
<b>Moeda Local</b>	<b>434 643</b>	<b>377 780</b>	<b>15,1%</b>
Magistra (Grupo)	123 900	65 951	87,9%
BNDES	166 448	157 696	-
Outros	144 295	154 133	-6,4%
<b>Moeda Estrangeira - Denominada em Dólares</b>	<b>153 518</b>	<b>199 375</b>	<b>-23,0%</b>
<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>588 161</b>	<b>577 155</b>	<b>1,9%</b>
Em Activo: Perdas com o Racionamento e "Parcela A"	120 787	114 328	5,6%
<i>Hedging</i> na EDP, S.A.: Activo denominado em Dólares	5 738	5 956	-3,7%

Os resultados financeiros da Enersul beneficiaram com as diferenças de câmbio positivas no valor de 16,6 milhões de reais, devido ao efeito da valorização do Real face ao Dólar na dívida denominada em Dólares. No segundo trimestre de 2003 a empresa decidiu ajustar, em 19,8 milhões de reais, a provisão

relacionada com o desinvestimento da turbina de gás da central termoelétrica Campo Grande. É de referir que, a taxa efectiva atípica no período é principalmente explicada pelo facto de a provisão extraordinária, assim como algumas provisões operacionais não serem fiscalmente dedutíveis.

Indicadores Gerais			
<i>Enersul</i>			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Margem Bruta</b>	<b>47,8%</b>	<b>41,3%</b>	<b>6,5%</b>
<b>Número de trabalhadores</b>	<b>935</b>	<b>949</b>	<b>-1,5%</b>
<b>Investimento Operacional (1)</b>			
milhares de reais	16 793	52 409	<b>-68,0%</b>
milhares de euros	5 107	18 611	<b>-72,6%</b>

(1) A Enersul consolidou pelo Método de Equivalência Patrimonial até Setembro de 2002 e integralmente desde essa data. Consideram-se os valores da totalidade da empresa para comparação.



### 3.8 TELECOMUNICAÇÕES

O volume de negócios do Grupo ONI apresentou um ligeiro aumento (0,5%), essencialmente nos Serviços de Voz (5,2%) em que o tráfego comutado atingiu 1 078,2 milhões de minutos, registando um crescimento de 34,5%. Grande parte deste crescimento foi conseguido no segmento dos Operadores, onde o preço cobrado por minuto é inferior, proporcionando margens superiores. O número de CLIs registados aumentou 8,9%, para 548,6 mil.

<b>Margem Bruta</b>			
<i>Telecomunicações Fixas</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>150 010</b>	<b>149 208</b>	<b>0,5%</b>
Proveitos Serviços Telecomunicações	142 640	138 017	3,3%
Serviços de Telecomunicações de Voz	88 925	84 530	5,2%
Serviços de Telecomunicações de Dados	31 295	32 490	-3,7%
Outras Receitas de Telecomunicações	22 420	20 997	6,8%
Proveitos Vendas de Equipamento	7 370	11 191	-34,1%
<b>Custos Directos da Actividade</b>	<b>78 494</b>	<b>81 066</b>	<b>-3,2%</b>
Custo dos Serviços de Telecomunicação	75 342	73 924	1,9%
Custos das Vendas de Equipamento	3 152	7 142	-55,9%
<b>Margem Bruta</b>	<b>71 516</b>	<b>68 142</b>	<b>5,0%</b>
Margem dos Serviços de Telecomunicações	67 298	64 093	5,0%
Margem das Vendas de Equipamento	4 218	4 049	4,2%

<b>Indicadores Operacionais</b>							
<i>Telecomunicações</i>							
	1S 2003			1S 2002			Δ% Total
	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	
<b>Trafego Voz (milhões min.)</b>	<b>443,2</b>	<b>635,0</b>	<b>1 078,2</b>	<b>356,3</b>	<b>445,5</b>	<b>801,8</b>	<b>34,5%</b>
Empresarial	202,3	276,0	478,3	161,0	271,8	432,8	10,5%
Residencial	124,4	-	124,4	154,4	-	154,4	-19,5%
Operadores	116,5	359,0	475,5	40,9	173,7	214,6	121,6%
<b>Nº CLI's Registados (milhares)</b>	<b>412,4</b>	<b>136,2</b>	<b>548,6</b>	<b>390,5</b>	<b>113,3</b>	<b>503,8</b>	<b>8,9%</b>
Empresarial	41,8	136,2	178,0	37,2	113,3	150,5	18,2%
Residencial	370,6	-	370,6	353,3	-	353,3	4,9%
<b>Tráfego Dados</b>							
<b>Internet (milhões min.)</b>	<b>344,0</b>	<b>16,2</b>	<b>360,2</b>	<b>361,0</b>	<b>24,2</b>	<b>385,2</b>	<b>-6,5%</b>
Empresarial	26,9	16,2	43,1	27,2	24,2	51,4	-16,2%
Residencial	317,1	-	317,1	333,8	-	333,8	-5,0%

As receitas originadas pelos serviços de dados totalizaram 31,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, representando 21,9% dos proveitos dos serviços de telecomunicações. Apesar de um aumento de 38,5% no número de contas de Internet registadas, o tráfego ISP caiu 6,5%, visto a ONI ter encorajado a transferência de clientes do acesso *dial-up* para o acesso xDSL.

<b>Demonstração de Resultados</b>				
<i>Telecomunicações Fixas : Portugal e Espanha</i>				
	<b>1S 2003</b>		<b>1S 2002</b>	
	<b>ONI Portugal</b>	<b>ONI Espanha</b>	<b>ONI Portugal</b>	<b>ONI Espanha</b>
<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>83 482</b>	<b>67 708</b>	<b>84 876</b>	<b>67 780</b>
Proveitos Serviços Telecomunicações	81 707	60 934	75 049	62 968
Serviços de Telecomunicações de Voz	38 261	50 665	35 409	49 121
Serviços de Telecomunicações de Dados	25 690	5 605	24 413	8 076
Outras Receitas de Telecomunicações	17 756	4 664	15 227	5 771
Proveitos Vendas de Equipamento	643	6 727	6 574	4 617
Outros proveitos operacionais	1 132	47	3 253	195
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>113 341</b>	<b>80 852</b>	<b>130.336,41</b>	<b>78 261</b>
Custos Directos da Actividade	37 333	41 161	41 462	39 604
Custo dos Serviços de Telecomunicação	36 773	38 569	35 160	38 764
Custos das Vendas de Equipamento	560	2 592	6 302	840
Fornecimentos e serviços externos - Terceiros	30 105	16 134	36 333	18 395
Fornecimentos e serviços externos - Grupo	327	0	3 355	0
Custos com o pessoal	19 336	11 316	23 140	12 447
Amortizações	23 315	10 670	22 349	6 908
Provisões	1 924	1 434	1 951	741
Outros custos operacionais	1 001	137	1 746	166
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>- 29 859</b>	<b>- 13 144</b>	<b>- 45 460</b>	<b>- 10 481</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	- 4 620	- 1 040	- 21 160	- 2 832

Os proveitos operacionais na ONI Portugal diminuíram 1,6% para 83,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2003. Esta evolução resulta de um aumento de 8,9% nas receitas dos serviços de telecomunicações, que foi parcialmente anulada por uma redução significativa das receitas das vendas de equipamento, resultado do primeiro semestre de 2002 ter beneficiado de um contrato importante de fornecimento de equipamentos.

No final do primeiro semestre de 2003, os proveitos com serviços de telecomunicações da ONI Espanha totalizaram 60,9 milhões de euros, dos quais 83,1% são receitas provenientes dos serviços de voz.

Os serviços de dados na ONI Espanha, que totalizaram 5,6 milhões de euros (9% do total dos proveitos com serviços de telecomunicações da ONI Espanha), diminuíram cerca de 30% em relação ao primeiro semestre de 2002, reflectindo uma redução de 16,2% no tráfego ISP para 16,2 milhões de minutos e uma redução nos proveitos provenientes do aluguer de capacidade (52% abaixo do primeiro semestre de 2002), consequência do encerramento e da redução do nível de actividade de alguns clientes no segmento de Operadores.

<b>Demonstração de Resultados</b>			
<i>Telecomunicações Fixas</i>			
	milhares de euros		
	<b>1S 2003</b>	<b>1S 2002</b>	<b>Δ%</b>
<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>151 189</b>	<b>152 656</b>	<b>-1,0%</b>
Proveitos Serviços Telecomunicações	142 640	138 017	3,3%
Proveitos Vendas de Equipamento	7 370	11 191	-34,1%
Trabalhos para a Própria Empresa	6	173	-96,3%
Outros proveitos operacionais	1 173	3 274	-64,2%
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>194 191</b>	<b>208 597</b>	<b>-6,9%</b>
Custos Directos da Actividade	78 494	81 066	-3,2%
Fornecimentos e serviços externos - Terceiros	46 239	54 728	-15,5%
Fornecimentos e serviços externos - Grupo	327	3 355	-90,3%
Custos com o pessoal	30 652	35 587	-13,9%
Amortizações	33 986	29 257	16,2%
Provisões	3 357	2 692	24,7%
Outros custos operacionais	1 137	1 912	-40,5%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>- 43 002</b>	<b>- 55 941</b>	<b>23,1%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	- 5 660	- 23 992	76,4%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 24 536</b>	<b>- 20 196</b>	<b>-21,5%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>- 4 711</b>	<b>- 3 097</b>	<b>-52,1%</b>
Impostos + Minoritários	- 9 535	- 7 948	-20,0%
<b>Resultado Líquido (100%)</b>	<b>- 62 714</b>	<b>- 71 286</b>	<b>12,0%</b>
Interesses Minoritários	- 27 579	- 31 348	12,0%
<b>Resultado Líquido para EDP (56,025%)</b>	<b>- 35 136</b>	<b>- 39 938</b>	<b>12,0%</b>

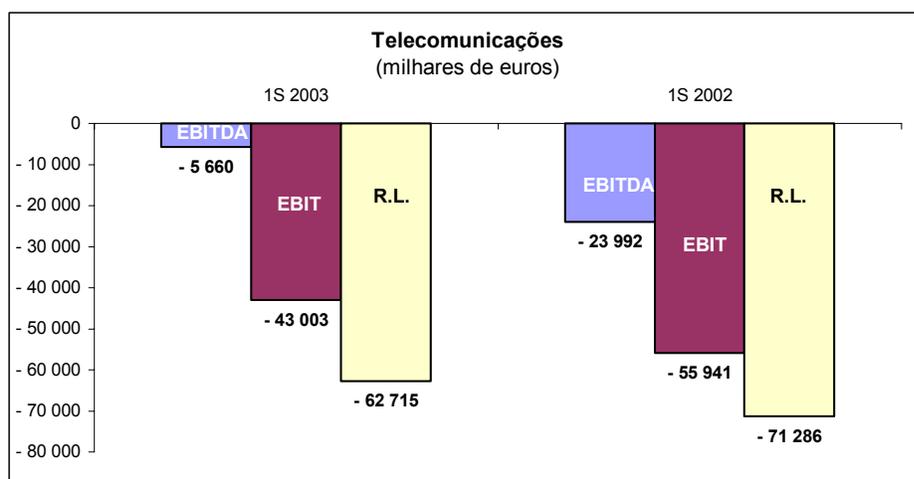
Os FSE's caíram 19,8% para 46,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2003. Grande parte deste decréscimo foi originado na ONI Portugal. As maiores poupanças foram conseguidas ao nível das despesas com publicidade e trabalhos especializados (nomeadamente de IT e O&M).

No primeiro semestre de 2003, o Grupo ONI reduziu os seus efectivos em 36 pessoas, permitindo um decréscimo de 13,9% nos custos com pessoal.

Indicadores Gerais			
Telecomunicações			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Número de trabalhadores ONI</b>	<b>1 373</b>	<b>1 754</b>	<b>-21,7%</b>
Portugal	627	1 102	-43,1%
Fixo	616	762	-19,2%
Móvel	11	340	-96,8%
Espanha	746	652	14,4%
<b>Investimento Operacional (mil eur)</b>	<b>18 182</b>	<b>95 000</b>	<b>-80,9%</b>
Portugal	7 133	83 900	-91,5%
Fixo	7 133	17 900	-60,2%
Móvel	0	66 000	-100,0%
Espanha	11 049	11 100	-0,5%

O investimento operacional totalizou 18,2 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 37,3% (excluindo a contribuição da ONI Way no primeiro semestre de 2002). O investimento na ONI Portugal reduziu-se, uma vez que a expansão da rede de telecomunicações fixas e de infra-estruturas de acesso directo foi realizada em 2002. O investimento recorrente da ONI Espanha inclui 4,1 milhões de euros relacionados com a compra de equipamento de acesso.

Durante o primeiro semestre de 2003, O Grupo ONI adquiriu uma participação adicional de 22,2% na ONI Way através da compra das participações detidas pela Telenor (20,0%), Efacec (1,0%) e Media Capital (1,2%) por um total de 11,5 milhões de euros.



### 3.9 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Os proveitos operacionais do Grupo Edinfor totalizaram 100,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 19,5% em relação ao primeiro semestre de 2002, devido essencialmente: ao abrandamento da actividade económica em Portugal e à transferência para a EDP Distribuição de activos fixos ligados ao desenvolvimento de um sistema de informação, que se traduziu numa redução dos serviços facturados pela Edinfor à EDP Distribuição.

<b>Demonstração de Resultados</b>			
<i>Tecnologias de Informação</i>			
	milhares de euros		
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>100 415</b>	<b>124 788</b>	<b>-19,5%</b>
Vendas	13 071	25 422	-48,6%
Prestação de serviços - Grupo	45 322	64 112	-29,3%
Prestação de serviços - Terceiros	36 837	24 266	51,8%
Trabalhos para a própria empresa	3 610	10 116	-64,3%
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 575	872	80,6%
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>90 902</b>	<b>112 309</b>	<b>-19,1%</b>
Materiais diversos e mercadorias	10 870	15 326	-29,1%
Fornecimentos e serviços externos - Grupo	5 463	12 646	-56,8%
Fornecimentos e serviços externos - Terceiros	29 222	35 660	-18,1%
Custos com o pessoal	33 448	39 243	-14,8%
Amortizações do exercício	11 260	8 862	27,1%
Provisões	364	151	141,1%
Outros custos e perdas operacionais	275	421	-34,6%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>9 513</b>	<b>12 479</b>	<b>-23,8%</b>
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	21 137	21 492	-1,7%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>- 5 349</b>	<b>- 6 004</b>	<b>10,9%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>- 528</b>	<b>- 115</b>	<b>-358,9%</b>
Impostos e Interesses Minoritários	2 170	3 054	-28,9%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1 466</b>	<b>3 306</b>	<b>-55,7%</b>

NOTA: Sub-consolidação não auditada

No primeiro semestre de 2003, cerca de 44% dos proveitos eram provenientes de vendas e prestações de serviços efectuadas para fora do Grupo EDP.

A redução nas despesas com fornecimentos e serviços externos é resultado do abrandamento da actividade económica e da transferência de activos, para a EDP Distribuição, acima mencionada.

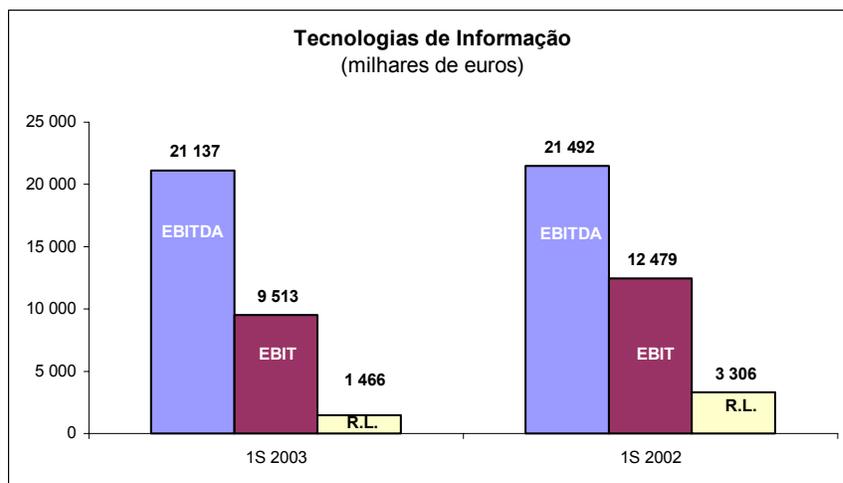
Os custos com pessoal reduziram-se em 14,8% devido a uma redução de 58 empregados; a renegociações salariais bem sucedidas e ao processo de reestruturação que está a decorrer e de acordo com o qual se prevêem poupanças de custos adicionais até ao final do ano.

Apesar da redução nos proveitos operacionais da Edinfor, a boa performance operacional da empresa possibilitou uma melhoria da margem EBITDA de 3,3 pontos percentuais para 21% no primeiro semestre de 2003.

O aumento de 27,1% das amortizações devido, essencialmente, à amortização dos activos relacionados com um projecto de IT/Comunicações, que só agora entraram em exploração, reflectiu-se numa redução de 23,8% no EBIT para o primeiro semestre de 2003.

A desaceleração económica irá continuar a ter efeitos na actividade da empresa no segundo semestre de 2003.

<b>Indicadores Gerais</b>			
<i>Tecnologias de Informação</i>			
	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>Número de trabalhadores</b>	<b>1 757</b>	<b>1 815</b>	<b>-3,2%</b>
Edinfor S.A. + Participadas	769	722	6,5%
Grupo ACE	988	1 093	-9,6%
<b>Investimento Operacional</b> milhares de euros	<b>18 127</b>	<b>23 383</b>	<b>-22,5%</b>



NOTA: Sub-consolidação não auditada

---

## 4 GOVERNO DA SOCIEDADE

---

O Grupo EDP passou a incluir no seu Relatório de Gestão Anual um relatório específico sobre o Governo da Sociedade, em conformidade com o Regulamento nº 7/2001/CMVM.

O Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade elaborado pela EDP inclui capítulos sobre:

- a) Informação geral – organigramas, política de dividendos, evolução da cotação das acções, etc.;
- b) Formas de Participação ou Representação dos Accionistas e de Exercício dos Direitos de Voto;
- c) Regras Societárias;
- d) Controlo de Risco de Actividade;
- e) Órgão de Administração.

A informação divulgada pelo Grupo EDP no seu Relatório Anual do Exercício de 2002 mantém-se, no essencial, válida, merecendo no entanto actualização quanto a alguns aspectos: os Órgãos de Governo, incluindo a Caracterização do Órgão de Administração e a estrutura orgânica, a evolução da Cotação das Acções e a Carteira de Acções Próprias, que seguidamente se apresenta.

### 4.1 GOVERNO DA SOCIEDADE, CARACTERIZAÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURA ORGÂNICA

#### 4.1.1 A Estrutura de Governo Societário

Os órgãos de administração e fiscalização da EDP são o Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo este obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas.

Para efeitos de fixação das remunerações dos administradores, assim como as remunerações dos demais órgãos sociais, existe, de acordo com o Contrato de Sociedade, uma Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral.

Ainda de acordo com o Contrato de Sociedade existe também um Conselho de Ambiente, com competências consultivas junto do Conselho de Administração, designadamente emitindo pareceres sobre empreendimentos de maior relevância ambiental do Grupo EDP.

O actual Conselho de Administração, eleito na assembleia Geral de Maio de 2003, constituiu de entre os seus membros uma Comissão Executiva, para a gestão corrente da sociedade, e uma Comissão de Auditoria, com funções de reforço das práticas de controlo interno e aspectos relacionados com os auditores externos.

#### 4.1.2 Caracterização do Órgão de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
<b>Presidente</b>	Eng. Francisco de la Fuente Sánchez	
<b>Comissão Executiva</b>	Eng. João Luís Ramalho de Carvalho Talone Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende	Presidente
<b>Comissão de Auditoria</b>	Dr. António de Almeida Prof. José Manuel Trindade Neves Adelino Prof. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho	Presidente
	Prof. António José Fernandes de Sousa Dr. José Manuel Gonçalves de Morais Cabral Dr. Paulo Azevedo Pereira da Silva Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins	

O Conselho de Administração da EDP, que inclui personalidades independentes, é actualmente composto por treze administradores, eleitos por maioria dos votos emitidos em Assembleia Geral de Accionistas. O mandato dos administradores é de três anos, sem restrição de reeleição. O Conselho de Administração da EDP é responsável pela gestão da actividade da Empresa, competindo-lhe de acordo com o Contrato de Sociedade:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da Empresa e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Empresa e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julque convenientes, incluindo os de subestabelecer;
- Designar o secretário da sociedade e respectivo suplente;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por Lei ou pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, em regra, reúne mensalmente com a participação de todos os administradores, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros. Não é permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião. Todos os administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade. O funcionamento do Conselho de Administração é disciplinado por um Regulamento interno.

#### **4.1.3 Controlo Efectivo da Vida Societária**

Nos termos deliberados pelo Conselho de Administração, de harmonia com o previsto nos estatutos, a gestão corrente da sociedade foi delegada numa Comissão Executiva, composta por cinco Administradores. Em regra, a Comissão Executiva reúne semanalmente com a participação de todos os seus membros. O modo de funcionamento da Comissão Executiva é estabelecido pelo respectivo Regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração, que também designou o Presidente da Comissão Executiva e fixou as regras de informação e de acompanhamento das suas actividades pelo Conselho.

As atribuições da Comissão Executiva são fixadas pelo Conselho de Administração na delegação de poderes de gestão corrente da sociedade, consistindo essencialmente na condução corrente dos negócios da EDP e das Empresas do Grupo EDP, na coordenação da actividade das empresas participadas maioritariamente e na gestão das participações sociais de que a sociedade é titular, apoiando o Conselho na definição das políticas do Grupo EDP nas diversas áreas em que intervém. No entanto esta delegação de competências não inclui:

- A cooptação de administradores;
- O pedido de convocação de assembleias Gerais;
- A aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral;
- A aprovação dos planos e orçamentos anuais e plurianuais, e o acompanhamento periódico da sua execução;
- A aprovação das contas trimestrais e semestrais;
- A mudança de sede da EDP, nos termos previstos no Contrato de Sociedade;
- Os projectos de fusão, cisão, transformação e alienação de empresas do Grupo EDP;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela empresa.

A Comissão Executiva deverá ainda submeter à apreciação do Conselho de Administração as deliberações que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação deste órgão.

Não obstante esta delegação de poderes, o Conselho de Administração mantém a sua responsabilidade pela gestão global da actividade da Empresa.

#### **4.1.4 Estrutura Orgânica**

A EDP tem as suas actividades organizadas em Grupo Empresarial, conforme organigrama constante do Relatório de Gestão, e dispõe de uma estrutura central de apoio aos processos de decisão, com

competências transversais e que funciona junto da EDP, enquanto sociedade Holding do Grupo EDP, de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pelo Conselho de Administração.

Esta estrutura central de apoio é constituída por um corpo de Directores Gerais, Adjuntos e Assessores do Conselho de Administração e por um conjunto de Gabinetes, de acordo com o organograma seguinte:



#### 4.2 COMPORTAMENTO EM BOLSA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2003

A EDP encontra-se cotada na Euronext Lisboa e na Bolsa de Nova Iorque. As acções da EDP são, ainda, um activo base para contratos de futuros transaccionados na Euronext Lisboa.

No primeiro semestre de 2003, foram transaccionadas 810 milhões de acções da EDP, correspondente a uma média diária de 6,5 milhões de acções, o que faz da EDP um dos títulos com maior liquidez do mercado nacional. A EDP representa, actualmente, cerca de 16% do PSI20, o principal índice bolsista Português, sendo, também, uma referência em qualquer índice europeu de empresas de energia eléctrica.

Durante o primeiro semestre de 2003, verificou-se uma ligeira subida dos principais índices bolsistas mundiais. Embora positiva, a evolução do mercado de capitais foi negativamente influenciada nos dois

primeiros meses do ano pelas expectativas de um conflito prolongado no Iraque. No entanto, desde Março, as perspectivas de uma rápida resolução do conflito no Iraque e as expectativas de retoma económica proporcionaram uma recuperação das perdas do início do ano.

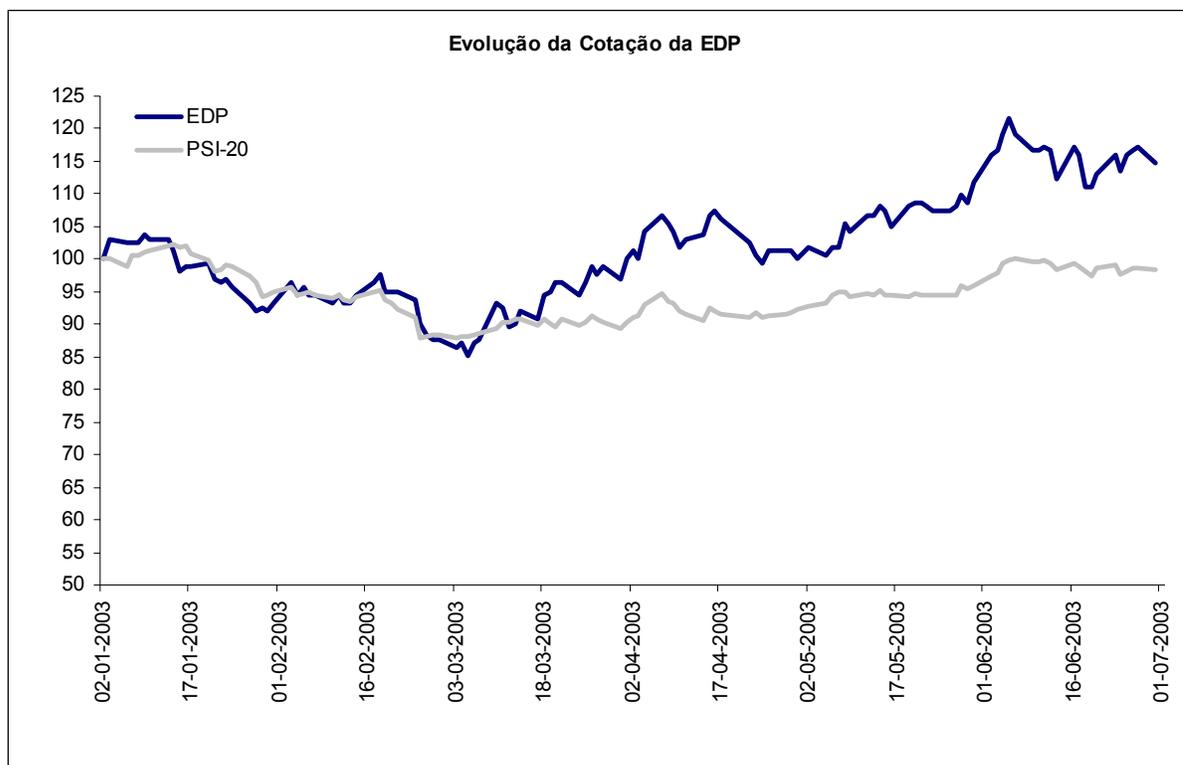
No que se refere à performance do título EDP, há a assinalar a cotação mínima histórica de 1,38 euros atingida em 5 de Março, na sequência da envolvente atrás referida. No entanto, é de notar que o título EDP valorizou 17% no primeiro semestre do ano, resultado, por um lado, das expectativas de retoma dos mercados mundiais, e por outro, de um conjunto de factores favoráveis à actividade corrente do Grupo EDP, que em conjunto criaram um ambiente de confiança e influenciaram favoravelmente a evolução do preço da acção. É ainda de referir que o título EDP apresentou uma valorização de 17% face ao índice PSI20.

Em primeiro lugar, em Março, a EDP através da Hidrocontábrico vence o processo lançado pelo Governo Basco (Ente Vasco de Energía) para privatização da Naturcorp, adquirindo assim 62% da segunda maior empresa espanhola de distribuição e transporte de gás. Através desta aquisição, o Grupo reforça a sua posição no mercado Ibérico de energia e posiciona-se correctamente na convergência entre os negócios de gás e electricidade.

Em segundo lugar, em Abril, o Governo Português anunciou publicamente a promoção da integração na EDP das actividades de distribuição de gás e electricidade, no âmbito da reestruturação do sector energético nacional. Com esta reestruturação, a EDP tem a oportunidade de se tornar uma empresa de referência no sector de electricidade e gás da Península Ibérica.

Em terceiro lugar, uma maior clarificação quanto aos processos de liberalização do sector eléctrico e de criação do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica (MIBEL) terá favorecido as expectativas dos investidores, nomeadamente através da garantia de que será mantido o equilíbrio financeiro inerente aos actuais Contratos de Aquisição de Energia (CAE) após a sua eventual resolução.

Por último, as expectativas de que será permitido à empresa reflectir nas tarifas os encargos associados ao Plano de Racionalização de Recursos Humanos (PRRH), através da definição pelo regulador (ERSE) dos mecanismos de compensação tarifária dos custos de reestruturação. Já durante o segundo semestre a ERSE deliberou aceitar os encargos inerentes ao PRRH 2003-2004 como investimento amortizável em 20 anos.



### 4.3 ACÇÕES PRÓPRIAS

Em conformidade com o regime geral das sociedades comerciais, relativamente à aquisição e alienação de acções próprias, a empresa foi autorizada, em Assembleia Geral, a adquirir acções próprias até ao limite correspondente a 10% do Capital.

Durante o primeiro semestre de 2003 a EDP aumentou a sua carteira de acções próprias em 2 229 030 unidades, pelo que a 30 de Junho de 2003 o número de acções próprias ascendia a 19 657 956. As acções em carteira dão suporte ao programa de *stock options* destinado aos Corpos Gerentes e Quadros do Grupo EDP.

### 4.4 GABINETE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O Grupo EDP adoptou como a sua política de comunicação uma prática de informação aos accionistas e ao mercado em geral ao nível dos mais elevados padrões dos mercados onde estão cotadas as acções da EDP, com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, trabalhadores, clientes, parceiros estratégicos, credores e público em geral.

Através do sítio da EDP na internet ([www.edp.pt](http://www.edp.pt)), é disponibilizado um completo conjunto de informações sobre a empresa, nomeadamente, comunicados de factos relevantes, a evolução histórica da cotação das acções da EDP, a estrutura accionista do Grupo e outras informações de potencial interesse sobre o Grupo EDP. A página da EDP na internet possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1997.

---

A EDP dispõe de um Gabinete de Relações com Investidores – **GRI** – para assegurar a função primordial de servir de interlocutor entre a administração do Grupo EDP e os accionistas e mercados financeiros em geral. O GRI é responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP no que se refere à publicação das demonstrações financeiras periódicas, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram.

Este nosso Gabinete de Relações com Investidores mantém ainda um fluxo de comunicação constante com investidores institucionais e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária de forma a facilitar o cumprimento dos deveres de responsabilidade e diligência destas instituições.

O nosso Gabinete de Relações com Investidores – **GRI** – está localizado na sede social da EDP, sita na Praça Marquês de Pombal, 12, 5º, 1250-160 Lisboa, podendo ser contactado por telefone +351 21 001 2834, telefax +351 21 001 2899 ou através do endereço electrónico **ir@edp.pt**.

O Responsável da EDP para as Relações com o Mercado é o Administrador Senhor Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa.

---

## 5 PERSPECTIVAS

---

O Grupo EDP prosseguirá a consolidação da sua presença e operações no sector energético nos mercados da Península Ibérica, reforçando por outro lado a estratégia de enfoque e auto-sustentabilidade dos negócios no Brasil e nas Telecomunicações.

Relativamente à evolução do Mercado Ibérico da Electricidade, cuja concretização decorrerá de uma forma faseada e com conclusão prevista para 2006, a EDP continuará a desenvolver esforços de preparação interna e acompanhamento dos estudos e medidas necessários à sua implementação. Neste âmbito, assume particular relevo a definição do regime de liberalização da produção, nomeadamente o processo de abertura dos Contratos de Aquisição de Energia celebrados entre os titulares dos Centros Produtores Vinculados e a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte, tendo em vista a obtenção de solução que preserve o valor dos referidos contratos.

A preparação da abertura do mercado nacional da electricidade aos mais de 5,6 milhões de clientes alimentados em Baixa Tensão, prevista para 2004, e o aprofundamento da liberalização do mercado de MAT, AT e MT constituirão desafios acrescidos para o Grupo, que deseja manter uma posição de liderança no sector liberalizado. Neste contexto, a EDP reforçará o seu papel na área da Comercialização e do Trading, dotando-se das ferramentas adequadas para actuar no mercado por “grosso” e na correspondente gestão de riscos, à medida que ganhe forma e expressão o funcionamento do MIBEL.

Prevê-se, igualmente, o desenvolvimento dos trabalhos referentes à reorganização do Sector Energético Português, na sequência do novo quadro promovido pelo Governo no sentido da integração da electricidade e do gás natural, esperando-se um impacte significativo na actividade do Grupo,.

Em Espanha, a participação da EDP no mercado energético consolidar-se-á através da Hidrocantábrico, com actividade no mercado eléctrico e no mercado do gás, reforçando a convergência entre os dois negócios na Península Ibérica.

No Brasil, o Grupo concretizará medidas de racionalização da gestão das empresas distribuidoras de electricidade, potenciando sinergias, designadamente através da reestruturação societária subordinando as actividades do Grupo no Brasil a um comando estratégico comum da *sub-Holding* EDP Brasil, da redução da exposição no negócio da produção no Brasil para consolidar os activos na distribuição, privilegiando a troca de activos.

No âmbito das telecomunicações, a ONI continuará a centralizar-se no negócio da rede fixa em Portugal e Espanha, reforçando a sua posição como primeiro operador alternativo ao operador incumbente. Espera-se poder contar, neste contexto, com uma efectiva liberalização do mercado.

Denominadores comuns a todas as frentes são a concretização das medidas de redução de custos e de racionalização já identificadas, extensivamente a todo o Grupo EDP, e a motivação dos recursos humanos, factores fundamentais para a adaptação da EDP a um novo ambiente de liberalização de mercado e criação de uma imagem de marca moderna.

Como objectivo prioritário, o Grupo EDP deverá continuar a boa evolução do comportamento operacional e a recuperação da geração de cash flow livre.

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco de la Fuente Sánchez (Presidente)

João Luís Ramalho de Carvalho Talone

António de Almeida

António José Fernandes de Sousa

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado

Jorge Manuel de Oliveira Godinho

José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral

José Manuel Trindade Neves Adelino

Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho

Paulo Azevedo Pereira da Silva

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins

Lisboa, 26 de Agosto de 2003

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS**

**1 BALANÇO CONSOLIDADO A 30 DE JUNHO DE 2003**

ACTIVO	Jun-03			2002	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Unidade: EUR	
	AB	A/P	AL	AL		Jun-03	2002
<b>Imobilizado:</b>					<b>Capital próprio:</b>		
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					<b>Capital</b>	3.000.000.000,00	3.000.000.000,00
Despesas de instalação	94.993.119,45	60.081.095,01	34.912.024,44	42.585.164,98	Acções próprias - Valor nominal	-19.657.956,00	-17.428.926,00
Despesa de invest. e desenvolvimento	152.843.032,71	44.087.299,45	108.755.733,26	104.932.244,23	Acções próprias - Prémios e descontos	-25.706.605,50	-26.064.533,34
Propriedade industrial e out. direitos	1.912.324.888,17	226.430.916,84	1.685.893.971,33	1.682.372.902,88	Ajustamentos de partes de capital em filias e assoc.	22.224.900,87	22.120.541,30
Imobilizações em curso	7.093.803,69		7.093.803,69	13.229.498,81	Ajustamento de conversão cambial	-424.130.970,12	-379.467.762,48
	2.167.254.844,02	330.599.311,30	1.836.655.532,72	1.843.119.810,90	Reservas de reavaliação	1.172.726.640,98	1.172.726.640,98
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					<b>Reservas:</b>		
Imobilizações corpó. (DL 344-B/02)	259.915.573,61	245.130.882,94	14.784.690,67	16.650.446,76	Legal	260.488.232,08	243.727.440,75
Terrenos e recursos naturais	111.914.280,72		111.914.280,72	122.259.733,36	Outras	78.732.985,46	78.732.985,46
Edifícios e outras construções	315.174.936,70	134.226.373,97	180.948.582,73	193.429.305,85	Ajustamentos patrimoniais	-192.723.883,96	-268.974.551,00
Equipamento básico	23.125.363.223,07	13.460.463.696,48	9.664.899.526,59	9.635.584.429,93	Resultados transferidos - Casa - mãe	1.640.636.344,17	1.206.461.023,74
Equipamento de transporte	69.508.915,68	46.746.506,61	22.762.409,07	27.278.436,18	Resultados transferidos - Consolidação de filias	-281.779.511,49	125.131.396,49
Ferramentas e utensílios	80.787.963,63	5.038.594,26	75.749.369,37	71.479.971,54	Subtotal	5.231.014.176,49	5.198.966.835,90
Equipamento administrativo	314.788.710,24	189.070.208,11	125.718.502,13	84.622.115,01	Resultado consolidado líquido do exercício	182.043.996,86	335.215.826,44
Taxas e visitação	1.659,55	1.659,55	0,00	0,00	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	5.413.058.173,35	5.494.162.082,34
Outras imobilizações corpóreas	16.478.673,06	5.004.857,38	11.473.815,68	12.681.548,68	<b>Interesses minoritários</b>	56.990.162,55	65.199.164,85
Imobilizações em curso	971.934.956,06		971.934.956,06	1.010.734.574,13	<b>Passivo:</b>		
Adiantam. p/conta inob. corpóreas	4.772.701,78		4.772.701,78	4.788.147,67	<b>Provisões para riscos e encargos:</b>		
Aprov. fins múltiplos (parte inefect.)	24.786.958,30		24.786.958,30	24.729.492,72	Outras provisões para riscos e encargos	762.567.090,71	806.281.677,80
Produção hidroeléctrica	18.186.658,24		18.186.658,24	18.186.658,24		762.567.090,71	806.281.677,80
Outras em curso	6.600.300,06		6.600.300,06	6.542.834,48	<b>Correcção de hidráulidade</b>	383.057.352,73	324.111.265,95
	25.295.428.552,38	14.085.682.779,30	11.209.745.773,08	11.204.237.201,83	<b>Dívidas a terceiros - Médio longo prazo:</b>		
<b>Investimentos financeiros:</b>					Empréstimos p/obrigações - Não convert.	3.488.639.755,66	3.392.111.270,43
Partes de capital em empresas do grupo	58.038.282,29	9.277.929,02	48.760.353,27	193.367.126,42	Dívidas a instituições de crédito	2.709.513.352,87	2.697.720.636,38
Partes de capital em empres. associadas	591.431.248,60	38.079.862,01	553.351.386,59	540.415.120,81	Outros empréstimos obtidos	16.060.371,00	17.210.004,36
Títulos e outras aplic. financeiras	1.456.881.314,52	287.996.509,98	1.168.884.804,54	1.162.199.322,60	Outros credores	98.765.673,55	90.390.147,07
Imobilizações em curso	2.584,15		2.584,15	2.584,15	Participo do Estado p/prop. fins múltiplos	19.739.517,80	19.739.517,80
	2.106.353.429,56	335.354.301,01	1.770.999.128,55	1.895.984.153,88	Conta de regularização (Reg.DL344-B/02)	14.784.680,68	16.650.446,77
<b>Circulante:</b>						6.347.503.581,58	6.233.822.022,81
<b>Existências:</b>					<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>		
Matérias-primas, subprod. e de consumo	111.544.039,97		111.544.039,97	130.031.670,96	Empréstimos p/obrigações - Não convert.	61.781.218,12	12.261.284,32
Produtos e trabalhos em curso	7.620.502,85		7.620.502,85	5.446.017,07	Dívidas a instituições de crédito	1.727.068.175,04	1.874.772.408,76
Mercadorias	13.139.370,31	0,00	13.139.370,31	8.963.277,54	Adiantamentos p/conta de vendas	157.111,85	298.732,26
Adiantamentos p/conta compras	2.360.234,43		2.360.234,43	5.864.063,82	Fornecedores c/c	606.893.148,81	762.573.380,40
	134.664.147,56	0,00	134.664.147,56	150.305.029,39	Fornecedores-Fact em recepção e conf.	67.578.055,05	24.787.970,50
<b>Dívidas de terceiros - Médio longo prazo:</b>					Outros Accionistas	20.335.009,43	10.443.077,23
Clientes - Autarquias - Dívida a 31/12/08	163.797.639,21	104.495.582,13	79.302.257,08	84.021.233,36	Fornecedores de clientes	399.979,69	517.842,26
Empresas parceiras e participantes	14.957.212,32		14.957.212,32	18.744.335,53	Fornecedores de imobilizado c/c	117.674.154,95	230.362.523,10
Outros devedores	182.002.689,13	12.907.534,25	169.095.154,88	157.818.332,45	Estado e outros entes públicos	87.003.504,62	49.752.218,75
	380.757.740,66	117.403.116,38	263.354.624,28	260.583.901,34	Outros credores	239.480.696,95	163.233.460,27
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>						2.928.351.474,11	3.129.032.997,85
Clientes c/c	927.540.138,90	0,00	927.540.138,90	855.970.456,68	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
Clientes - Títulos a receber	10.762,70		10.762,70	13.734,12	Acréscimos de custos	389.497.646,75	294.498.579,47
Clientes - Cobrança duvidosa	186.055.368,68	170.080.407,05	15.974.961,63	8.647.651,41	Provetos diferidos	1.512.142.706,19	1.433.938.756,23
Empresas parceiras e participantes	0,00		0,00	0,00	Impostos diferidos	278.182.858,03	344.122.333,81
Adiantamentos a fornecedores	758.451,12		758.451,12	3.298.096,12		2.179.823.210,97	2.072.560.689,31
Estado e outros entes públicos	80.128.874,22		80.128.874,22	120.419.334,15	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	12.601.302.690,08	12.585.808.533,72
Outros devedores	468.996.968,29	25.574.657,53	443.422.310,76	449.043.129,10			
Subscritores de capital	499.320,97		499.320,97	451.125,00			
	1.663.989.684,88	195.655.064,58	1.468.334.820,30	1.437.843.526,58			
<b>Títulos negociáveis:</b>							
Outras aplicações de tesouraria	109.475.304,45	0,00	109.475.304,45	175.258.218,54			
	109.475.304,45	0,00	109.475.304,45	175.258.218,54			
<b>Depósitos Bancários e caixa:</b>							
Depósitos bancários	31.948.111,42		31.948.111,42	37.287.707,07			
Caixa	1.386.356,05		1.386.356,05	1.426.792,90			
	33.334.467,47		33.334.467,47	38.714.499,97			
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>							
Acréscimos de proveitos	326.647.332,37		326.647.332,37	343.559.083,33			
Custos diferidos	250.430.340,94		250.430.340,94	229.804.857,52			
Impostos diferidos	667.709.554,26		667.709.554,26	545.979.497,53			
	1.244.787.227,57		1.244.787.227,57	1.119.143.438,38			
<b>Total de Amortizações</b>		14.454.710.874,59					
<b>Total de Provisões</b>		609.983.697,98					
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	33.136.045.598,55	15.064.694.572,57	18.071.351.025,98	18.125.189.780,91	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	18.071.351.025,98	18.125.189.780,91

TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS Nº. 5260

OCO - GABINETE DE CONSOLIDAÇÃO, CONTROLE E GESTÃO ORÇAMENTAL  
O DIRECTOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS A 30 DE JUNHO DE 2003**

		Unidade: EUR					
CUSTOS E PERDAS		Jun-03		Dez-02		Jun-02	
Custo das existências vendidas e consumidas:							
Electricidade	1.598.222.238,30		3 005 526 055,68		1.428.669.287,94		
Combustíveis p. produçã o de electricidade	129.322.286,69		465 527 057,89		239.681.016,22		
Materiais diversos	103.662.673,27		136 028 321,28		47.213.808,99		
Mercadorias	12.033.352,09	1.843.240.550,35	83 597 286,98	3 690 678 721,83	22.846.897,06	1.738.411.010,21	
Fornecimentos e serviços externos			310.239.316,59		675 069 958,91		296.745.854,35
Custos com o pessoal:							
Remunerações	220.632.178,19		427 618 996,07		208.829.319,19		
Encargos sociais:						0,00	
Complemento de pensões de reforma	0,00		0,00		0,00		
Prémios para pensões	36.783.271,12		44 339 970,29		29.174.000,00		
Encargos s/remunerações	52.864.709,86		105 585 984,09		52.309.556,44		
Custos de aççã o social	6.473.518,60		5 643 811,77		3.601.100,12		
Outros	28.519.620,91	345.273.298,68	41 583 484,31	624 772 246,53	22.923.872,20	316.837.847,95	
Amortizações do exercí cio	408.344.605,76		739 540 617,58		343.883.781,72		
Provisões do exercí cio	62.522.982,34	470.867.588,10	100 645 394,94	840 186 012,52	48.905.654,27	392.789.435,99	
Impostos indirectos	4.275.888,29		13 823 786,06		5.028.998,83		
Impostos directos	189.341,29		2 810 716,56		205.189,49		
Outros custos e perdas operacionais	5.143.005,55		8 301 596,90		892.221,18		
Rendas de concessões e c.electroprodutores	87.948.345,45		158 176 301,80		78.248.368,33		
Correcçã o de hidraulicidade - dif.exerc. - Custo	0,00	97.556.580,58	0,00	183 112 401,32	0,00	84.374.777,83	
<b>A - Custos e Perdas Operacionais</b>			<b>3.067.177.334,30</b>		<b>6 013 819 341,11</b>		<b>2.829.158.926,33</b>
Custos e perdas financeiros:							
Perdas em empresas do grupo e associadas	10.282.982,61		115 183 865,75		31.986.667,21		
Juros	245.451.015,21		488 916 263,75		209.443.355,70		
Amort. e prov. de apl. e invest. financeiros	5.355,17		107 318,56		58.050,61		
Diferenças de câmbio	5.799.223,09		22 846 399,45		4.271.601,89		
Outros custos e perdas financ.e similares	116.104.250,16	377.642.826,24	149 141 876,29	776 195 723,80	50.905.350,05	296.665.025,46	
<b>C - Custos e Perdas Correntes</b>			<b>3.444.820.160,54</b>		<b>6 790 015 064,91</b>		<b>3.125.823.951,79</b>
Custos e perdas extraordinários							
Dí vidas incobráveis	288.214,80		9 084 126,68		678.320,42		
Perdas em existências	616.493,74		2 278 697,61		1.009.913,60		
Perdas em imobilizações	16.322.635,00		41 331 713,40		6.554.052,56		
Aumento de amortizações e provisões	0,00		299 231 756,28		0,00		
Correcções relativas a exercí cios anteriores	5.046.578,39		13 934 530,37		8.160.264,23		
Correcçã o de hidraulicidade - Agravamento	0,00		0,00		0,00		
Outros custos e perdas extraordinários	12.219.737,79	34.493.659,72	77 033 520,95	442 894 345,29	20.104.266,20	36.506.817,01	
<b>E - Custos e Perdas do Exercí cio</b>			<b>3.479.313.820,26</b>		<b>7 232 909 410,20</b>		<b>3.162.330.768,80</b>
Imposto sobre o rendimento							
Imposto s/rendimento do exercí cio	141.834.713,45		171 167 862,75		118.895.778,25		
Imposto s/rendimento do exercí cio - Diferido	-31.195.300,43	110.639.413,02	571 459,51	171 739 322,26	-33.612.372,47	85.283.405,78	
<b>G - Custos Totais</b>			<b>3.589.953.233,28</b>		<b>7 404 648 732,46</b>		<b>3.247.614.174,58</b>
Interesses minoritários			-8.997.198,16		-220.033.767,72		-34.099.610,00
Resultado consolidado lí quido do exercí cio			182.043.996,86		335 215 826,44		230.598.735,08
<b>TOTAL</b>			<b>3.763.000.031,98</b>		<b>7 519 830 791,18</b>		<b>3.444.113.299,66</b>

Unidade: EUR

PROVEITOS E GANHOS	Jun-03		Dez-02		Jun-02	
<b>Vendas:</b>						
De energia eléctrica	3.115.610.896,83		5.876.158.458,26		2.818.644.944,75	
Outras	30.903.941,57		111.981.793,30		41.614.936,23	
Prestação de serviços	199.176.357,06	3.345.691.195,46	398.418.183,40	6.386.558.434,96	203.764.412,97	3.064.024.293,95
<b>Variação da produção:</b>						
Produtos e trabalhos em curso:						
Existências finais	7.172.855,33		5.569.215,55		8.151.435,66	
Existências iniciais	4.998.344,62	2.174.510,71	1.987.771,20	3.581.444,35	1.987.771,20	6.163.664,46
Trabalhos p/a própria empresa		116.660.319,07		241.769.257,27		105.990.520,21
Proveitos suplementares	2.032.629,20		8.066.938,77		3.480.778,19	
Subsídios à exploração	109.860,16		453.433,17		0,00	59.260,11
Outros proveitos e ganhos operacionais	7.347.110,46		22.093.420,65		2.692.251,04	0,00
Correcção da hidraulicidade-diferenc.exerc.-Proveito	0,00	9.489.599,82	0,00	30.613.792,59	0,00	6.232.289,34
<b>B - Proveitos e Ganhos Operacionais</b>		3.474.015.625,06		6.662.522.929,17		3.182.410.767,96
<b>Proveitos e ganhos financeiros:</b>						
Ganhos em empresas do grupo e associadas	17.474.120,02		36.449.846,48		15.543.574,80	
Rendimentos de participações de capital	31.480.717,03		40.041.770,53		25.699.787,80	
Rendim.de títulos negoc.e out.apl.financ.	10.067.393,35		23.682.239,55		982.070,26	
Outros juros e proveitos similares	127.830.007,85		362.918.182,49		106.855.686,29	
Diferenças de câmbio favoráveis	8.258.880,42	195.111.118,67	90.260.261,65	553.352.300,70	27.905.508,35	176.986.627,50
<b>D - Proveitos e Ganhos Correntes</b>		3.669.126.743,73		7.215.875.229,87		3.359.397.395,46
<b>Proveitos e ganhos extraordinários:</b>						
Ganhos em imobilizações	22.736.645,13		53.264.297,20		22.011.025,44	
Reduções de amortizações e de provisões	23.280.347,78		76.371.070,41		12.879.298,22	
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.638.888,21		9.691.927,80		3.113.775,48	
Correcção da hidraulicidade-Bonificação	0,00		0,00		0,00	
Outros proveitos e ganhos extraordinários	45.217.407,13	93.873.288,25	164.628.265,90	303.955.561,31	46.711.805,06	84.715.904,20
<b>F - PROVEITOS TOTAIS</b>		3.763.000.031,98		7.519.830.791,18		3.444.113.299,66
Resultados Operacionais (B) - (A)		406.838.290,76		648.703.588,06		353.251.841,63
Resultados Financeiros ((D) - (B)) - ((C) - (A))		-182.531.707,57		-222.843.423,10		-119.678.397,96
Resultados Correntes (D) - (C)		224.306.583,19		425.860.164,96		233.573.443,67
Resultados Extraordinários ((F) - (D)) - ((E) - (C))		59.379.628,53		-138.938.783,98		48.209.087,19
Resultados Antes de Impostos (F) - (E)		283.686.211,72		286.921.380,98		281.782.530,86
Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)		182.043.996,86		335.215.826,44		230.598.735,08

TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS Nº . 5260

 GCO - GABINETE DE CONSOLIDAÇÃO,  
 CONTROLE E GESTÃO ORÇAMENTAL

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

### **3 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2003**

---

#### **0 Actividades, organização e regulação**

Actividades e negócios – Durante este semestre as actividades e negócios mais relevantes do Grupo mantiveram-se idênticos aos existentes durante o ano transacto.

Organização do Grupo – Excepto quanto aos aspectos de Governo, objecto de divulgação efectuada, os aspectos mais relevantes da organização do Grupo manteve-se idêntico ao existente no final do exercício transacto.

Regulação - Não houve, durante este semestre, alteração relevante na regulação de qualquer dos negócios do Grupo.

#### **I EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO (NOTAS 1 A 7)**

Foram consideradas as mesmas filiais e associadas incluídas à data de 31 de Dezembro de 2002, não se tendo verificado alterações no conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação.

#### **II IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA (NOTAS 8 E 9)**

À semelhança das demonstrações financeiras anuais não existe nada a assinalar neste capítulo.

#### **III PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO (NOTA 10 A 20)**

Os procedimentos e critérios seguidos não tiveram qualquer alteração em relação aos aplicados na preparação das demonstrações financeiras anuais.

#### **IV COMPROMISSOS (NOTAS 21 E 22)**

##### **21 i) Compromissos contratuais por aquisição de imobilizado**

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado são, à data do balanço, de 34 milhões de euros.

##### **21 ii) Benefícios sociais a trabalhadores**

O Grupo manteve os mesmos planos de benefícios sociais a trabalhadores que tinha em vigor em 31 de Dezembro de 2002. A saber: (i) benefício definido por complementos de pensões e reformas antecipadas para as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 e Bandeirante, no que respeita aos dois planos geridos pela Fundação CESP, (ii) contribuição definida por complementos de pensões e

reformas antecipadas para Hidrocantábrico, Bandeirante e Escelsa e (iii) benefício definido por cuidados médicos para empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994

Na determinação das responsabilidades por serviços prestados referentes aos benefícios sociais a trabalhadores não foram alterados os pressupostos utilizados no final do exercício anterior.

#### i) Benefícios de reforma

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período de seis meses findos em 30 de Junho, com estes planos são os seguintes:

<b>Custo do período com benefícios de reforma</b>	Milhares de Euros	
	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Custo de serviço	6 147	6 623
Custo de juro	39 425	44 475
Retorno esperado do fundo	-22 143	-28 036
Contribuição dos trabalhadores	-	-361
Amortização da obrigação transitória	2 913	2 913
Amortização de diferenças actuariais	9 948	5 610
<b>Custo líquido do período</b>	<b>36 290</b>	<b>31 224</b>

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas aos planos de pensões do Grupo EDP evoluiu da seguinte forma:

<b>Evolução das responsabilidades por benefícios de reforma</b>	Milhares de Euros	
	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Responsabilidades no início do período	1 448 733	1 433 183
Custo dos serviços correntes	6 147	13 220
Custo dos juros	39 424	88 826
Benefícios pagos	-80 017	-144 277
Perdas actuariais	-	96 242
Variação cambial	7 048	-38 461
<b>Responsabilidades no fim do período</b>	<b>1 421 335</b>	<b>1 448 733</b>

Tal como atrás referido, apenas uma parte das responsabilidades com o Plano de Pensões se encontra financiado através dos Fundos de Pensões, sendo que o remanescente está reconhecido de acordo com as normas aplicáveis, nomeadamente através de uma provisão que se apresenta de seguida:

<b>Provisão para benefícios de reforma</b>	Milhares e euros	
	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Responsabilidades no fim do período	1 421 335	1 448 733
Valor dos activos dos Fundos no fim do período	-743 760	-749 945
Responsabilidades não cobertas pelos Fundos no fim do período	677 575	698 788
Obrigação transitória diferida	-53 591	-56 504
Perdas actuariais diferidas	-420 793	-430 741
<b>Valor da provisão no fim do período</b>	<b>203 191</b>	<b>211 543</b>

#### ii) Cuidados Médicos

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com este plano são os seguintes:

	Milhares de euros	
<b>Custo do período com cuidados médicos</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Custo do serviço	2 971	3 270
Custo de juro	14 525	15 048
Amortização da obrigação transitória diferida	2 511	2 436
Custo líquido do período	20 007	20 754

A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas no período nas responsabilidades com cuidados médicos

	Milhares de euros	
<b>Evolução das responsabilidades com cuidados médicos</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Responsabilidades no início do período	496 200	474 371
Custo dos serviços correntes	2 971	6 540
Custo dos juros	14 524	30 095
Benefícios pagos	-12 049	-22 735
Perdas actuariais	-	7 929
Responsabilidades no fim do período	501 646	496 200

Tal como atrás referido, as responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de uma provisão que se apresenta de seguida:

	Milhares de euros	
<b>Provisão para cuidados médicos</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Responsabilidades no fim do período	501 646	496 200
Obrigação transitória diferida	-44 814	-47 250
Perdas actuariais diferidas	-52 163	-52 237
Valor da provisão no fim do período	404 669	396 713

## 22 Responsabilidades contingentes

Para além do referido na nota anterior, existem ainda no Grupo responsabilidades contingentes por garantias prestadas no montante de 361 milhões de euros.

## V POLÍTICAS E CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS (NOTAS 23 E 24)

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizados princípios e critérios consistentes com os usados à data de 31 de Dezembro de 2002.

As cotações utilizadas na conversão de saldos ou de demonstrações financeiras denominados em moeda estrangeira, são as publicadas pelo Banco Central Europeu em 30 de Junho de 2003.

## VI INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS (NOTAS 25 A 48)

### 27 Rubricas de imobilizado

Os movimentos mais significativos verificados nos imobilizados do Grupo foram os seguintes:

**Activo Bruto**

Rubricas	Saldo Inicial	Ajuste Cambial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>							
Despesas de instalação	93.056.396,13	1.316.773,64		808.999,84	74.087.629,41	73.898.579,25	94.993.119,45
Despesas de investigação e desenvolvimento	140.433.845,02			4.010.464,75	5.389.090,61	13.787.813,55	152.843.032,71
Propriedade industrial e outros direitos	1.880.560.730,46	7.603.791,86		1.271.020,19	1.967.465,69	24.856.811,35	1.912.324.888,17
Imobilizado em curso	13.229.498,81			3.193.814,52		(9.329.509,64)	7.093.803,69
<b>Total (1)</b>	<b>2.127.280.470,42</b>	<b>8.920.565,50</b>		<b>9.284.299,30</b>	<b>81.444.185,71</b>	<b>103.213.694,51</b>	<b>2.167.254.844,02</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>							
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	259.915.573,61						259.915.573,61
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>259.915.573,61</b>						<b>259.915.573,61</b>
Terrenos e recursos naturais	122.259.733,36	3.058.541,02		12.469,95	49.415,32	(13.367.048,29)	111.914.280,72
Edifícios e outras construções	336.746.374,80	10.528.990,50		477.842,30	291.523,11	(32.286.747,79)	315.174.936,70
Equipamento básico	22.493.018.987,25	142.672.071,68		54.269.104,32	12.524.595,43	466.114.313,50	23.143.549.881,31
Equipamento Técnico Especifico	22.075.382.807,08	142.221.775,67		37.239.130,96	852,32	438.940.120,12	22.693.782.981,50
Produção de Electricidade	10.426.733.656,58	11.033.928,93				584.474,10)	10.438.352.059,60
Produção hidroeléctrica	6.918.760.670,27	11.033.928,92				28.312.383,58)	6.958.106.982,77
Produção termoeléctrica	3.413.136.596,36					6.126.505,88	3.419.263.102,24
Produção de energias renováveis	76.649.731,71					(33.854.415,36)	42.795.316,35
Aprov.fins múltiplos (parte não afectada)	18.186.658,24						18.186.658,24
Distribuição de electricidade	11.648.649.150,50	131.187.846,74		37.239.130,96	852,32	438.355.646,02	12.255.430.921,90
Outro equipamento básico	417.636.180,17	450.296,01		17.029.973,36	12.523.743,11	27.174.193,38	449.766.899,81
Equipamento de transporte	73.900.403,01	1.350.531,30		1.000.675,34	3.440.460,65	(3.302.233,32)	69.508.915,68
Ferramentas e utensílios	76.922.099,59			3.889.140,04	18.980,00	(4.296,00)	80.787.963,63
Equip.administrativo	248.633.624,39	2.641.250,59		3.352.229,18	1.472.271,62	61.633.877,70	314.788.710,24
Taras e vasilhame	1.659,56					(0,01)	1.659,55
Outras imobilizações corpóreas	17.485.250,48	137.616,16		10.223,68		(1.154.417,26)	16.478.673,06
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>23.368.968.132,43</b>	<b>160.389.001,25</b>		<b>63.011.684,81</b>	<b>17.797.246,13</b>	<b>477.633.448,53</b>	<b>24.052.205.020,89</b>
Imobilizado em Curso	1.010.734.574,12	15.846.096,66		278.295.350,04		(332.941.064,76)	971.934.956,06
Aprov. Fins Múltiplos(parte n/afecta)	6.542.834,48			57.465,58		0,00	6.600.300,06
Adiantamentos p/c de imobilizações corpóreas	4.788.147,68			28.912.440,90		(28.927.886,82)	4.772.701,76
<b>Subtotal (2.3)</b>	<b>1.022.065.556,28</b>	<b>15.846.096,66</b>		<b>307.265.256,52</b>		<b>(361.868.951,58)</b>	<b>983.307.957,88</b>
<b>Total (2)</b>	<b>24.650.949.262,32</b>	<b>176.235.097,91</b>		<b>370.276.941,33</b>	<b>17.797.246,13</b>	<b>115.764.496,95</b>	<b>25.295.428.552,38</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>							
Partes de capital	2.120.392.308,36		(7.191.137,41)	85.234.377,20	596.183,13	(193.288.491,96)	2.004.550.873,06
Investimentos em Imóveis	535.514,81			557.177,62		0,00)	1.092.692,43
Outras aplicações financeiras	91.602.936,41	(33.639.952,32)	(14.434.453,12)	46.162.489,55		11.016.259,40)	100.707.279,92
Imobilizações em curso	2.584,15						2.584,15
<b>Total (3)</b>	<b>2.212.533.343,73</b>	<b>(33.639.952,32)</b>	<b>(21.625.590,53)</b>	<b>131.954.044,37</b>	<b>596.183,13</b>	<b>(182.272.232,56)</b>	<b>2.106.353.429,56</b>
<b>Total Geral (1) + (2) + (3)</b>	<b>28.990.763.076,47</b>	<b>151.515.711,09</b>	<b>(21.625.590,53)</b>	<b>511.515.285,00</b>	<b>99.837.614,97</b>	<b>36.705.958,90)</b>	<b>29.569.036.825,96</b>

**Amortizações e Provisões**

RUBRICAS	Saldo Inicial	Ajuste Cambial	Reavaliação	Reforços	Regularizações e Transferências	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>						
Despesas de instalação	50.471.230,93	766.600,99		7.679.757,09	1.163.506,00	60.081.095,01
Despesas de investigação e desenvolvimento	35.501.600,79			7.644.563,54	941.135,12	44.087.299,45
Propriedade industrial e outros direitos	198.187.827,58	332.797,75		50.235.921,04	(22.325.629,53)	226.430.916,84
<b>Total (1)</b>	<b>284.160.659,30</b>	<b>1.099.398,74</b>		<b>65.560.241,67</b>	<b>(20.220.988,41)</b>	<b>330.599.311,30</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	243.265.126,85			1.865.756,09		245.130.882,94
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>243.265.126,85</b>			<b>1.865.756,09</b>		<b>245.130.882,94</b>
<b>Imobilizações Próprias do Grupo EDP</b>						
Edifícios e outras construções	143.317.068,95	4.031.353,25		2.859.474,00	(15.981.522,23)	134.226.373,97
Equipamento básico	12.839.247.899,08	56.493.141,34		361.692.000,21	203.030.655,85	13.460.463.696,48
Equipamento Técnico Específico	12.679.917.811,35	56.249.233,90		333.744.209,33	207.090.567,66	13.277.001.822,24
Produção de Electricidade	6.335.036.453,73	1.359.637,30		115.772.807,11	(11.903.239,93)	6.440.265.658,21
Produção hidroeléctrica	4.050.736.177,44	1.055.595,46		63.173.575,50	(9.241.439,47)	4.105.723.908,93
Produção termoeléctrica	2.278.212.899,96	304.041,84		50.824.048,31	(2.661.800,46)	2.326.679.189,65
Produção de energias renováveis	6.087.376,33			1.775.183,30		7.862.559,63
Distribuição de electricidade	6.344.881.357,62	54.889.596,60		217.971.402,22	218.993.807,59	6.836.736.164,03
Outro equipamento básico	159.330.087,73	243.907,44		27.947.790,88	(4.059.911,81)	183.461.874,24
Equipamento de transporte	46.621.966,83	1.177.726,65		4.325.149,45	(5.378.336,32)	46.746.506,61
Ferramentas e utensílios	5.443.128,05			201.394,30	(605.928,09)	5.038.594,26
Equipamento administrativo	164.011.509,38	1.283.754,74		19.526.657,17	4.248.286,82	189.070.208,11
Taras e vasilhame	1.659,55					1.659,55
Outras imobilizações corpóreas	4.803.701,80	92.736,19		996.295,80	(887.876,41)	5.004.857,38
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>13.203.446.933,64</b>	<b>63.078.712,17</b>		<b>389.600.970,93</b>	<b>184.425.279,62</b>	<b>13.840.551.896,36</b>
<b>Total (2)</b>	<b>13.446.712.060,49</b>	<b>63.078.712,17</b>		<b>391.466.727,02</b>	<b>184.425.279,62</b>	<b>14.085.682.779,30</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						
Partes de capital	316.205.622,94			18.673.037,00	126.719,09	335.005.379,03
Investimentos em imóveis	343.566,81			5.355,17		348.921,98
<b>Total (3)</b>	<b>316.549.189,75</b>			<b>18.678.392,17</b>	<b>126.719,09</b>	<b>335.354.301,01</b>
<b>Total Geral (1) + (2) + (3)</b>	<b>14.047.421.909,54</b>	<b>64.178.110,91</b>		<b>475.705.360,86</b>	<b>164.331.010,30</b>	<b>14.751.636.391,61</b>

Os montantes supra incluem ainda em período de revisão os valores referentes às filiais integradas durante 2002 das quais as de maior relevância são Hidrocantábriço, Escelsa e Enersul.

**33 Dívidas de e a terceiros – médio e longo prazo**
**Dívidas a terceiros**

	<b>2003</b>		
	<b>de 1 a 5 anos</b>	<b>a mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos por obrigações	269 433 741,32	3 219 206 014,34	3 488 639 755,66
Dívidas a instituições de crédito	2 601 867 560,18	107 645 792,69	2 709 513 352,87
Outros empréstimos obtidos	16 060 371,00		16 060 371,00
Outros credores	98 765 873,55		98 765 873,55
Part.do Estado p/Aproveitam de fins múltiplos		19 739 517,80	19 739 517,80
Conta de regulariz.(DL 344-B/82)	14 784 690,68		14 784 690,68
<b>Total</b>	<b>3 000 912 236,73</b>	<b>3 346 591 324,83</b>	<b>6 347 503 561,56</b>

	<b>2002</b>		
	<b>de 1 a 5 anos</b>	<b>a mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos por obrigações	232 265 754,94	3 159 845 515,49	3 392 111 270,43
Dívidas a instituições de crédito	2 527 052 286,62	170 668 349,76	2 697 720 636,38
Outros empréstimos obtidos	17 210 004,36		17 210 004,36
Outros credores	90 390 147,07		90 390 147,07
Part.do Estado p/Aproveitam. De Fins Múltiplos		19 739 517,80	19 739 517,80
Conta de regulariz.(DL 344-B/82)	16 650 446,77		16 650 446,77
	<b>2 883 568 639,76</b>	<b>3 350 253 383,05</b>	<b>6 233 822 022,81</b>

### Dividas de terceiros

	<b>2003</b>		
	<b>de 1 a 5 anos</b>	<b>a mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Clientes - Autarquias - Dívida de 31.12.88	25 517 778,66	158 280 060,55	183 797 839,21
Prov. Autarquias - Dívida de 31.12.88		(104 495 582,13)	(104 495 582,13)
Empresas Participadas e Participantes		14 957 212,32	14 957 212,32
Outras Empresas relacionadas	27 371 654,50		27 371 654,50
Imobilizados em integração compensados	19 246 239,07		19 246 239,07
Prov imob. em integração compensados	(12 907 534,25)		(12 907 534,25)
Recomposição tarifas no Brasil	76 096 411,19		76 096 411,19
Cauções e Depósitos vinculados	37 963 807,79		37 963 807,79
Devedores diversos	21 324 576,58		21 324 576,58
	<b>194 612 933,54</b>	<b>68 741 690,74</b>	<b>263 354 624,28</b>

	<b>2002</b>		
	<b>de 1 a 5 anos</b>	<b>a mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Cliente - Autarquias - Dívida de 31.12.88	25 517 778,66	159 825 402,23	185 343 180,89
Prov. Autarquias - Dívida de 31.12.88		(101 321 947,53)	(101 321 947,53)
Empresas Participadas e Participantes	0	18 744 335,53	18 744 335,53
Outras Empresas relacionadas	17 594 019,40		17 594 019,40
Imobilizados em integração compensados	19 246 239,07		19 246 239,07
Prov imob em integração compensados	(12 421 025,70)		(12 421 025,70)
Recomposição tarifas no Brasil	71 290 140,09		71 290 140,09
Cauções e Depósitos vinculados	29 771 012,93		29 771 012,93
Devedores diversos	32 337 946,66		32 337 946,66
	<b>183 336 111,11</b>	<b>77 247 790,23</b>	<b>260 583 901,34</b>

### 36. Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores por actividades e por mercados (interno e externo):

**Vendas**

## De energia eléctrica

	2003		2002	
<b>- Mercado Interno</b>				
À Rede Nacional de Transporte	554.913.218,39		671.469.751,74	
A Clientes finais				
> muito alta tensão	24.401.598,22		17.208.016,68	
> alta tensão	83.802.471,01		83.063.069,25	
> média tensão	404.394.708,24		412.390.533,13	
> baixa tensão (>39,6 KVA)	144.590.999,29		137.849.485,92	
> baixa tensão	1.109.822.762,60		1.064.585.881,87	
> iluminação pública	49.164.080,61		43.307.835,65	
Descontos de interruptibilidade	(12.896.035,88)		(12.611.728,42)	
Descontos de correcção tarifária	(778.390,97)		(3.154.623,70)	
Correcção tarifária	14.954.547,14	2.372.369.958,65	(13.027.073,20)	2.401.081.148,92
<b>- Mercado Externo</b>				
Exportação de electricidade			2.790.176,39	
A Clientes finais	743.240.938,18	743.240.938,18	414.773.619,44	417.563.795,83
		3.115.610.896,83		2.818.644.944,75

## Outras vendas

	2003		2002	
<b>- Mercado Interno</b>				
De Vapor	7.345.600,72		4.278.449,33	
De Cinzas	2.255.828,94		2.268.023,19	
De Produtos informáticos	9.208.025,98		16.415.130,59	
De Telecomunicações	642.609,62		6.572.891,60	
Materiais diversos	6.775.100,43	26.227.165,69	7.463.411,99	36.997.906,70
<b>- Mercado externo</b>				
de Telecomunicações		4.676.775,88		4.617.029,53
		<u>30.903.941,57</u>		<u>41.614.936,23</u>

**Prestações de Serviços**

	2003		2002	
<b>- Mercado Interno</b>				
de Electricidade	26.284.442,56		6.660.835,96	
de Engenharia	3.485.261,86		3.784.319,28	
Laboratoriais	1.689.967,91		1.831.015,04	
de Formação	662.083,72		801.196,42	
de Assistência Médica	1.260.357,13		1.399.756,43	
de Informática	14.519.296,02		49.258.106,62	
de Consultadoria	1.251.289,81		1.779.985,96	
de Telecomunicações	81.706.530,94		69.948.102,35	
Outros	302.000,47	131.161.230,42	4.282.339,34	139.745.657,40
<b>- Mercado Externo</b>				
de Informática	7.079.975,16		833.033,61	
de Telecomunicações	60.935.151,48	68.015.126,64	63.185.721,96	64.018.755,57
		<u>199.176.357,06</u>		<u>203.764.412,97</u>
		<u>3.345.691.195,46</u>		<u>3.064.024.293,95</u>

**38. Imposto sobre o Rendimento**

As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

De acordo com as legislações em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal esse período é de 4 anos, tendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal sido o de 1998.

O encargo de imposto registado no período, corresponde essencialmente a:

	Milhares de Euros	
	Base Fiscal	Imposto
Resultados antes de impostos	283 686	
Diferenças permanentes		
Amortização de goodwill	48 682	
Prejuízos fiscais não reportáveis	23 565	
Equivalência de associadas	(14 428)	
Rendimentos isentos	(48 955)	
Outros	19 470	
	<u>312 020</u>	
Encargo normal de imposto		102 967
Correcção de estimativa de imposto de 2002		7 672
		<u>110 639</u>

#### 42. Efeitos de reavaliações a imobilizações corpóreas

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos é apresentada no quadro seguinte:

	Custos históricos	Acréscimos por reavaliações	Valores reavaliados
Activo bruto	13 858 107 246,67	10 454 013 347,83	24 312 120 594,50
Amortizações	4 670 771 664,22	9 414 911 115,08	14 085 682 779,30
Activo líquido	<u>9 187 335 582,45</u>	<u>1 039 102 232,75</u>	<u>10 226 437 815,20</u>

#### 44. Demonstração dos Resultados financeiros

	Exercícios		Exercícios	
	2003	2002	2003	2002
<b>Custos e Perdas</b>				
Juros suportados	251.398.498,18	214.983.671,94		
Perdas em empresas do grupo e associadas	10.282.982,61	31.986.667,21		
Amortizações de investimentos em imóveis	5.355,17	58.050,61		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.799.223,09	4.271.601,89		
Perdas na alienação de aplicações financeiras	17.821,51	688,75		
Outros custos e perdas financeiros	110.138.945,68	45.364.345,06		
Resultados financeiros	<u>(182.531.707,57)</u>	<u>(119.678.397,96)</u>		
	<u>195.111.118,67</u>	<u>176.986.627,50</u>		
<b>Proveitos e Ganhos</b>				
Juros obtidos			95.629.379,97	96.481.976,02
Ganhos em empresas do grupo e associadas			17.474.120,02	15.543.574,80
Rendimentos de participações de capital			31.480.717,03	25.699.787,80
Diferenças de câmbio favoráveis			8.258.880,42	27.905.508,35
Descontos de pronto pagamento obtidos			1.042.512,78	571.099,08
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			750,00	96.031,86
Outros proveitos e ganhos financeiros			41.224.758,45	10.688.649,59
			<u>195.111.118,67</u>	<u>176.986.627,50</u>

Os **Juros suportados** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2003	2002
Juros de empréstimos bancários	109 097 540,56	55 915 870,94
Juros de derivados	54 529 450,98	74 890 766,22
Juros da correcção de hidraulicidade (*)	5 947 482,97	5 540 316,24
Juros de empréstimos por obrigações	77 605 747,31	67 891 258,56

(\*) Na Demonstração de Resultados encontram-se incluídos na rubrica "Outros custos e perdas financeiros e similares"

**Outros custos e perdas financeiras** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Encargos com emissão de obrigações	547 027,48	707 054,10
Comissões de empréstimos	5 650 668,45	1 194 795,21
Outros serviços bancários	33 351 964,80	14 127 601,50
Amortização de direitos de concessão	48 682 362,93	25 916 194,90

Os **Juros obtidos** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Juros de derivados	80 183 429,06	86 992 445,42
Juros a clientes por mora de pagamento	8 017 419,59	7 087 309,93

**Outros proveitos e ganhos financeiros** inclui, entre outros, o seguinte montante:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Atualização de correcção tarifária a receber	19 604 723,55	8 010 639,86

#### 45. Demonstração dos Resultados extraordinários

	Exercícios		Exercícios	
	<u>2003</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
<b>Custos e Perdas</b>				
Donativos	522.959,91	913.101,14		
Dívidas incobráveis	288.214,80	678.320,42		
Perdas em existências	616.493,74	1.009.913,60		
Perdas em immobilizações	16.322.635,00	6.554.052,56		
Multas e penalidades	49.753,99	44.069,70		
Correcções relativas a exercícios anteriores	5.046.578,39	8.160.264,23		
Outros custos e perdas extraordinários	11.647.023,89	19.147.095,36		
Resultados extraordinários	<u>59.379.628,53</u>	<u>48.209.087,19</u>		
	<u>93.873.288,25</u>	<u>84.715.904,20</u>		
<b>Proveitos e Ganhos</b>				
Restituição de impostos	219.835,06	3.240,29		
Recuperação de dívidas	232.173,88	48.235,62		
Ganhos em existências	79.744,35	1.521,46		
Ganhos em immobilizações	22.736.645,13	22.011.025,44		
Benefícios de penalidades contratuais	13.259,27	31.272,29		
Reduções de amortizações e provisões	23.280.347,78	12.879.298,22		
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.638.888,21	3.113.775,48		
Outros proveitos e ganhos extraordinários	44.672.394,57	46.627.535,40		
	<u>93.873.288,25</u>	<u>84.715.904,20</u>		

A rubrica de **Outros proveitos e ganhos extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Compensação de amortizações de immobilizações participadas	37 193 890,27	35 220 227,00
Compensação de amortizações de immobilizações corpóreas em regime de concessão	1 874 822,49	2 141 947,69

**46. Movimento das Provisões**

	Saldo Inicial	Ajuste Cambial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para Imobilizações incorpóreas (ONIWAY)	1.990.507,69			1.990.507,69	
Para Imobilizações em curso (ONIWAY)	278.944.492,31			108.195.061,80	170.749.430,51
Para cobranças duvidosas	278.507.512,02	1.384.550,80	37.100.607,18	3.934.489,04	313.058.180,96
De dívidas de clientes	240.961.266,43	503.968,85	30.122.252,02	3.006.011,04	268.581.476,26
De outras dívidas de terceiros	37.546.245,59	880.581,95	6.978.355,16	928.478,00	44.476.704,70
Para riscos e encargos	806.281.677,80	12.514.004,68	25.422.375,16	81.650.966,93	762.567.090,71
Benefícios sociais a trabalhadores	651.719.255,45	3.415.433,73	20.006.244,67	67.280.652,07	607.860.281,78
Processos judiciais em curso	4.424.896,67		3.982.594,44	3.984.340,24	4.423.150,87
Outros riscos e encargos	150.137.525,68	9.098.570,95	1.433.536,05	10.385.974,62	150.283.658,06
Para investimentos financeiros	9.151.209,93		126.719,09		9.277.929,02
	<u>1.374.875.399,75</u>	<u>13.898.555,48</u>	<u>62.649.701,43</u>	<u>195.771.025,46</u>	<u>1.255.652.631,20</u>

NOTA: A redução da provisão para benefícios sociais a trabalhadores foi efectuada pelo método directo, nas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e de Custos com Pessoal.

**VII INFORMAÇÕES DIVERSAS (NOTAS 49 E 50)**
**Clientes - Curto Prazo**

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Clientes c/c	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Nacionais		
Estado e Organismos Oficiais	29 377 207,98	29 352 768,15
Autarquias locais	27 548 205,29	32 651 649,50
Sector empresarial e particulares	853 495 206,81	772 715 418,86
Estrangeiros	<u>17 119 518,82</u>	<u>21 250 620,17</u>
	<u>927 540 138,90</u>	<u>855 970 456,68</u>
Clientes títulos a receber		
Sector empresarial e particulares	<u>10 762,70</u>	<u>13 734,12</u>
	<u>10 762,70</u>	<u>13 734,12</u>
Clientes de cobrança duvidosa		
Nacionais		
Autarquias locais	50 781 460,24	49 517 883,93
Sector empresarial e particulares	133 813 547,51	108 391 572,95
Estrangeiros	<u>1 460 360,93</u>	<u>1 601 505,16</u>
	<u>186 055 368,68</u>	<u>159 510 962,04</u>
Provisão	<u>(170 080 407,05)</u>	<u>(150 863 310,63)</u>
	<u>15 974 961,63</u>	<u>8 647 651,41</u>

**Outros Devedores - Curto Prazo**

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Devedores por outros bens e serviços	176 040 478,64	163 041 218,95
Recomposição de tarifas no Brasil	62 057 481,76	51 061 961,21
Cauções e depósitos vinculados	9 634 608,83	3 878 057,64
Dívidas referentes a pessoal	31 683 939,30	7 907 618,94
Créditos s/ Estado e Concedentes	15 889 779,15	9 523 092,21
Por alienações em curso	84 849 148,42	70 000 000,00
Diversos (líquido de provisões)	63 266 874,66	143 631 180,15
	<u>443 422 310,76</u>	<u>449 043 129,10</u>

**Outros Credores – Curto Prazo**

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Fornecimento de outros bens e serviços	27 479 608,35	19 991 974,43
Rendas concessão	16 531 939,66	6 476 726,34
Créditos referentes a pessoal	41 695 159,01	7 570 987,05
Subscritores de capital	26 235 589,35	2 281 451,12
Por juros e créditos financeiros	33 620 437,95	29 540 186,35
Credores por cobranças	20 380 834,81	28 529 067,76
Diversos	73 043 470,93	68 357 700,19
Cauções e depósitos obtidos	473 656,89	485 367,03
	<u>239 460 696,95</u>	<u>163 233 460,27</u>

**Acréscimos de proveitos e Despesas diferidas (Activo)**

## Acréscimos de proveitos

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Por vendas e serviços prestados	95 906 513,51	156 223 758,70
Da correcção de hidraulicidade	0	16 112 959,62
Juros a liquidar	176 154 194,80	137 574 921,57
Outros ganhos financeiros	11 312 123,35	0
Outros	43 274 500,71	33 647 443,44
	<u>326 647 332,37</u>	<u>343 559 083,33</u>

## Despesas diferidas

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Montagem de financiamento	32 946 974,24	35 628 308,54
Encargos com concessões	11 751 286,47	11 886 304,74
Compensação de custos combustíveis	122 429 136,26	78 884 428,88
Manutenção e outros serviços de terceiros	3 785 779,09	6 511 737,04
Obrigação transitória de benefício de reforma	53 590 785,22	62 329 785,22
Outros	25 926 377,66	34 364 293,10
	<u>250 430 340,94</u>	<u>229 604 857,52</u>

**Acréscimos de custos e Receitas diferidas (Passivo)**

## Acréscimos de custos

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Juros de empréstimos a liquidar	211 128 238,48	169 370 574,34
Férias, subsídios e outros	91 546 736,41	60 031 660,15
Outros acréscimos de custos	86 822 671,86	65 096 344,98
	<u>389 497 646,75</u>	<u>294 498 579,47</u>

**Receitas diferidas**

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Subsídios para investimento	1 360 407 824,60	1 339 085 135,82
Ganhos em alienações por realizar	70 071 523,79	70 071 523,79
Outros proveitos diferidos	81 663 357,80	24 783 096,62
	<u>1 512 142 706,19</u>	<u>1 433 939 756,23</u>

A rubrica Subsídios para Investimento representa o saldo acumulado líquido, dos valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

No exercício foram recebidos subsídios no montante de 43 207 723,80 euros, neles se incluindo 198 586,59 euros de fundos comunitários.

**Estado e Outros Entes Públicos**

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

**Valores a receber (Activo)**

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Imposto sobre o Valor Acrescentado	58 854 174,15	102 656 631,64
Outros impostos	21 274 700,07	17 762 702,51
	<u>80 128 874,22</u>	<u>120 419 334,15</u>

**Valores a pagar (Passivo)**

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Imposto sobre o rendimento	27 160 409,43	17 496 196,86
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9 205 941,56	18 665 293,52
Segurança Social	11 689 198,04	10 541 670,49
Outros impostos e taxas	38 948 375,59	3 049 057,88
	<u>87 003 924,62</u>	<u>49 752 218,75</u>

**Existências**

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Combustíveis para produção térmica		
Em armazém		
Carvão	26 308 358,35	41 219 455,40
Fuel	26 151 901,61	50 428 631,03
Gasóleo	1 714 627,35	2 199 761,72
Em trânsito	4 547 334,01	10 843 208,35
Materiais diversos	75 941 926,24	45 613 972,89
	<u>134 664 147,56</u>	<u>150 305 029,39</u>

**Correcção de Hidraulicidade**

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Saldo inicial	324 111 265,95
Diferencial	52 998 603,81
Encargos financeiros	5 947 482,97
Saldo final	<u>383 057 352,73</u>

## Empréstimos por Obrigações

Os empréstimos por obrigações estão emitidos em euros a diferentes taxas de juro. As restantes características principais são:

	<b>22ª emissão</b>	<b>23ª emissão</b>
Montante:	EUR 25 087 985,89	EUR 10 331 743,77
Taxa de juro:		
31 de Dezembro de 2002	2,9375%	2,8125%
30 de Junho de 2003	2,1875%	2,0000%
Pagamento de juros:	2 Junho e 20 Dezembro	20 Junho e
Reembolsos:	4 anuais Com início em 2.06.2003	4 anuais Com início em 20.12.2008
	<b>24ª emissão</b>	<b>25ª emissão</b>
Montante:	EUR 6 524 637,64	EUR 299 278 738,33
Taxa de juro:		
31 de Dezembro de 2002	3,68750%	3,1970%
30 de Junho de 2003	3,00000%	2,4900%
Pagamento de juros:	5 Janeiro e 23 Novembro	23 Maio e
Reembolsos:	4 anuais Com início em 5.01.2002	6 semestrais Com início em 23.05.2006
	<b>26ª emissão</b>	
Montante:	EUR 150 000 000,00	
Taxa de juro:		
30 de Junho de 2003	2,9710%	
Pagamento de juros:	26 Março e 26 Setembro	
Reembolsos:	De uma só vez Em 26.03.2013	

Outras condições: A 22ª emissão pode ser reembolsada antecipadamente, total ou parcialmente, por decisão dos obrigacionistas. A 23ª emissão pode ser reembolsada antecipadamente, total ou parcialmente em 20 Dez.2006, por opção da EDP ou dos obrigacionistas. A 25ª emissão pode ser reembolsada antecipadamente em 23 Nov. 2003 por opção da EDP.

Emissões ao abrigo do Programa de EMTN

**1ª Emissão (EDP, SA)**

**2ª Emissão (EDP, SA)**

Montante:	EUR 1 000 000 000	EUR 1 000 000 000
Taxa de juro fixa:	6,400%	5,875%
Pagamento de juros:	29 Outubro	28 Março
Reembolso:	29 Outubro 2009	28 Março 2011

	<b>3ª Emissão (EDP Finance BV)</b>	<b>4ª Emissão (EDP Finance BV)</b>
Montante:	GBP 200 000 000	EUR 500 000 000
Taxa de juro fixa:	6,625%	5%
Pagamento de juros:	9 Agosto	20 Março
Reembolso:	9 de Agosto 2017	20 Março 2008

### Empréstimos bancários

As dívidas a instituições de crédito, de curto, médio e longo prazo têm a seguinte decomposição por moeda, após reconhecimento do efeito dos contratos de “ swap ” de moeda.

	<u>2003</u>		<u>2002</u>	
	Na moeda do		Na moeda do	
	<u>empréstimo</u>	<u>EUR</u>	<u>empréstimo</u>	<u>EUR</u>
<b>EUR</b>	3 507 406 761,70	3 507 406 761,70	4 036 773 275,20	4 036 773 275,20
<b>BRL</b>	2 269 635 899,07	690 278 558,11	1 854 914 446,54	499 707 555,64
<b>USD</b>	237 255 545,95	254 956 579,10	55 913 983,51	53 222 218,66
		<b><u>4 452 641 898,91</u></b>		<b><u>4 589 703 049,50</u></b>

As taxas de juro variáveis do BRL são indexadas à taxa SELIC. A dívida em EUROS é indexada à EURIBOR a três ou seis meses.

O Grupo tem, ao nível da Holding, facilidades de crédito a médio prazo no montante de 137 169 421,68 euros com condições a serem negociadas no momento da utilização, baseadas em taxas da EURIBOR do período de utilização acordado.

O Grupo dispõe ainda, ao nível da Holding, de duas facilidades de crédito de euros 600 000 000,00 e 750 000 000,00, respectivamente, indexadas à EURIBOR, que em 30/06/2003 estavam totalmente disponíveis.

Os contratos de “ swap ” vigentes à data do Balanço eram os seguintes :

	<b>2003</b>		<b>2002</b>	
	<b>Activos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Activos</b>	<b>Passivos</b>
<b>Swaps de taxa de juro:</b>				
EUR	3 117 286 705,60	3 510 668 705,60	3 129 747 558,39	3 545 584 558,39
GBP	200 000 000,00		200 000 000,00	
JPY	8 000 000 000,00		8 000 000 000,00	

**Movimentos dos Capitais Próprios**

Rubricas	Saldo Inicial	Distribuição Dividendos	Distribuição Trabalhadores	Transferência Reservas	Outros	Resultado Líquido	Saldo Final
Capital	3 000 000 000,00						3 000 000 000,00
Acções Próprias (VN)	( 17 428 926,00)				( 2 229 030,00)		( 19 657 956,00)
Acções Próprias (PD)	( 26 064 533,34)				357 927,84		( 25 706 605,50)
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	22 120 541,30				104 359,57		22 224 900,87
Ajustes Cambiais	( 379 467 762,48)				( 44 663 207,64)		( 424 130 970,12)
Reservas de Reavaliação	1 172 728 640,98						1 172 728 640,98
Reservas:							
Reservas Legais	243 727 440,75			16 760 791,33			260 488 232,08
Reservas - DL 46031 e DL 46917	65 902 490,70						65 902 490,70
Reservas livres	12 830 494,76						12 830 494,76
Ajustamentos patrimoniais	( 268 974 551,00)				76 250 667,04		( 192 723 883,96)
Resultados Transitados - Casa-mãe	1 208 461 023,74			432 377 320,43			1 640 838 344,17
Resultados Transitados -							
- Consolidação de Filiais	125 131 396,49			( 406 910 907,98)			( 281 779 511,49)
Resultado Líquido do Exercício	335 215 826,44	( 270 000 000,00)	( 22 988 622,66)	( 42 227 203,78)		182 043 996,86	182 043 996,86
<b>TOTAL</b>	<b>5 494 182 082,34</b>	<b>( 270 000 000,00)</b>	<b>( 22 988 622,66)</b>	<b>0,00</b>	<b>29 820 716,81</b>	<b>182 043 996,86</b>	<b>5 413 058 173,35</b>

**Trabalhos para a Própria Empresa**

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Consumo de materiais	46 085 223,49	28 949 668,28
Encargos internos	42 395 496,67	55 611 332,64
Encargos financeiros	16 360 330,11	6 800 619,14
Outros trabalhos para a própria Empresa	11 819 268,80	14 628 900,15
	<u>116 660 319,07</u>	<u>105 990 520,21</u>

O Técnico Oficial de Contas nº 5260 GABINETE DE CONSOLIDAÇÃO CONTROLE  
 E GESTÃO ORÇAMENTAL  
 O DIRECTOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**

	<b>Jun-03</b>	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	3.270.124.618,14	
Pagamentos a fornecedores	-2.171.203.392,79	
Pagamentos ao pessoal	-391.510.886,74	
Pagamentos de rendas concessã o	<u>-87.948.345,45</u>	
Fluxos gerados pelas operações	619.461.993,16	
Pagamento do imposto s/rendimento	-93.031.156,97	
Outros recebimentos relativos à activ.operacional	351.674.619,73	
Outros pagamentos relativos à activ.operacional	<u>-76.263.959,43</u>	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	801.841.496,49	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	8.716.904,63	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	<u>-19.184.022,38</u>	
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<u><b>791.374.378,74</b></u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	20.677.278,68	
Imobilizações corpóreas	122.916.493,69	
Imobilizações incorpóreas		
Subsíd ios de investimento	28.073.775,37	
Juros e proveitos similares	880.797,39	
Dividendos	31.480.717,03	
Alteraçã o de perí metro	<u>0,00</u>	204.029.062,16
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	52.206.723,23	
Imobilizações corpóreas	412.759.872,93	
Imobilizações incorpóreas	9.284.935,15	
Alteraçã o de perí metro	<u>0,00</u>	474.251.531,31
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<u><b>-270.222.469,15</b></u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	<u>7.283.216.652,88</u>	7.283.216.652,88
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	7.379.472.944,26	
Juros e custos similares	154.895.992,64	
Dividendos	258.894.479,67	
Aquisiçã o de accções (quotas) próprias	<u>1.871.102,16</u>	7.795.134.518,73
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<u><b>-511.917.865,85</b></u>
Variaçã o de caixa e seus equivalentes (4)= (1)+ (2)+ (3)		9.234.043,74
Efeito das diferenças de câmbio		65.732.382,74
Caixa e seus equivalentes no ín cio do perí odo		-407.257.853,35
Caixa e seus equivalentes no fim do perí odo		-463.756.192,35

<b>DISCRIMINAÇ Ã O DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES</b>	<b>Jun-03</b>	<b>2002</b>
Numerário	1.386.356,05	1.426.792,90
Dep. bancários imediatam/ mobilizáv. e equiv. a caixa	-550.369.736,07	-501.117.144,34
Descobertos bancários	-583.641.702,92	-593.802.671,40
Outras aplicações de tesouraria	33.271.966,85	92.685.527,06
<b>Outras diponibilidades</b>	<u>85.227.187,67</u>	<u>92.432.498,09</u>
<b>Diponibilidades constantes do Balanço</b>	<u><b>-463.756.192,35</b></u>	<u><b>-407.257.853,35</b></u>

## Introdução

1 Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003, da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 18.071.351.026 euros, um total de interesses minoritários de 56.990.163 euros e um total de capital próprio de 5.413.058.173 euros, incluindo um resultado líquido de 182.043.997 euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e na Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos (posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho).

## Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira e (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

## Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Setembro de 2003

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.  
representada por:

Carlos Marques Bernardes, R.O.C.  
(Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o n.º 219)

**ANEXOS**
**1 ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP**
**1.1 PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 7º do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM (com a redacção dada pelo Regulamento n.º 24/2000 e pelo Regulamento n.º 13/2002) presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas no capital social da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. à data de 30 de Junho de 2003:

<b>ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP</b>			
<b>Titulares de participações qualificadas e direitos de voto</b>			
<b>Accionistas</b>	<b>Nº acções</b>	<b>Capital %</b>	<b>Voto %</b>
Direcção Geral do Tesouro	568 853 506	18,96%	19,09%
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	214 220 570	7,14%	7,19%
Caixa Geral de Depósitos	145 421 928	4,85%	4,88%
Banco Comercial Português	151 635 713	5,05%	5,00%
Iberdrola	149 966 455	5,00%	5,00%
BRISA	60 002 297	2,00%	2,01%
EDP (Acções próprias)	19 657 956	0,66%	-
Restantes Accionistas Privados	1 690 241 575	56,34%	56,81%
<b>Total</b>	<b>3 000 000 000</b>	<b>100,00%</b>	

NOTA: De acordo com o disposto no n.º 3 do Art. 12º do Contrato de Sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao Capital Social

**1.2 IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO**

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários:

- Participação informada pelo accionista Caixa Geral de Depósitos:

<b>Accionistas</b>	<b>Nº acções</b>	<b>Capital %</b>	<b>Voto %</b>
Caixa Geral de Depósitos	145 421 928	4,85%	4,88%
Fidelidade - Mundial	1 415 877	0,05%	0,05%
<b>Total</b>	<b>146 837 805</b>	<b>4,89%</b>	<b>4,93%</b>

- Participação informada pelo accionista Banco Comercial Português:

<b>Accionistas</b>	<b>Nº acções</b>	<b>Capital %</b>	<b>Voto %</b>
Banco Comercial Português	151 635 713	5,05%	5,00%
Orgãos de Administração e Fiscalização do BCP	7 016	0,00%	0,00%
Orgãos de Administração e Fiscalização de Sociedades dominadas pelo BCP	138 893	0,00%	0,00%
Fundação BCP	700 000	0,02%	0,02%
<b>Total</b>	<b>152 481 622</b>	<b>5,08%</b>	<b>5,00%</b>

NOTA: De acordo com o disposto no n.º 3 do Art. 12º do Contrato de Sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao Capital Social

- Participação informada pelo accionista BRISA Participações:

<b>Accionistas</b>	<b>Nº acções</b>	<b>Capital %</b>	<b>Voto %</b>
BRISA Participações, S.G.P.S.	60 002 297	2,00%	2,01%
Membros do Conselho de Administração da BRISA	6 560	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>60 008 857</b>	<b>2,00%</b>	<b>2,01%</b>

**2 ACÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS DA EDP**

Acções da EDP detidas por titulares de Órgãos Sociais [Regulamento CMVM nº 11/2000, Artº 7º nº 1 alín. b)]			
	Acções		Saldo (Nº Acções) 30/06/2003
	Aquisição	Alienação	
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>			
José Manuel Archer Galvão Teles			3 506
António Campos Pires Caiado			5 872
<b>Conselho de Administração</b>			
Francisco de la Fuente Sánchez			10 373
João Luís Ramalho de Carvalho Talone			1 905
António de Almeida			4 265
António José Fernandes de Sousa			1 865
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado			9 680
Jorge Manuel de Oliveira Godinho			30 393
José Manuel Gonçalves de Morais Cabral			715
José Manuel Trindade Neves Adelino			896
Paulo Azevedo Pereira da Silva			5 986
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa			3 762
Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins			767
<b>Secretário da Sociedade</b>			
António José Marrachinho Soares (Suplente)			6 574
<b>Comissão de Vencimentos</b>			
BRISA			60 002 297
PARPÚBLICA			214 220 570
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque			4 561

**3 BALANÇO ENERGÉTICO**

	1S 2003	1S 2002	Δ%
<b>ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA</b> (Coeficiente de Hidraulicidade)	<b>1,30</b>	<b>0,51</b>	<b>79,0%</b>
<b>BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)</b>			
Centrais Hidroeléctricas	8.709	2.940	196,2%
Centrais Termoeléctricas	5.459	9.277	-41,2%
<b>Centrais do SEP</b>	<b>14.168</b>	<b>12.217</b>	<b>16,0%</b>
Centrais Hidroeléctricas	429	250	71,5%
<b>Centrais do SENV</b>	<b>429</b>	<b>250</b>	<b>71,5%</b>
Centrais Mini-Hídricas	128	1	10455,2%
Centrais Eólicas	57	55	3,3%
Centrais Biomassa	19	20	-0,9%
Centrais Cogeração	89	72	23,7%
<b>Produtores em Regime Especial</b>	<b>293</b>	<b>148</b>	<b>97,5%</b>
<b>Produção EDP (líquida de consumos próprios)</b>	<b>14.890</b>	<b>12.615</b>	<b>18,0%</b>
Pego	1.812	2.501	-27,6%
Tapada do Outeiro	2.112	3.917	-46,1%
Outros Produtores do SEP (saldo)	3.924	6.418	-38,9%
Autoprodutores e outras recepções (saldo)	1.630	1.195	36,5%
Importação / Exportação (saldo)	940	257	265,2%
Bombagem Hidroeléctrica	-210	-319	34,2%
<b>Emissão para a rede do SEP</b> (Consumo referido à emissão)	<b>21.174</b>	<b>20.166</b>	<b>5,0%</b>
Compensação Síncrona	-20	-20	2,3%
Consumos próprios da Produção	-2	-2	4,5%
Consumos próprios da Rede de Transporte	-5	-5	-1,9%
Perdas da Rede de Transporte	-398	-313	-27,0%
% de Perdas da Rede de Transporte	1,9%	1,6%	0,3%
<b>Energia entregue na distribuição</b>	<b>20.749</b>	<b>19.826</b>	<b>4,7%</b>
Consumos próprios da Distribuição	-34	-26	-34,4%
Perdas da Distribuição	-1.225	-1.037	-18,2%
% de Perdas da Distribuição ( SEP + SENV ) (**)	5,9%	5,2%	0,7%
<b>Vendas de Energia Eléctrica</b>	<b>19.490</b>	<b>18.763</b>	<b>3,9%</b>
<b>Vendas de Energia - SEP</b>	<b>17.960</b>	<b>18.433</b>	<b>-2,6%</b>
MAT	555	405	37,0%
AT	1.718	1.736	-1,0%
MT	4.662	5.678	-17,9%
BTE	1.492	1.419	5,1%
BTN	8.928	8.651	3,2%
IP	605	544	11,3%
<b>Vendas de Energia - SENV</b>	<b>1.530</b>	<b>330</b>	<b>363,0%</b>
Grupo EDP (*)	1.018	233	337,1%
MAT	-	-	-
AT	29	39	-23,5%
MT	989	194	408,5%
Uso de rede (fora EDP)	512	97	424,8%
MAT	-	-	-
AT	35	48	-27,8%
MT	477	49	874,3%

(\*) Inclui Clientes da EDP Energia, HDN, Hidrocenel e Hidrocantábrico.

(\*\*) Perdas calculadas face à Energia Entrada na rede da EDP Distribuição